



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL**



Alessandra Araujo

**MEDO E INSEGURANÇA: REFLEXOS DA METROPOLIZAÇÃO EM APARECIDA
DE GOIÂNIA**

**GOIÂNIA
2011**



ALESSANDRA ARAUJO



MEDO E INSEGURANÇA: REFLEXOS DA METROPOLIZAÇÃO EM APARECIDA DE GOIÂNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Carlos Leão

GOIÂNIA
2011



ALESSANDRA ARAUJO



MEDO E INSEGURANÇA: REFLEXOS DA METROPOLIZAÇÃO EM APARECIDA DE GOIÂNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Dissertação defendida e aprovada em 20 de dezembro de 2011, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. **Carlos Leão**
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. **Luis Antônio Estevam**
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. **Francisco Chagas Evangelista Rabelo**
Universidade Federal de Goiás

A663m Araujo, Alessandra.
Medo e insegurança : reflexos da metropolização em
Aparecida de Goiânia [manuscrito] / Alessandra Araujo. –
2011.
133 f. : il. mapas

Bibliografia: f. 127-133
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento
Territorial, 2011.
Orientador: Carlos Leão

1. Violência – Aparecida de Goiânia (GO) . 2. Metropolização.
3. Violência urbana. I. Título.

CDU: 179.8(817.3)(043.3)
316.62

A John Alik Mitchell,
Companheiro de longas horas de estudo e solidão. Desde o
meu ventre, em todos os momentos, foi cheio de amor,
gratuidade e solicitude.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente:

Ao meu Deus, que em revelação, me proporcionou este mestrado;

Ao Prefeito Íris Rezende e ao Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo de Goiânia (SEPLAM) Luiz Alberto Gomes de Oliveira (*in memorian*).

Na família:

À vizinha Irene Iraci e ao vovô Cícero Fernandes (ambos *in memorian*, em 2003), retirantes de Acari – RN fugiram da fome e da seca na década de 40, aportando em União de Minas, pequena cidade do Triângulo Mineiro. Analfabetos, tinham a sabedoria de que os estudos eram o único caminho para a escalada social. Deram-me uma educação primorosa, apesar dos 12 filhos e 9 netos que criaram e a limitação financeira, foram meus verdadeiros pais e orientadores;

À minha querida mãezinha Divina (*in memorian*, em 2009) pelo desvelo de ter-me iniciado nas primeiras letras e dispensado um amor e amizade incondicionais;

Ao meu padrasto Pedro, fundamental apoio na minha formação desde os sete anos de idade;

À Gleice, prima amada, que sempre me estende as mãos;

Aos que dedico imenso amor e cuidado: meus irmãos Alessandro, Adriana, Alex, Alerfy, Érica, Wandegardegel, Íris, Ralso (*in memorian*, em 2007), meus sobrinhos e adoráveis cunhadas Vaneide, Rosana e Sirlene, com os quais compartilho este momento em que finalizo este trabalho;

À querida Renata Junqueira, pela força e carisma imprescindíveis;

Ao Leo, meu porto seguro, apareceu quando as ideias estavam totalmente fora do lugar, em fase de escrita da dissertação.

Na Vizinhança:

À minha doce Julieta, todo carinho e amor, que com seus 76 anos, preocupa-se sempre comigo e meu filho, partilhando muitas vezes sua deliciosa comida goiana (arroz com lingüiça, frango com pequi ou guariroba), assim como a Dona Maria, vizinhas maravilhosas, um cuidado cheio de esmero, meus anjos...

No Bairro:

Às minhas adoráveis amigas Henira (e nossa filha Sophia Jolie, a princesinha) Ivoneide e Hemara (e seu pimpolho Luigi Davi), sempre presentes, visitas que compreendiam quando não as podiam receber, mas que ouviam e, em muitos momentos secavam minhas lágrimas e aliviavam minhas angústias.

Na Universidade:

Ao Prof. Dr. Carlos Leão, pela orientação neste trabalho, a quem dedico plena confiança e respeito; aos professores do MDPT pelos ensinamentos e pelas importantes contribuições, especialmente ao Prof. Dr. Luis Estevam, pelas aulas em que me encantei com a história do Estado e trilhei maravilhada por um Goiás surpreendente.

No Grupo do MDPT:

A todos do grupo, pessoas especiais que fizeram diferença na minha vida, especialmente agradeço a Deborah e Clésia, amigas que me ajudaram de forma ímpar na quase superação da perda de minha mãe e, Jessé, com quem compartilhei as alegrias de se estar na Unicamp, assim como as dificuldades por termos deixado temporariamente nossas famílias. E ao Leandro pelo estímulo e materiais referentes ao meu tema.

A Capes, pela bolsa do PROCAD/UNICAMP e pelo esforço do Prof. Dr. Aristides Moysés e Dr. Fernando Cesar;

Na Unicamp:

Aos professores Dr. Humberto, Dr. Carlos Brandão e Dr. Baastian, com os quais aprendi o que é um desprendimento do conhecimento. Senti com eles que o conhecimento não é para ser guardado, mas plenamente difundido entre as pessoas. Ao Daniel da xérox e Danilo da biblioteca do Instituto de Economia, pelo carisma e presteza. Aos colegas de mestrado, os quais deixaram saudades das trocas de experiências, conhecimentos e possibilidades intelectuais, sem dizer em momentos tão agradáveis e descontraídos, como a feijoada de despedida na casa do Professor Humberto, com a presença do ilustre Professor Wilson Cano.

A meu querido amigo Wagner, da Casa Lua, conterrâneo de meus avôs, significa saudade, busca das minhas origens e uma identificação secular.

No trabalho:

A todos da SEPLAM, amigos de quem recebi apoio desde o início em que cogitei fazer o mestrado, em especial ao Clésio, Luzimar, Elaine Lobo, Talita e Carla, por suas importantes contribuições;

Aos companheiros do Departamento de Áreas Públicas de Regularização Fundiária-DARF/SEPLAM: Nara, Wanderley Lobo, Divina, Graça Pimentel, Lourdes Corsino, Edy Lamar, Tatiane, Rodrigo, Fernando, Sônia, Glades, Haline, Regina, Márcio e Carol. Especialmente à MELHOR equipe de trabalho, que alegre e dá vida ao ambiente da Divisão de Regularização Fundiária de Posse Urbana – DRFPU, aos quais chamo AMIGOS: Assistente Social Marcileide, Arquitetas e Urbanistas Bianca, Maurícia e Deborah, Técnicos Santiago e Max, Estagiárias em Arquitetura e Urbanismo Marília e em Geoprocessamento Brunna, pelo carisma e compreensão nos momentos em que eu, como chefe e mestrande, precisei de um esforço sobrenatural de cada um deles.

Na relação social:

A todos os professores do Projeto Línguas e amigos, dos quais citarei aqueles que estavam mais próximos e senti a força expressa do carisma que nutrem por mim: Naná, Martin, Jacy, Dormelina, Douglas, Olga, Drika, Nilvan, Eliane, Sara Belaonia, Alan Machado, Martinha, Geovane, e por fim a meus amigos russos André, Olga (Ольга) e em especial Alexandre Gerasimov, que sempre acreditou no meu potencial.

Ao grupo de alunos adoráveis do Español I: Ariadiny, Carolina, Kelly, Lelia, Leonardo, Luma, Maria Luiza, Marina, Rafael um obrigado especial pelas dicas, Rayra, Renan, Rivian, Rodrigo, Sabrina, Sara, Yasmini, com os quais reaprendi muito dessa língua, passando neste segundo semestre de 2011, tardes de sábado extremamente agradáveis;

Na medicina:

Ao psiquiatra Dr. Divino, psicólogas Dra. Helena e Dra. Cida Pereira e dermatologista Dr. Rodrigo Rapozo, os quais acompanharam e fortaleceram-me nas turbulências mentais pelas quais passei e que sem eles, os amigos e, sobretudo Deus, eu não conseguiria suportar e dizer que mais uma vez superei e tornei-me vitoriosa.

A todos, muito obrigada.

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas expectativas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

(CALVINO, 1990, p. 44.)

RESUMO

Este trabalho pretende discutir como os diagnósticos dos determinantes do medo e da sensação de insegurança, assim como as conexões e implicações dos efeitos do fenômeno da violência, podem colaborar com as políticas de segurança pública. Esta compreensão auxiliou na repercussão desses sentimentos na vida urbana, no âmbito de duas cidades interligadas espacialmente: Goiânia e Aparecida de Goiânia. O esforço desta análise recaiu sobre a violência e os seus efeitos na cidade, notadamente o medo e o sentimento de insegurança presentes em Aparecida de Goiânia, que é, nesta pesquisa, a cidade analisada no contexto metropolitano. Sua conurbação com a capital de Goiânia, cidade-pólo da Região Metropolitana, deflagrou uma estreita relação de dependência entre ambas. Discutindo esses conceitos historicamente e inserindo-os na segregação e vulnerabilidades sociais, relacionaram-se os sentimentos e perspectivas de vitimização locais às percepções da violência, do medo e da insegurança em cidades como Aparecida de Goiânia.

Palavras-chave: Aparecida de Goiânia; metropolização, violência; medo; insegurança.

ABSTRACT

This work aims to discuss how the diagnostics of the determinants of the fear and the feeling of insecurity, as well as the connections and implications of the effects of the phenomenon of violence, can collaborate with the public security policies. This understanding helped on the impact of such feelings in urban life, within the framework of two interconnected cities spatially: Goiânia and Aparecida de Goiânia. The effort of this review fell on violence and its effects in the city, notably the fear and the feeling of insecurity present in Aparecida de Goiania which is, in this survey, the city seen in the metropolitan context. Its conurbation with the capital of Goiânia, city-centre of the metropolitan area, flared up a close relationship of dependency between both. Discussing these concepts historically and inserting them in the segregation and social vulnerabilities, we associated the feelings and the perspectives of local victimization to the perceptions of violence, fear and insecurity in cities like Aparecida de Goiânia.

Keywords: Aparecida de Goiânia; metropolização, violence; fear; insecurity.

RESUMEN

En este trabajo se discutirá cómo los diagnósticos de los determinantes del miedo y de la sensación de inseguridad, así como las conexiones e implicaciones de los efectos del fenómeno de la violencia, pueden contribuir con las políticas de seguridad pública. Esta comprensión auxilió en la repercusión de esos sentimientos en la vida urbana, en el ámbito de dos ciudades intercomunicadas espacialmente: Goiânia e Aparecida de Goiânia. El esfuerzo de este análisis incidió sobre la violencia y sus efectos en la ciudad, especialmente el miedo y el sentimiento de inseguridad presentes en Aparecida de Goiânia, que es, en esta investigación, la ciudad analizada en el contexto metropolitano. Su conurbación con la capital de Goiânia, ciudad polo de la Región Metropolitana, desencadenó una estrecha relación de dependencia entre ambas. Discutiéndose esos conceptos históricamente e insertándolos en la segregación y vulnerabilidades sociales, se relacionan los sentimientos y perspectivas de victimización locales a las percepciones de la violencia, del miedo y de la inseguridad en ciudades como Aparecida de Goiânia.

Palabras clave: Aparecida de Goiânia; metropolização, violencia; miedo; inseguridad.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 CONEXÕES ENTRE MEDO, INSEGURANÇA E VIOLÊNCIA.....	19
1.1 <i>Insegurança versus violência: uma discussão da vulnerabilidade social</i>	19
1.2 <i>Conceitos de violência, medo e insegurança.....</i>	29
1.3 <i>A violência urbana e suas implicações.....</i>	40
1.4 <i>Breve histórico da violência no Brasil e em Goiás.....</i>	45
1.5 <i>Cidades, metropolização e segregação.....</i>	52
1.5.1 <i>Cidades em perspectiva.....</i>	54
1.5.2 <i>A metrópole Goiânia.....</i>	58
Capítulo 2 PERSPECTIVAS DE VITIMIZAÇÃO: ALGUMAS QUESTÕES.....	64
2.1 <i>Goiânia e Aparecida de Goiânia: algumas considerações históricas.....</i>	64
2.2 <i>Trajетórias da análise e o uso de survey.....</i>	73
2.3 <i>Algumas questões: da criminalidade à percepção de risco e vitimização.....</i>	78
2.3.1 <i>Incivilidades, crimes e vitimização.....</i>	83
2.3.2 <i>Percepção de risco, medo e insegurança.....</i>	87
2.3.3 <i>Alterações comportamentais e os meios de comunicação.....</i>	88
2.3.4 <i>Segurança pública, leis e punições.....</i>	90
Capítulo 3 CRIME, MEDO E INSEGURANÇA EM APARECIDA DE GOIÂNIA	92
3.1 <i>Caracterização da cidade de Aparecida.....</i>	92
3.2 <i>Percepção de crime.....</i>	98
3.3 <i>Perfil do agressor.....</i>	102
3.4 <i>Vitimização, medo e insegurança.....</i>	105
3.5 <i>Medidas de segurança para amenizar o medo.....</i>	114
3.6 <i>A possível confiança nas instituições de segurança pública.....</i>	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127

INTRODUÇÃO

Este trabalho, com o título “Medo e insegurança: reflexos da metropolização em Aparecida de Goiânia”, se apresenta como produto de dissertação do curso de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás, inserido na linha de pesquisa “Planejamento e Políticas Públicas”. Por ser um tema de interesse para o bem estar social, tem-se aqui a disposição em discutir o medo e o sentimento de insegurança, bem como as mudanças comportamentais, que são resultados direto da violência no processo de metropolização.

Nos dias atuais, a aglomeração de pessoas na cidade como resultado do desenvolvimento e progresso da sociedade, trouxe um leque de problemas de âmbito estrutural (como saneamento, mobilidade e pavimentação), econômico (como subemprego, desemprego), político (má administração) e social (como preconceitos, desigualdades, violências). Neste quadro, o surgimento do fenômeno denominado ‘violência na cidade’, especialmente em regiões metropolitanas, apresenta, como um de seus principais efeitos, o medo e o sentimento de insegurança, afetando a população em todos os níveis sociais.

Não é difícil entender porque os governos das esferas federal, estadual e municipal e as empresas particulares começaram, ao mesmo tempo, a investir mais intensamente tanto na segurança pública como na particular, visto que, sem o bem estar individual ou social há uma falência da estrutura comunitária representada pelas cidades.

A partir do momento em que os cidadãos são mobilizados pelo medo, problemas como o desemprego e a inflação, que deveriam ser mais intensamente repensados pelas esferas públicas, deixam de ser o foco principal e compartilham agora a mesma intensidade de interesse que a violência e suas repercussões na sociedade. Deste modo, conhecer os efeitos da violência, notadamente a insegurança e o medo, entendendo como esse processo nasce, desenvolve e se espacializa em Aparecida de Goiânia¹ no contexto metropolitano de Goiânia², faz-se

¹ Durante o desenvolvimento deste texto, em sua maior parte, a cidade de Aparecida de Goiânia será tratada apenas como Aparecida, evitando assim a cacofonia em relação ao nome da cidade de Goiânia. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira,

necessário para buscar possíveis determinantes e, por meio destes, propor soluções para a melhoria da seguridade pública e social.

Problemas gerados e vinculados à violência levam as instituições públicas e privadas a buscarem soluções para os mesmos. Assim, em uma primeira instância, o que se pratica nessa pesquisa é a discussão sobre a violência, suas ramificações e efeitos na sociedade. Isto é importante, pois, a violência determina não somente prejuízos materiais e econômicos como também psicológicos às vítimas. Normalmente, as pessoas se vêem obrigadas a mudarem hábitos e costumes, em função da convivência com o medo, provocando perda de bem-estar e de qualidade de vida³.

Os cidadãos buscam, ainda, diminuir a probabilidade de tornarem-se vítimas, cercando-se de aparatos materiais que lhes permitam uma sensação maior de segurança. Esse aspecto é referenciado por Pastana (2003, p. 63-4) como “arquitetura do medo”, o qual indica as alterações feitas nas casas como, por exemplo, construções de muros extremamente altos, cercas elétricas, alarmes, câmeras internas e externas, dentre outros. Ainda, eles têm modificado suas práticas cotidianas, a saber: alteração das rotas de trabalho, ou refugiando-se em condomínios fechados, quando suas condições financeiras lhes permitem. Especificamente no caso de Aparecida de Goiânia, a existência de condomínios tem pouca expressividade, com certa significância nas áreas de centralidades da conurbação com Goiânia, uma vez que a sua população apresenta uma renda per capita mais baixa.

cacofonia significa “o encontro ou repetição de sons do final de um vocábulo e início de outro que desagradam ao ouvido”.

² Goiânia é a principal cidade da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), que em diversos momentos será designada como Metrópole de Goiânia. Esta foi constituída oficialmente pelo que determinou a Lei Complementar Nº 027 de dezembro de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 78, de 25 de março de 2010, a qual foi publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás, no dia 05/04/2010, e passou a vigorar com as seguintes alterações, conforme art. 1º Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

³ De acordo com Francisco Filho (2004, p. 1) a qualidade de vida que o cidadão persegue, no entanto, depende de inúmeros fatores que começam por um ambiente naturalmente sadio, passando pelo acesso à riqueza gerada pela sociedade e terminam na segurança em viver esse espaço. As cidades modernas têm falhado em suprir todos estes itens à totalidade de seus cidadãos, se apresentando como um ambiente degradado, com a riqueza concentrada nas mãos de poucos e com um alto grau de insegurança pela explosão da violência.

Alude-se aqui, basicamente, a violência ocorrida nos centros urbanos, não se referindo à violência no campo, doméstica ou outros tipos conceituados. A violência urbana é determinada na presente pesquisa como aquela praticada com o intuito de ir contra a pessoa e o patrimônio.

Será dedicada uma parte para analisar etimológica e socialmente o conceito de violência, mas, em um primeiro momento, prima-se por perceber a violência como um fenômeno com diversas faces, o qual sempre existiu na sociedade, em todos os tempos e lugares, tomando formas e manifestações diferenciadas. Também, é relevante dizer que a violência urbana é um produto histórico e uma construção social.

Concebe-se a violência como construção histórica, e essa percepção, dentro da constituição da sociedade brasileira, aparece como um elemento sempre presente, banalizado e corriqueiro. Inicialmente, ela é vista como a relação entre colonos e indígenas, depois com a expansão mercantil e, subsequentemente, como mão-de-obra escrava africana. Do mesmo modo, essa violência é mantida no coronelismo, nos embates entre povo e oligarquia, tudo entremeado a um governo sempre de caráter autoritário e burocrático que fomentou revoluções e lutas individuais e coletivas por toda história brasileira.

Nessa perspectiva de argumentação, percebe-se que as cidades do entorno de Goiânia, sobretudo Aparecida - entendida e tratada aqui como periferia da cidade-pólo -, apresentam altos índices de criminalidade, urbanização desigual e disseminação do fenômeno medo entre a sua população. Dados das Delegacias da Região Metropolitana de Goiânia apontam, em 2008, 61.717 ocorrências de crimes na capital e 9.461 em Aparecida. Em razão disso, coube a esta pesquisa problematizar nesta pesquisa o seguinte questionamento: **“Quais os principais determinantes da sensação de insegurança em Aparecida de Goiânia?”**.

Com base nessa problematização, tem-se a hipótese de que **a cultura do medo generalizado, associada às desigualdades sociais, seria um dos principais determinantes da sensação de insegurança**. Além disso, pode-se pressupor também que, em Aparecida de Goiânia e na Metrôpole, a segregação social, a baixa renda e a baixa escolaridade, são ocasionadoras do medo e da insegurança.

Conforme a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás⁴, existem outros determinantes relacionados ao quantitativo e tipo específico de crimes que ocorrem na espacialidade urbana, a saber: a demografia populacional; a composição demográfica; o grau de urbanização; a mobilidade populacional; o sistema de transporte; as condições socioeconômicas; a renda per capita; a disponibilidade de emprego; os fatores culturais e educacionais; a religião; a estrutura familiar; a presença da polícia e a justiça criminal; e as atitudes dos cidadãos com relação ao crime.

Considerando-se o contexto metropolitano de Goiânia e tendo em vista a crescente violência nas cidades, entender os efeitos da violência em Aparecida, em especial o sentimento de insegurança, poderá contribuir para o alcance de uma resposta e possíveis soluções. Por ser uma cidade componente da Região Metropolitana de Goiânia (doravante RMG), há uma correlação entre os acontecimentos em toda RMG, principalmente em relação à capital, visto que ambas estão interligadas espacialmente. Desta forma, não há como desconectar os efeitos do fenômeno violência e suas repercussões destes nas duas cidades.

Portanto, para tratar o problema aqui apresentado, faz-se necessário uma análise que vá além dos elementos de prevenção, repressão e punição. Para isso, inicialmente, este trabalho propõe entender a violência na cidade, os efeitos de sua prática, assim como analisar os eventos que a precedem. Esta compreensão auxiliará no tratamento do medo e do sentimento de insegurança, promovendo uma repercussão maior na vida urbana.

O presente estudo tem como objetivo geral mensurar os fatores condicionantes da insegurança em Aparecida de Goiânia, associados ao crime. Como objetivos específicos, busca descrever as áreas de maior incidência de insegurança do cidadão; verificar o nível de insegurança de acordo com o grau de escolaridade; notar se o gênero indica que pessoa é mais susceptível ao medo, se o homem ou a mulher; além de analisar a faixa etária mais propensa a sentir medo.

A escolha deste tema justifica-se pelo fato de que a RMG, segundo Moysés (2005, p. 25), apresentou um crescimento com taxa média anual de 3,2%, no ano de 2000, com destaque para as cidades de Aparecida de Goiânia (com taxa de crescimento anual de 7,3%) e Senador Canedo (com taxa de 9,3%). De acordo com

⁴ Disponível em: <<http://transparencia.ssp.go.gov.br/downloads/manual.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2011.

a estimativa do IBGE, no ano de 2009, a RMG contava com 2.102.097 habitantes e o Censo 2010 totalizou 2.173.141 habitantes. Esta população está distribuída num território de aproximadamente 7.315,1km², conferindo-lhe uma densidade demográfica aproximada de 297,07hab/km². Ainda conforme o Observatório das Metrópoles⁵, ao se comparar as regiões metropolitanas, observa-se que uma das que mais crescentes no Brasil é a RMG, concentrando nela as “maiores mazelas decorrentes das aglomerações desordenadas: pobreza, desemprego, baixo IDH, déficit de serviços de saúde, educação, saneamento básico, além de elevados índices de violência” (2010, p. 1).

É esse contexto metropolitano, a estreita relação de dependência entre as duas cidades conurbadas (Goiânia e Aparecida) e os conflitos sociais geradores da insegurança e do medo que fizeram de Aparecida de Goiânia um estudo de caso nesta pesquisa. A insegurança sentida pelos moradores dessa cidade, advindas de roubos, homicídios, estupros, entre outras, e ainda a forma indiscriminada com que os crimes violentos são veiculados nos noticiários locais e nacionais, indicam que este não é um problema exclusivo da metrópole goiana, mas do Brasil como um todo.

Sendo assim, espera-se que este trabalho contribua para um melhor entendimento da exacerbação generalizada do medo, assim como colabore com as políticas de segurança pública, pois se trata de um estudo pioneiro na cidade de Aparecida de Goiânia. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa se pautaram na compilação e análise dos dados oriundos de um questionário⁶ (pesquisa de vitimização), tabulados e processados por meio do programa de análise estatística Statistical Package for the Social Sciences - SPSS. A metodologia explorada baseia-se em uma análise quantitativa, uma vez que para Pierre Bourdieu (1989) a investigação empírica faz uso de técnicas tanto quantitativas quanto qualitativas.

⁵ NÚCLEO GOIÂNIA DA REDE INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Censo 2010: RM de Goiânia cresce acima da média do estado e do país.* Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1738%3Acenso-2010-rm-de-goiania-cresce-acima-da-media-do-estado-e-do-pais&lang=pt> Acesso em: 06 nov. 2011.

⁶ Este questionário foi elaborado e aplicado, no ano de 2010, sob a coordenação da Professora Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás - UFG. A referida pesquisa, quantitativa, pautou-se na realização de um *survey* em vários municípios goianos, dentre eles Goiânia e Aparecida de Goiânia.

Neste sentido, em relação à análise dos questionários, seguiu-se a orientação de Roché (1993) que diz que, para desenvolver um modelo de análise do medo do crime, faz-se necessário não apenas traçar o ambiente relevante para os indivíduos, como também identificar o efeito sobre a vitimização, o que implica não em uma, mas em todas as relações vivenciadas.

Em linhas gerais esta pesquisa se comporá basicamente de três capítulos, conforme discorridos a seguir.

O primeiro capítulo, intitulado “Conexões entre medo, insegurança e violência”, será subdividido em dois subitens, sendo o primeiro denominado de “Insegurança *versus* violência: uma discussão da vulnerabilidade social”, que contará com conceitos de insegurança, medo e violência e o histórico da violência no Brasil e em Goiás. Neste momento tratar-se-á de uma revisão bibliográfica, discutindo de forma geral a violência na cidade, no caso, inserida numa região metropolitana segregada e cheia de conflitos, além do medo e insegurança abordando a ideia de punição em oposição à ideia de impunidade e o papel da *polícia*. No segundo subitem, “Cidades, metropolização e segregação”, discutir-se-á a cidade e sensação de medo, abordando o desenvolvimento da cidade, como o crescimento desordenado gerou o crime, a violência, o medo, a insegurança e, conseqüentemente, o mal-estar social.

O segundo capítulo, chamado de “Perspectivas de vitimização: algumas questões” apresenta três subitens: o primeiro, uma breve historicidade de Goiânia e Aparecida; o segundo aborda-se a sensação de insegurança em Aparecida; e o terceiro propõe a apresentação dos dados, por meio de questões retiradas do questionário aplicado em alguns bairros previamente selecionados da cidade de Aparecida de Goiânia.

Por fim, o terceiro capítulo, denominado “Crime, medo e insegurança em Aparecida de Goiânia”, dedicará à análise dos resultados.

Além desta introdução, o texto contará ainda com as considerações finais relacionadas ao tema e às hipóteses elencadas.

CAPÍTULO 1

CONEXÕES ENTRE MEDO, INSEGURANÇA E VIOLÊNCIA

1.1 Insegurança *versus* violência: uma discussão da vulnerabilidade social

O medo, associado ao crime e à violência, tem sido amplamente estudado por várias áreas etimológicas como a sociologia, geografia, urbanismo, arquitetura, psicologia - sobretudo a social e ambiental -, direito, filosofia e economia. Inevitavelmente, o tratamento dado a este tema é multidisciplinar, uma vez que tanto os fatores que originam o medo e o sentimento de insegurança⁷, como as consequências do próprio medo, são objetos das mencionadas áreas do conhecimento.

Segundo Bauman (2009), a organização estrutural e social das cidades é responsável por essa sensação de insegurança e consequente medo social. A organização citadina segrega as classes sociais, criando um diferencial no *status quo* urbano. Segundo o autor, as cidades são organizadas de tal forma que os ricos se privilegiam da sua organização estrutural, enriquecendo cada vez mais, ao passo que os pobres são segregados em bairros desorganizados, a exemplo das favelas. Assim, os ricos vivem em locais seguros e que, no entanto, suas próprias moradias, como condomínios fechados, são exemplos da sensação de insegurança, visto que eles se isolam, ou seja, “todos só se sentem seguros em suas casas, em especial se estiverem guarnecidos com fortes grades e agentes de segurança” (PASTANA, 2003, p. 9).

Em decorrência da violência, o fenômeno da insegurança e medo aparece como uma das maiores preocupações da sociedade brasileira, principalmente nas metrópoles. Diante desse cenário é possível observar os seguintes comportamentos: busca de segurança, por parte dos cidadãos, e discurso prometendo resposta a essa necessidade, por parte de políticos, cujo maior interesse é, sem dúvida, a dominação social.

⁷ Ora serão usados os termos sentimento de insegurança, ora sensação de insegurança. Tanto sentimento como sensação serão utilizados como se fossem palavras sinônimas.

O que ocorre no Brasil é a utilização da violência como fator gerador de desconcerto social, buscando-se, assim, desviar-se do foco de atenção dos problemas reais, tais como: inflação, recessão, miséria, marginalização, desemprego, entre outros. Esses fatores sociais geram a violência como uma resposta dos desfavorecidos econômica e socialmente e como uma reposição de bens materiais que lhes são negados por meios considerados honestos.

Deste modo, os marginalizados recorrem à violência como meio de apropriação de bens. Como descreve Oliven (1982), surge uma dramatização da violência, a separação entre homens do “bem” e homens do “mal”, em que os segundos se tornam os bodes expiatórios da real situação brasileira:

[...] a riqueza e a opulência convivendo com a mais flagrante miséria. Esse contraste entre ostentação e indigência poderia ser encarado como o elemento que fornece a base necessária ao surgimento da delinquência de classe baixa. (OLIVEN, 1982, p.26)

No período de eleições no Brasil, o qual ocorre a cada quatro anos, os políticos apresentam, em seus discursos, como uma de suas metas principais, a segurança pública, prometendo aos eleitores maior policiamento, prevenção e punição ao crime. É nesse contexto que a segurança pessoal torna-se a maior estratégia de *marketing* dos políticos e empresários que visam os lucros advindos de aparatos relacionados à “economia do medo”⁸. Neste sentido, Bauman afirma:

[a]ssim como o dinheiro líquido disponível para investimentos de todo tipo, o “capital do medo” pode ser transformado em qualquer tipo de lucro político ou comercial. É isso mesmo. A segurança pessoal tornou-se muito importante, talvez o argumento de venda mais necessário para qualquer estratégia de *marketing*. A expressão “lei e ordem”, hoje reduzida a uma promessa de segurança pessoal, transformou-se num argumento categórico de venda, talvez o mais decisivo nos projetos políticos e nas campanhas eleitorais. (BAUMAN, 2009, p.55)

O sistema de dominação sempre esteve presente na sociedade, logo a gestão do medo, através do discurso de segurança e controle da violência, por políticos desejosos de manterem-se no poder, é questão recorrente na vida urbana.

⁸ Emprega-se o termo “economia do medo” em alusão ao fato de que muitos estudos trazem em suas discussões a ideia da ‘economia do crime’. Neste estudo a economia do medo seria tudo o que é envolto no processo de segurança, que para minimizar a insegurança gera-se uma economia voltada integralmente para a segurança, quer seja por meio de vendas de cercas elétricas, circuitos de câmeras, blindagens, dentre outros, quer seja de contratação de segurança particular. Atualmente é um dos setores da economia brasileira que mais cresce.

Nas metrópoles, quase sempre o medo é manipulado para o controle das classes consideradas perigosas pela população, em geral, negras e pobres. Segundo Pastana (2003, p. 82),

o objetivo político não seria diminuir o medo, mas sim mantê-lo e até mesmo propagá-lo para que sempre haja este elemento como plataforma política [...] para a satisfação de seus interesses, fazem uso do medo para dar continuidade a políticas autoritárias.

De acordo com Arendt (1985, p. 19), “existe um consenso entre os teóricos políticos da esquerda e da direita de que a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder”.

O aumento da violência e crime nas cidades passou a ser um dos temas mais discutidos na atualidade, influenciando ainda na nova estética urbana, em resposta à necessidade de segurança nas zonas residenciais. Como reação, aparece um dos fenômenos que tira a tranquilidade do cidadão: a sensação de insegurança e o medo. Para tanto, as estratégias para enfrentar o medo são as mais diversas possíveis, independente da classe social a que pertença, modificando o modo de vida na cidade e mudando seus hábitos. Para Caldeira (2000, p.33),

[g]eralmente, a experiência de um crime violento é seguida de reações como cercar a casa, mudar de endereço, controlar as atividades das crianças, contratar seguranças, não sair à noite, evitar certas áreas da cidade e assim por diante, ações essas que reforçam um sentimento de perda e restrição assim como uma sensação de uma existência caótica num lugar perigoso.

A sensação de insegurança, ou seja, o sentimento decorrente da falta de segurança, deixa o cidadão cheio de medo e o leva a tomar medidas preventivas. Cria-se, então, um novo comércio: o da segurança privada. Assim, a segurança que deveria ser pública, ou seja, fornecida de forma gratuita pela Segurança Pública, passa a ser oferecida por terceiros que se capacitam e vendem sua força de trabalho com produtos de segurança para imóveis e móveis, segurança pessoal. Desse modo, institui-se uma política que se torna outro tipo de violência para o cidadão, chamado anteriormente de economia do medo.

À proporção que isso acontece, surge o conceito de “arquitetura do medo” também trabalhado por Feiguin, para explicar que as cidades têm assumido feições que refletem esse sentimento vivenciado por sua população:

[...] muros altos, cercas ao redor das casas, proliferação de sofisticados sistemas de segurança e alarme, crescimento visível das empresas privadas de vigilância, aumento do número de portes e registros de armas concedidos à população, fuga de zonas e regiões onde o risco de se transitar sozinho de dia e, principalmente, a noite é bastante elevado, além de vários outros mecanismos de autoproteção. (FEIGUIN, 1995, p. 73)

É por detrás de muros e segregações que o medo, associado à violência e ao crime, como meio de dominação, controle e busca de poder econômico, se reproduz. Para Rolnik (2004, p. 40-1),

[é] como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial.

O crescimento urbano desordenado, seja de uma cidade ou de uma grande metrópole, é, sem dúvida, um dos fatores geradores de insegurança, quer pelo caos visível que envolve enorme quantidade de ruas, edifícios, com conseqüente movimentação de transeuntes; quer pela manifestação dos atores desses espaços, uma vez que poderão demonstrar comportamentos os mais variados, gerando, em outras pessoas, tanto inspiração e confiança como medo e insegurança.

É conhecido, que houve um período na história humana, no qual a natureza constituía-se na grande geradora de insegurança, quando, em seus momentos de intensa fúria, destruía e gerava prejuízos econômicos e emocionais com suas enchentes, deslizamentos, soterramentos, furacões, entre outros fenômenos naturais. Na atualidade, contudo, são as ações humanas que têm o poder ainda mais destrutivo do que a própria natureza, constituindo-se fontes do medo nos indivíduos. Essa mudança não é recente. Há registros remotos de violência humana contra a comunidade dos povoados, vilas e cidades. Combater a violência era um grande desafio para as autoridades e ainda continua sendo. O planejamento, tanto

no surgimento quanto na expansão de uma cidade, certamente contribuirá para minimizar os conflitos que em geral surgem na convivência urbana.

De acordo com Tuan (2005, p.16),

[p]ara os governantes e governos, a multidão é potencialmente perigosa, como as forças da natureza, ela precisa ser controlada. No passado, as autoridades procuravam subjugar a multidão, encorajando deliberadamente uma atmosfera de medo, utilizando a máquina da lei e da justiça. Os pelourinhos e cadafalsos eram colocados em lugares públicos; as execuções eram dramatizadas e se estabelecia uma paisagem de punição bem visível.

Embora seja característica do ser humano a criação da ordem e a vivência em sociedade, o fato de as pessoas se juntarem em um mesmo lugar pode resultar numa situação em que a presença da violência pode ser inevitável e, conforme Arendt (1985, p.33), “a superpopulação resulta em irritação e agressividade”. Por isso, cada vez mais os espaços públicos são evitados pelos cidadãos, alegando a insegurança desses locais, por causa do pouco policiamento. Assim, praças deixam de ser palco para encontro de cidadãos, os quais passam a frequentar *Shoppings Centers*. Estes aparecem para modificar essa paisagem do medo⁹, pois aparentemente são lugares que oferecem uma sensação de maior segurança aos seus frequentadores.

Atualmente, os meios de comunicação são um forte veículo para a disseminação do medo na comunidade em geral, apesar de não serem os responsáveis diretos pelo medo ou pela sensação de insegurança sentida pela sociedade. Conforme Michaud (1989, p. 49),

[a] mídia precisa de acontecimentos e vive do sensacional. A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagens para as violências espetaculares, sangrentas ou atozes sobre as violências comuns, banais e instaladas.

⁹ TUAN (2005, p. 7, grifo nosso) define as paisagens do medo como as inúmeras imagens acudidas à nossa mente: “medo do escuro e a sensação de abandono quando criança; ansiedade em lugares desconhecidos ou em reuniões sociais; pavor dos mortos e do sobrenatural; medo das doenças, guerras e catástrofes naturais; desconforto ao ver hospitais e prisões; medo de assaltantes em ruas desertas e em certos bairros; ansiedade diante da possibilidade de rompimento da ordem mundial”.

A população, a cada dia, se sente mais à mercê da violência que é veiculada pelos meios de comunicação, quer seja pela imprensa escrita ou falada. A televisão, por meio dos telejornais e programas específicos, mostra mortes, agressões, crimes hediondos, espetacularizando a violência, a qual, de certa forma, contribui para a difusão do medo e da sensação de insegurança, associada à violência e ao crime. Neste sentido, Ferraz (1994, p.19) afirma que

[o] maior potencial da tecnologia tem sido usado para exacerbar a violência em todas as partes do mundo, não só por meio da produção de instrumentos materiais mais agressivos, como também pela cruel e desumana exaltação dos atos violentos pelos meios de comunicação de massa, influenciando especialmente a juventude carente de princípios. Em lugar de engrandecer as boas qualidades e os atos morais e espirituais dos indivíduos, tais órgãos de publicidade propagam aos quatro ventos as ações negativas dos delinquentes. Em busca de vantagens meramente econômicas, os meios de comunicação de massa exploram e ao mesmo tempo incitam as inclinações mais baixas do ser humano.

É a sensação de insegurança que fragiliza as pessoas, levando-as a exigirem dos governantes uma severidade maior na punição dos delinquentes, incluindo a sentença máxima de punição: a pena de morte¹⁰.

Conforme Foucault (1987), no século XVIII, a reforma da justiça penal, com projetos contendo nova teoria da lei e do crime, deparava-se com a justificativa moderna da crueldade física. Sustentando essa justificativa de que as penas deveriam ser severas e necessárias, afirmava-se que o exemplo ficaria inscrito, profundamente, no coração dos homens.

Porém, para este autor, entretanto, não eram os exemplos que sustentavam o suplício¹¹ e sim a política do medo presente naquele período. Segundo ele,

¹⁰ Segundo Foucault (1987, p.46) “A pena de morte natural compreende todos os tipos de morte: uns podem ser condenados à forca, outros a ter a mão ou a língua cortada ou furada e ser enforcados em seguida; outros crimes mais graves, a ser arrebatados vivos e expirar na roda depois de ter os membros arrebatados; outros a ser arrebatados até a morte natural, outros a ser estrangulados e em seguida arrebatados, outros a ser queimados vivos, outros a ser queimados depois de estrangulados, outros a ter a língua cortada ou furada e em seguida queimados vivos, outros a ser puxados por quatro cavalos, outros a ter a cabeça cortada, outros enfim a ter a cabeça quebrada.

¹¹ O suplício de acordo com Jacourt apud Foucault é a ‘Pena corporal, dolorosa, mais ou menos atroz [...] “É um fenômeno inexplicável a extensão da imaginação dos homens para a barbárie e a crueldade”. Conforme Foucault, “Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma

[n]a realidade, entretanto o que até então sustentava essa prática dos suplícios não era a economia do exemplo, no sentido em que isso será entendido na época dos ideólogos (de que a representação da pena é mais importante do que o interesse pelo crime), mas a política do medo: tornar sensível a todos, sobre o corpo do criminoso, a presença encolerizada do soberano. O suplício não restabelecia a justiça; reativava o poder. (*ibidem*: 1987, p. 46)

As imagens da morte e do terror, transmitidas pelos meios de comunicação, têm tentado mostrar como as pessoas deveriam se comportar, compreender, ver e sentir-se em relação à sensação de insegurança, variando apenas os indivíduos e o seu lugar na estrutura social. Há uma tendência, por parte da mídia, em seus vários aspectos, de fazer que acontecimentos hediondos sejam tratados como *show*, de sensacionalizar a violência e o crime, espetacularizando e tornando-os como uma tática circense, uma forma de entretenimento. De acordo com Ferraz (1994, p. 12)

[s]e por um lado a divulgação da violência possa trazer algum resultado positivo, por levar o delinqüente à execração pública, por outro lado, o ato ilícito, descrito nos mínimos detalhes, tem contribuído para a ação de novos delinqüentes [...]. Pode-se afirmar que, balanceando os resultados, os meios de comunicação só têm incentivado a violência.

A espetacularização na mídia, além de evidenciar o que alguns indivíduos pertencentes à comunidade civil são capazes de fazer, demonstra também e, com bastante ênfase, o envolvimento de alguns profissionais da polícia civil em diversos tipos de crimes. Essa dura realidade expõe a grande contradição, uma vez que esses profissionais, para os quais a maior missão seria a de proteger o cidadão comum, passam a amedrontá-los. Com tanta divulgação, principalmente pela mídia televisiva, de profissionais da polícia envolvidos na criminalidade gera mais insegurança e descrença na ação da mesma.

O medo e a sensação de insegurança, intensificados, levam a população, a cada dia, a se sentir desprotegida, já que não se sabe mais quem é o bandido: o reconhecidamente bandido ou a polícia. Em relação a isso Donnici (1990, p. 52, grifo do autor) observa que

gradação calculada de sofrimentos: desde a decapitação – que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e num só instante: o grau zero do suplício – até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, através do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo; a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em <<mil mortes>> e obtendo, antes de cessar a existência, *the most exquisite agonies*. (FOUCAULT 1987, p.34)

[a] história da Polícia brasileira está contida na história da repressão social e econômica em que vivemos desde o Brasil Colônia, anotando-se que nunca tivemos a Polícia como condição da liberdade e guardiã da paz, porque, despreparada, sempre foi uma Polícia perigosa e o exemplo clássico está nos “**Esquadrões da Morte**”, de tristíssima memória, integrados por policiais, denunciados por mim na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado da Guanabara – e por Hélio Bicudo em São Paulo, em 1971, hoje conhecidos sob o nome de Grupos de Extermínio.

O mesmo autor complementa que “[...]‘as atitudes, o modo de ação, a referência ética, a corrupção e o aspecto físico do policial contribuem para formar uma imagem perante a opinião pública’. Para ele, a eficácia do trabalho depende dessa imagem”. (*ibidem*: 1990, p. 55)

Essas circunstâncias fazem com que os governantes prometam maior policiamento para prevenção/repressão do crime e essa promessa é reforçada em momentos que antecedem todas as eleições. Contrapondo essa opinião, é possível presenciar o aumento considerável da violência, com crescente medo e sentimento de insegurança, sem grandes alardes. É visível historicamente que essa relação Estado/Marginal sempre resulta em conflitos sociais que o governo não consegue resolver. Ainda que, sempre, seja visto como “caso de polícia”, a questão social da marginalização de uma boa parte da população brasileira que “desempenha papel essencialmente político, ajudando a manter o poder das classes dominantes” (OLIVEN, 1982, p. 24).

Nesse estudo, será adotado o pressuposto de que o gênero, a idade, a escolaridade, a impunidade e a desigualdade social sejam possíveis determinantes do medo e sensação de insegurança, associados à violência e crime.

O medo e a sensação de insegurança são nocivos para a sociedade, pois diminui a qualidade de vida do indivíduo, o qual vive sobressaltado diante da violência frequente. O medo, em geral, reduz a possibilidade de socialização, pois reflete na rotina das pessoas, as quais deixam de passear por uma praça ou até mesmo sentarem-se diante de sua casa pelo fato de se sentirem sujeitas a qualquer tipo de violência. Na tentativa de suprir a necessidade de interação e, com o imaginário de estarem protegidas, as pessoas buscam os *shopping centers*.

É muito importante que o tema medo e insegurança urbana seja compreendido, entretanto poucos estudos subsidiam essa compreensão. A maioria

das pesquisas volta-se para a violência e o crime e, no Brasil, os registros em sua maioria são somente a partir da década de 80.

A priori, para o entendimento do medo e insegurança na cidade, que aqui não é tratado no âmbito puro da ciência da psicologia, mas numa perspectiva social e econômica, a metrópole aparece como pano de fundo, pois é nela, espaço fragmentado, de segregações, de centralidades, de periferizações, de grandes projetos de desenvolvimento urbano, de um processo de urbanização desigual, que esse desconforto social é gerado.

Dentre os estudiosos desse tema, serão privilegiados os citados a seguir em razão de se aproximarem dos ideais dessa pesquisa. Sem dúvida, no decorrer deste estudo outros serão abordados, em respaldo às fundamentações teóricas ou empíricas.

Caldeira (2000) analisa a forma pela qual crime e medo se associaram às transformações urbanas de São Paulo, produzindo, nas últimas décadas, um novo padrão de segregação espacial. Segundo a autora, o aumento da violência e o fracasso da polícia em combatê-la trouxeram sérias consequências como a privatização da segurança e a reclusão em 'enclaves fortificados', os quais são chamados de condomínios fechados, resultando na fragmentação do espaço público, valorização da desigualdade e incentivo ao preconceito em relação a determinados grupos sociais.

A forma pela qual a problemática da (in) segurança pública vai se convertendo em um fator de (re) estruturação do espaço e da vida urbanos, tendo por pano de fundo o medo generalizado, é tratado por SOUZA (2008) em sua obra. O referido pesquisador faz uso de forma inovadora do termo "fobópole", derivado do grego, *phóbos*, que significa "medo", e *polis* "cidade". Com essa palavra, o autor procura sintetizar o pensamento das cidades, nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais acentuada nas conversas e nos noticiários da imprensa.

O autor Bauman (2009) observa os reflexos da cidade socialdemocrata que se firmou no segundo pós-guerra, pois o seu tecido social submetido a intensas pressões, com a produção de uma verticalização crescente, gera as segregações sociais: os ricos tendem a ficar mais ricos, usufruindo o que há de melhor no mercado e, os pobres, cada vez mais, tendem a afundar-se na miséria. Segundo

esse mesmo autor, esse quadro pode suscitar uma desconfiança e um sentimento difuso de medo.

Na sociedade atual, a violência urbana e o medo se entrelaçam de forma a gerar situações nas quais a população apresenta, frequentemente, dificuldades para distinguir entre a realidade, imaginação e paranóia. Por isso, Baierl (2004) objetiva, em seu trabalho, identificar os medos sociais vividos no dia a dia como resultantes da violência urbana, partindo da hipótese de que a violência, além de manifestar-se de forma diferenciada, afeta de modo distinto o cotidiano e a vida da sociedade.

De acordo com Baierl (2004), o medo, que é produzido e construído através das múltiplas formas de manifestação da violência, altera drasticamente as relações entre as pessoas, normas e padrões de educação, introduzindo um novo padrão de segregação urbana. Identificou, ainda, no decorrer de seu estudo, dois personagens centrais que povoam o imaginário das pessoas, sendo os que mais lhe provocam medo, alterando suas formas de ser e viver na cidade: o traficante e o policial.

Ao pesquisar a cultura do medo na cidade de São Paulo, Pastana (2003) interessou-se em evidenciar o crime, o medo, a violência e a cultura, contrapondo visões, realidades e, até mesmo, o senso comum, com o intuito de compreender as causas do pânico que toma conta do imaginário social paulistano e que se manifesta como forma de dominação.

Como parâmetro para a pesquisa proposta, além dos autores que evidenciam a existência do medo na cidade, torna-se importante levar em conta o que diz Glassner (2003) ao defender a teoria de que há cada vez mais medo de fatos que acontecem cada vez menos, pois números mascarados, intenções obscuras, notícias enganosas fazem com que problemas e acontecimentos como poluição, desemprego, vendas de armas sejam ignorados. Além disso, segundo estudos de fatos nos EUA, ele afirma que os americanos sofrem, cada vez mais, por motivos menos reais, como crianças assassinas, epidemias, internautas pedófilos, provando, por meio de números e pesquisas em jornais e emissoras de televisão, que há interesse de pequenos grupos, porém poderosos, em provocar certos tipos de medos na população, ao mesmo tempo em que não é interessante divulgar o que realmente deveria causar preocupação.

Essa ideia difundida por Glassner (2003) é pertinente uma vez que pode ser encarada como uma possibilidade da realidade metropolitana de Goiás a ser identificada no decorrer desse estudo.

As discussões teóricas, juntamente com os dados coletados, contribuirão para a compreensão dos determinantes da insegurança, bem como resultará em um instrumento de ação para os governantes, possibilitando políticas públicas de repressão e prevenção da violência e do crime.

1.2 Conceitos de violência, medo e insegurança

Um dos maiores desafios para se obter uma conceituação é que ela depende, sempre, de um referencial. No caso de violência, isso poderia ser diferente: “a violência é, portanto assimilada ao imprevisível, à ausência de forma, ao desregramento absoluto” (MICHAUD, 1989, p. 12). Analisando o homem isolado de seu contexto social, pode-se considerar seus atos como lícitos e naturais, entretanto, desde o momento em que ele se socializa, compartilha sua vivência com outrem, nascem os conceitos de direitos e deveres. É comumente aceito que “*o direito de um acaba onde começa o do outro*”, e a partir do momento em que se invade esse espaço de direito há um gerador de violência.

A História reconhece que é a partir da Revolução Francesa que se intitula os direitos humanos: à vida, à liberdade e à expressão. São esses direitos que auxiliam na autoconservação do indivíduo. Para garantirem esses direitos, os homens se unem num contrato social, manifesto pelo Estado e por suas leis redigidas e sacramentadas de comum acordo. Segundo Chaui (2006, p. 96), “a criação do direito civil e do Estado é um feito racional, ditado pelos interesses dos homens em face do medo da violência”.

Socialmente, para assegurar seus direitos, o homem criou o governo, sendo o Estado o seu representante legal, aquele que assegura os seus direitos e exige o cumprimento dos seus deveres. A relação entre o crescimento da violência é proporcional às novas regras e leis implantadas para a garantia de uma sociedade mais pacífica. Assim cabe ao governo, Estado, a responsabilidade de criar meios que garantam a convivência pacífica entre os cidadãos. Nesse contexto, a violação de um direito ocorre quando há um atentado ou crime contra a posse “indo desde a propriedade individual do próprio corpo e da própria vida até a greve e ocupação de

terras, que atingem a propriedade privada dos meios sociais de produção” (Chaui, 2006, p. 101).

Assim, se na relação de homem-homem, uma situação na qual ocorra a imposição dos desejos e necessidades de um sobre o outro é considerada violência, a imposição das leis, da justiça e da ordem não o é. Para Michaud (1989, p. 27) “a intensidade e a ferocidade da repressão estão na verdade ligadas à vontade do Estado de afirmar sua supremacia e seu monopólio do terror”.

A violência do poder, ou a de cima, serve aqui apenas para parametrizar que a violência analisada nesse estudo vincula-se a um componente de formação social e estrutural do Estado, visto que a violência abordada como um “componente subjetivo que depende dos critérios utilizados: jurídicos, institucionais, valores de grupos e até mesmo disposições pessoais” (MICHAUD, 1989, p. 14).

Etimologicamente, como analisa Misse (2011), a violência deriva do latim *violentia*, uma força usada contra o direito e a lei. Ou como designa Dadoun (1998, p. 10) “força”, “vigor” “potência” ou *vis* que designa o “emprego da força”. Nesse sentido caracteriza-se como algo inerente ao ser humano: “da violência como essência do homem”. Assim, a violência passa a designar qualquer ato que cause ruptura à ordem natural da vivência em grupo. Conforme esse autor, o “ato que viola a integridade de um indivíduo, que não lhe permite a reação e que, portanto, transforma-o em mero objeto, numa coisa qualquer a que se pode fazer o que se quiser”.

A violência é vista como instrumental, a partir do momento que é analisada como uma forma de resposta do indivíduo marginalizado pelos seus iguais. É uma violência desafiadora, utilizada pelo homem urbano como forma de resistência à ordem imposta socialmente, da qual se sente desapropriado “dos meios de preservar sua vida e a si próprio individualmente” (DADOUN, 1998, p. 93). É uma violência ambígua no sentido em que massacra e condena o pobre e marginal, mas que abriga e protege, em seu seio, os desvelos de uma classe rica e privilegiada. Essa mesma violência acoberta atos ilícitos de governantes e empresários e “corta” fora a mão de um batedor de carteiras. De acordo com Chaui “a violência aparece, assim como aquilo que, por não ter medida nem limites, devasta a natureza, o corpo, o espírito e a sociedade” (CHAUI, 2006 p. 119).

Pondera-se, nessa pesquisa, a violência que se afasta do instinto humano como ser animal, denominada automática, o qual reage diante de circunstâncias

opressoras, na busca de proteção de espaço, de defesa da vida para surgir uma violência refletida, ou seja, a referência a uma violência pensada, cogitada, aceita e gerada pelo seu ambiente social, sendo “uma resposta à repressão e à injustiça social, levando este a defender-se das pressões e, para isto, cria mecanismos de escape anti-social, adotando a conduta criminosa” (FERRAZ, 1994, p. 33).

A violência urbana é cotidiana, corriqueira e está associada ao caos, à falta de estrutura cidadina, à falta de respeito pela lei e a ordem, ao patrimônio público e privado, falta de respeito à própria vida. É essa violência que torna os cidadãos frágeis, vulneráveis e suscita no âmago dos homens o medo e a sensação de insegurança. Nesse sentido, para Michaud,

[h]á violência, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p. 10-1)

Ainda, aborda-se nesse estudo a violência designada como urbana, a que ocorre nos espaços das cidades, nas relações dos homens com o meio urbano e com seus semelhantes. Não se analisará a violência instintiva do homem, mas sim se buscará as relações entre a violência urbana, vista como uma resposta do homem às injustiças sociais e à desigualdade de renda. A violência urbana é a que se realiza no espaço urbano, ou melhor, a que deriva da organização espacial dos centros urbanos e, de acordo com Viana (2002, p. 44), “o espaço urbano capitalista gera diversos problemas e conflitos e isto, por sua vez, gera uma forma específica de violência, a violência urbana”.

A cidade, ou o espaço urbano, é segregador por natureza, organizado em centro, bairros residenciais, comerciais, entre outros. Ela separa a camada social dos abastados da classe trabalhadora, dos miseráveis, dos despossuídos. No espaço urbano, surge como ramificações da segregação urbana, a violência em suas mais variadas faces: tráfico de drogas, crime organizado, prostituição, impunidade, roubo, estupro, violência doméstica, medo e insegurança. Sendo assim, são manifestações estruturais da questão social: a violência, o medo e a insegurança, mostrando reflexos de uma cidade mal organizada, em que ricos tornam-se cada vez mais ricos e os pobres são cada vez mais subjugados pela dominação capitalista. Segundo Oliven (1982, p. 28),

[o] clima de insegurança e violência em que vivem nossas populações urbanas é reflexo do capitalismo selvagem que caracteriza o atual modelo de desenvolvimento brasileiro, o qual, ao exacerbar as desigualdades sociais, valeu-se crescentemente do árbitro. Esse modelo fortaleceu um aparelho de repressão que avoca a si a função judicial de decidir quem é o culpado e quem é inocente, prendendo, torturando e matando em nome da segurança pública.

Analisar a violência nos centros urbanos é entender as manifestações sociais dos desapropriados econômica e socialmente, é compreender e relatar ações utilizadas pelos cidadãos para garantir sua sobrevivência na chamada selva de pedras. É nas cidades que se vê a mais devastadora violência, a pobreza e a miséria. E ao utilizar a criminalidade como meio de fuga da pobreza, o homem é punido pela sua própria criação, o Estado. Ainda se percebe que os moradores dos bairros pobres e periféricos não são apenas causadores da violência, mas também suas vítimas. Afirma Pedrazzini (2006, p. 101) que “os pobres são as maiores vítimas da violência urbana, mas desenvolvem, ilegal ou até violentamente, mecanismos de sobrevivência que favorecem sua imagem negativa”.

As diferentes manifestações da violência urbana, seja no âmbito pessoal ou patrimonial social, se reflete cada vez mais no dia a dia dos atores urbanos, à medida que pessoas alteram seu padrão de vida, ou seja, seu modo de viver. Mudam-se dos bairros onde nasceram e cresceram para condomínios, abandonam praças e mercados por *shoppings centers* e áreas de lazer fechadas. Distanciam-se do relacionamento com vizinhos e parentes, buscam no relacionamento via *web*, o antigo prazer de um bate-papo à noite na porta de casa. Assim, para Bauman

[a] insegurança alimenta o medo: não há novidade, portanto, no fato de que a guerra à insegurança tenha grande destaque na lista das prioridades dos planejadores urbanos. Eles acreditam – e, quando perguntados, reafirmam isso – que deveria ser assim mesmo. O problema, porém, é que, com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura, em suma, todos os atrativos da vida urbana (BAUMAN, 2009, p. 68).

Ao discutir a violência urbana, normalmente todos se lembram dos noticiários televisivos que abordam a delinquência das camadas mais baixas, os marginalizados, bodes expiatórios de todos os problemas brasileiros. Quando surge um caso em que o ator principal descende do chamado “berço nobre” são comuns

expressões do tipo “Esse menino sempre teve de tudo, como pôde fazer algo tão hediondo?”. Os autores Kowarick e Ant observam que:

[q]uando os meios de comunicação de massa falam em violência urbana estão se referindo quase exclusivamente à delinqüência da classe baixa, minimizando o arbítrio policial e omitindo que, na realidade, os acidentes de trabalho, a desnutrição e a miséria vitimam um número muito maior de habitantes de nossas grandes cidades (KOWARICK; ANT, 1982 p.32).

Os centros urbanos são centros de desigualdades e contradições socioeconômicas. Nesses, o indivíduo é submetido a um estilo de vida degradante, acorda cedo, alimenta-se mal, utiliza transporte precário, empregos exploradores e salários afrontantes, sistema de saúde inexistente, moradia periférica, saneamento básico muitas vezes inexistente, são exemplos da carência em que vive o homem urbano. É nesse meio que a violência progride a um ritmo vertiginoso. Da violência nasce o medo e o sentimento de insegurança que acompanha o morador citadino cotidianamente. Para Kowarick e Ant (1982, p. 83) “o medo tornou-se fato corriqueiro, alastrando profunda insegurança na medida em que os indivíduos se sentem desprovidos de meios para controlar aspectos essenciais de sua sobrevivência”.

As situações de violência, sejam vivenciadas ou aludidas pela mídia, intensificam o medo que acompanha o homem urbano em suas atividades corriqueiras, andar na rua sozinho durante o dia ou à noite, receber ou realizar um pagamento no banco, falar com estranhos, ajudar alguém em perigo, todas são situações que atormentam emocionalmente, aumentando a sensação de insegurança nas atividades diárias, “a cidade é percebida como fonte de perigo. Já não se trata, portanto, deste ou daquele temor, mas de uma sensação fortemente internalizada que passou a ser inerente à vida cotidiana” (KOWARICK; ANT, 1982, p. 34).

É, para o citadino, difícil co-relacionar o que é medo do real ou do espetacularizado, já que a mídia transforma a violência cotidiana num espetáculo que intensifica o medo e o sentimento de insegurança nos cidadãos urbanos. Muitas vezes o morador de um bairro nem chega a presenciar atos ilícitos e violentos, mas por vê-los tão cotidianamente veiculados na mídia, acaba por ser tomado pelo medo de que algo semelhante aconteça consigo, com familiares ou conhecidos.

Outro aspecto da violência é o modo como o cidadão é tratado, muitas vezes o indivíduo é desrespeitado nos seus direitos mais simples, como entrar em um supermercado para fazer uma compra e ver-se, o tempo todo, vigiado por um funcionário daquele estabelecimento. Ou outrem, pelo fato de ser-lhe negado o direito de atendimento em um ou outro estabelecimento. Conforme Pedrazzini (2006, p.25) “a violência real dos pobres e o sofrimento que os leva à violência fazem parte do espetáculo cotidiano e são vendidos como um produto qualquer”.

Em muitos casos, como analisa Davis (2001), há uma contenção e exclusão de uma parte da população. Essa é “marcada” como potencialmente perigosa e os indivíduos dessa classe são penalizados apenas por nela estarem integrados, mesmo sendo homens com bom comportamento. É o que Davis chama de “criminalização do *status*” em que a “estratégia de distritos de controle social penaliza os indivíduos mesmo na ausência de atos criminosos”. (DAVIS, 2001, p. 367)

Vê-se assim refletido a diferenciação entre o homem considerado de “bem” e o considerado de “mal”, a forma como a pessoa se traja, fala e anda reflete o modo como será tratada. Isso é visto em frases paródicas usadas pela população “rico de terno é advogado, pobre de terno é crente” ou “rico de branco é médico, pobre de branco é macumbeiro”. Kowarick e Ant (1982, p. 38) sintetizam que:

o usufruto da cidadania é inversamente proporcional aos recursos disponíveis, espelhando as rígidas e gritantes desigualdades sócio-econômicas e políticas imperantes numa sociedade que, além do mais, tem longa e arraigada tradição elitista e autoritária que se traduz em uma constante e profunda violentação dos direitos individuais e coletivos.

Os pobres e marginalizados, além de vistos como maus elementos, sofrem o abuso das autoridades de policiamento. São, por vezes, espoliados em seus direitos básicos, até mesmo do direito à vida. Isso é comprovado quando a polícia entra, em suas batidas, por exemplo, na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, atrás de narcotraficantes e, em suas trocas de balas com os “bandidos”, acabam vitimando um trabalhador honesto que mora naquele bairro. “Tal situação, só pode agudizar o medo e a insegurança [...] de indivíduo as que não têm meios de se defender dos desgastes e injustiças” (KOWARICK; ANT, 1982, p.39).

Ainda, de acordo com Oliven,

[a] impunidade com que são tratados os policiais que praticam arbitrariedades ou matam “no exercício da função” faz com que a polícia seja tão ou mais temida que os delinqüentes, por parte das classes populares. O grau de descrédito com que se encaram a polícia e a possibilidade de se obter justiça no Brasil é evidenciado pela sucessão de linchamentos que se têm verificado ultimamente. (1982, p. 28)

Acompanhando o rápido crescimento das cidades, o mercado informal também cresce. São inúmeros os exemplos, um dos mais facilmente percebidos é o que caracterizou o surgimento de uma nova categoria profissional, o da diarista, em substituição à categoria de empregada doméstica ou secretária do lar. Essas abriram mão de benefícios como o da formalização de suas contratações, via assinatura em carteira de trabalho, optando por esse novo regime de trabalho no qual tenham liberdade de estabelecimento de horários mais flexíveis, possibilitando, inclusive, a organização que lhes proporcione outros afazeres da vida urbana. Outro costume que ocorre é o advento de uma segunda jornada de trabalho para driblar a pobreza, seja no mercado formal ou informal, conforme SOUZA. (2005, p. 61) “o que se está desenhando é uma espiral ascendente de exclusão de população trabalhadora relativamente ao setor formal da economia, o que, via de regra, quer dizer exclusão relativamente a uma qualidade de vida satisfatória ou, pelo menos, digna”.

Esse tipo de comportamento, característico de pessoas honestas e que desejam suprir suas necessidades mais básicas trabalhando jornadas duplas não é generalizado. Algumas outras pessoas acreditam que sofrem pela segregação social e refletem, em seus comportamentos, o desejo de se “vingarem”. Surge, nesse contexto, o “lumpemproletário”¹², analisado por SOUZA. (2005), como o grupo de proletários não confiáveis, inábeis por suas ligações criminosas, em particular ao tráfico de drogas. Esses são elementos urbanos criados pelas disparidades sociais e espaciais, filhos de uma sociedade sem condições de exercício da cidadania, que

¹² Segundo Souza (2004, p. 62) “Lumpemproletariado” é um termo que remete, principalmente, a Karl Marx e a seu grande colaborador, Friederich Engels. O “lumpemproletariado” configuraria para eles, uma parcela relativamente pequena da “superpopulação relativa” (excedente populacional relativamente às necessidades imediatas do modo de produção) que, devido à sua degradação física e/ou psicológica, ou ainda por causa de seu envolvimento com atividades criminosas, não seria, propriamente, um subconjunto dos “pobres respeitáveis”, nem tampouco da classe trabalhadora, e por conseguinte não seria também parte do exército industrial de reserva: trata-se daqueles indivíduos que eles agrupavam sob expressões nada sutis como “rebotalho do proletariado” (Marx, 1980:746-7) e “putrefação passiva das camadas inferiores da velha sociedade” (isto é, do campesinato desenraizado e dos artesãos empobrecidos) (Marx e Engels, 1982: 116) – notadamente, os “mendigos, vagabundos, criminosos e prostitutas” (Marx, 1978: 119).

“ajudam a formar o caldo de cultura da criminalidade urbana violenta” (SOUZA, 2005, p. 66).

Cabe então, ao Estado, detentor das regras de convivência social restaurar a paz e a ordem. A segurança do indivíduo depende do Estado e é esse que institui o que é crime e qual sua punição. Os detentores da lei e da ordem, representantes do governo é a milícia policial, no entanto, muitas vezes são estes os causadores da sensação de insegurança e do medo. Quase sempre os cidadãos revelam sentir mais medo da polícia que do ladrão. Nas favelas é um exemplo os moradores buscarem a segurança pessoal no seio dos narcotraficantes ao passo que temem a investida policial. “A criminalidade urbana está ligada à brutalidade da vida, à pobreza e às carências” (MICHAUD, 1989, p. 34).

Donnici (1990, p. 60) diz que “o policial brasileiro é normalmente violento, usando do recurso inútil da violência, aprendendo desde cedo a estereotipar os criminosos, agindo com intolerância, quando deveria usar de autoridade e firmeza de atitudes”.

Referente à força policial, é necessário esclarecer que há no Brasil três categorias de policiais independentes e divergentes em suas atribuições: o estadual, o militar e o federal. A deficiente preparação educacional que seus membros recebem para lidar com criminosos, os baixos salários, em geral a escolha da profissão como “bico”, apenas para estar em um trabalho público, a burocracia desproporcional, todos são elementos que impedem o seu bom funcionamento. Além disso, essas categorias encontram-se mal equipadas, em péssimas condições materiais, sem recursos financeiros, sem viaturas, entre outros, é constante os indivíduos criminosos possuírem armas melhores do que a própria corporação policial. Conforme Ferraz,

[d]eficiente de pessoal e mal paga, a polícia tem sido restringida pela lei no desempenho de suas funções. Espiçada por insistente demanda do público cada vez mais eficazmente, a polícia tem chegado aos limites da lei e muitas vezes além dela, forçando a suspeita de nossa lei sem leis. (FERRAZ, 1994, p.83)

Toda essa circunstância contribui para a ampliação da sensação de insegurança. Surge como uma resposta a essa insegurança urbana a criação de “áreas neutras”, espaços que os cidadãos vêem como áreas de segurança, exclusividade social ou auto-segregação. Um exemplo dessas “áreas neutras” são

os condomínios e os *shoppings centers*. De acordo com Baierl (2004, p. 20) a cultura do medo “vem alterando profundamente o território e o tecido urbano e, conseqüentemente, a vida cotidiana da população. Todos se sentem afetados, ameaçados e correndo perigo”. No entanto, apesar das vantagens discursadas, essas áreas de segurança acabam por se tornar áreas de exclusão, visto que são separatistas e eliminam, quase por completo, as relações sociais entre seus membros. Percebe-se que esses lugares de auto-segregação não solucionam os problemas sociais, nem impedem, por exemplo, os chamados sequestros relâmpagos dos quais são vítimas constante os ditos privilegiados. Apenas deterioram o modo de vida dos cidadãos excluindo o convívio com vizinhos, as relações sociais e aumentando o sentimento de insegurança e estimulando o medo. Para SOUZA. (2005, p. 66):

as condições de exercício da cidadania [...] têm sido minadas pela violência, pelo crescente sentimento de insegurança e por aquilo que é vetor resultante disso tudo, que é a deterioração do clima social no cotidiano, com a disseminação da desconfiança, do medo e da agressividade.

Constata-se, ainda, um correlato nos grandes centros urbanos, a ligação entre Urbanização e Criminalidade como exposto por Paixão (1982) que nos bairros periféricos onde se concentra uma massa de trabalhadores expropriados, em situação de risco e miséria, as aspirações por um melhor meio de vida, leva muitos membros dessa população à criminalidade. Assim,

a violência e a criminalidade encontrariam nas grandes cidades, expostas a rápidas mudanças sociais, o ambiente propício para sua expansão. Variáveis estruturais, como o tamanho, a diferenciação, a afluência e a concentração de renda, e variáveis sócio-psicológicas, como o isolamento, a impessoalidade e a formação de subculturas periféricas avaliando positivamente a criminalidade, adicionadas, produziriam os atores centrais do problema – “as classes perigosas”. (PAIXÃO, 1982, p. 83)

Nessa análise esse autor considera duas hipóteses: a primeira, a qual associa o crime com as aspirações elevadas de uma subclasse desapropriada e a segunda, como uma estratégia de sobrevivência dessa mesma classe, que vê na apropriação de bens patrimoniais de outrem um meio de subsistência. Alia-se pobreza e criminalidade quando a violência urbana se traduz em crimes mais voltados contra o homem e o seu patrimônio. Isso se vê refletido quando os mais abastados são aqueles que mais consomem utilitários de segurança, como portões eletrônicos,

cercas elétricas, seguranças pessoais, ao passo que as camadas menos abastadas “contentam-se” em mudar para bairros considerados mais seguros, aumento dos muros e um cão de guarda. Segundo Pastana,

[o] empresário manda blindar o automóvel, transformando-o num veículo de segurança e proteção contra o eventual ataque de bandidos seqüestradores ou de assaltos nas esquinas. Na sua casa são colocados alarmes, câmeras de vídeo, portões automáticos, tudo como medidas preventivas. Mesmo com todo esse aparato, ele ainda contrata segurança particular para defesa da sua vida e do seu patrimônio. Já o trabalhador levanta o muro de sua casa, coloca grades nas janelas, lanças no portão, cacos de vidro nos muros e, como segurança particular, arruma um cão raivoso e feroz. Não há dúvidas de que a sensação de insegurança e de medo produz comportamentos diferentes dependendo da classe social observada. (PASTANA, 2003, p. 93)

Em sociedade capitalista, como a brasileira, percebem-se medos diferentes em camadas sociais diferentes. Entre os governantes, por exemplo, o maior medo é a tomada do poder pelas camadas menos abastadas, desse modo, empregam o medo e a insegurança como um mecanismo de controle da sociedade. As classes altas ou dominantes temem a perda de seus bens e patrimônios, as classes médias temem ver-se vivendo de salários fixos, a desordem e a pobreza e os proletariados temem a insegurança e desordem total. Por isso, vê-se tão constantemente como plataforma de campanha a questão da segurança social. Segundo Chauí (2006, p. 104) “A classe dirigente teme perder o poder e seus privilégios; a classe dominante teme perder riquezas [...] a classe média teme a pobreza [...]; a classe trabalhadora teme o desemprego a violência patronal e policial”.

Cria-se, assim, uma divisão social do medo, e, a luta de classes reflete-se no âmbito desse sentimento, a classe alta com medo da perda de privilégios afirma que o povo é marginal e violento e utiliza-se da máquina estatal para reprimi-los, é uma violência de domínio justificada pela manutenção da lei e da ordem. A classe mais baixa, com o medo do aumento da injustiça social e da violência repressora do Estado utiliza-se de mecanismos violentos para assegurar seus direitos e individualidade, como exemplo as manifestações como greves, entre outras. Muitas vezes essas manifestações perdem o controle e há o enfrentamento entre população e agentes do Estado.

O medo faz parte da condição humana, sendo que todos os medos levam ao medo da morte. Os medos mudam no tempo e no espaço, em função dos perigos que se apresentam à Humanidade, não se pode raciocinar sobre o medo sem levar

em conta a necessidade de segurança, fundamental ao ser vivo. Conforme Beato Filho e Caminhas (2009, p. 3),

[o] medo não é uma percepção do ambiente (uma consciência ou experiência de estímulos sensoriais), mas uma reação ao ambiente percebido. Embora o medo possa resultar do processamento cognitivo ou da avaliação da informação perceptual [...] o medo não é propriamente uma opinião, uma atitude ou uma avaliação. Ao contrário o medo é uma emoção, um sentimento do alarme ou do temor causado por uma consciência ou expectativa do perigo.

O medo é uma emoção que independe da experimentação ou não da causa, nem sempre ele ocorre na eminência de se ver como vítima de um ato violento, não é necessário estar a vias de fato de ser assaltado para temer-se esse ato. Dessa forma, as pessoas, ao serem informadas pela mídia, vizinhos ou outrem de um fato criminoso ou violento, são inundadas pelo sentimento do medo, sentem-se inseguras, uma vez que um ato ilícito ocorreu com alguém, por que não ocorreria também consigo? Para Wolff (2007, p. 19) “O medo é, portanto, uma emoção negativa, que é acompanhada de sofrimento”.

A maior parte do medo ocorre no imaginário da população urbana, reflexo da espetacularização da violência, pela mídia e, da sensação de insegurança que a falta de policiamento, o narcotráfico entre outros crimes causam nos cidadãos. Para Rondelli (2000, p. 150),

[a] mídia é um determinado modo de produção discursiva, com seus modos narrativos e suas rotinas produtivas próprias [...] compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos da violência está atribuindo-lhes sentidos que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência.

Porém, segundo Zaluar (2004, p. 213) “no caso brasileiro não se pode dizer [...] que o medo seja apenas uma criação do imaginário ou até mesmo da recepção passiva de mensagens da mídia” uma vez que é indiscutível o aumento dos crimes violentos contra a pessoa.

O medo vem, também, do desequilíbrio causado pela rápida urbanização. Nos países em desenvolvimento, as grandes cidades são ocupadas por uma massa de trabalhadores, muitos deles, em empregos informais. Assim, a violência surge como manifestação das condições urbanas de pobreza e miséria, um manifesto indicador de estratégias de sobrevivência, sendo a violência uma resposta à

“urbanização, do território fragmentado, da economia da desigualdade e da segregação” (PEDRAZZINI, 2006, p. 54).

Baierl analisa o medo social como uma construção social, um meio de controle de uma classe social por outra, uma forma de subjugar um grupo social por meio de coerção e intimidação. Para a autora “o medo social que segrega pessoas, que dilapida o capital social, que confina pessoas em espaços protegidos, é um medo construído socialmente” (BAIERL, 2007, p. 3).

É ainda função do medo, como analisa Limongi, exercer um controle social, visto que o mesmo é um mecanismo coercitivo do poder estatal, “assim, por medo, somos levados a instituir os vínculos que fazem a sociedade” (LIMONGI, 2007, p. 135).

Será possível confirmar ou refutar a teoria discorrida nesse estudo em relação ao medo e insegurança associados ao crime e à violência, estando essa intimamente ligada às desigualdades sociais, a partir da análise dos dados coletados em alguns bairros¹³ da cidade de Aparecida de Goiânia. De acordo com Zaluar (2002, p. 81),

[q]uando a desigualdade é apontada como a causa da violência, é preciso esclarecer a que desigualdade se refere. Baseada principalmente no diferencial de renda entre os mais ricos e os mais pobres ou o diferencial do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), esta tese pressupõe que a revolta moveria os homens a agirem violentamente para diminuir as distâncias e as invejas que a desigualdade provoca.

1.3 A violência urbana e suas implicações

A sociedade brasileira, a partir dos anos 80, percebe mais intensamente o fenômeno urbano conhecido como violência urbana. Marcos Drumond Júnior (apud MARICATO, 2000, p. 28) analisou os dados que evidenciam uma relação direta entre espacialidade e violência na capital paulista, quer dizer,

[a]s áreas mais violentas são aquelas em que predomina uma conjunção de determinados indicadores: níveis baixos de renda e escolaridade, maior

¹³ Madre Germana II, Garavelo, Cidade Livre, Santa Luzia, Jardim Tiradentes, Centro, Vila Brasília, Conjunto Cruzeiro do Sul, Papillon Park, Independência Mansões.

proporção de negros entre os moradores, maior desemprego, maior número de moradores de favelas, piores condições de moradia e urbanísticas.

As taxas de vítimas de homicídios, por 100 homicídios de Aparecida de Goiânia, no ano de 2002, equipararam-se a alguns dos municípios mais violentos da RIDE-Brasília: 47,35 em Aparecida de Goiânia, 42,24 em Luziânia, 46,25 em Águas Lindas de Goiás e 53,9 em Novo Gama. Goiânia, embora tenha a maior população, não é responsável pelas maiores taxas de homicídio por cem mil habitantes da região. As cidades que mais expressam a violência na RMG são: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canêdo e Trindade.

O sentimento de insegurança se vê também refletido na mudança de comportamento dos indivíduos que buscam diminuir sua probabilidade de serem vítimas, cercando-se de aparatos materiais que lhe dão uma sensação maior de segurança, de acordo com Francisco Filho,

[v]iver a cidade, hoje, é viver o medo, a incerteza de chegar em casa ao final do dia, se nossos filhos voltam ilesos depois de se aventurarem pela cidade, seja em busca de divertimento, ou de conhecimento. Conhecer essa realidade, entender como esse processo nasce, se desenvolve e se espacializa nas nossas metrópoles é de grande importância, pois sem isso estaremos fadados a viver em espaços cada vez mais segregados, fechados dentro de uma realidade que não vai além dos muros e das cercas eletrificadas (2004, p. 1)

Quando as pessoas se sentem inseguras, podem distanciar-se das autoridades, levando-as a desconfiarem da capacidade dos policiais em providê-lhes a segurança necessária. Com isso, em certas ocasiões sentem-se capazes de fazer justiça com as próprias mãos e, podem ainda cometer linchamentos, gerando uma nova violência e havendo o desaparecimento da coesão social e dos sentimentos de pertencimento a um grupo ou a uma comunidade.

A falta de segurança cria um novo comércio, o da segurança privada, que deveria ser oferecida gratuitamente pela Segurança Pública, passando a ser ofertada por terceiros que se capacitam e vendem sua força de trabalho como segurança pessoal, produtos de segurança para imóveis e móveis, enfim institui-se uma política que se torna outro tipo de violência para o cidadão. Sem falar que a criminalidade além destes investimentos pessoais, ainda traz prejuízos para os cofres brasileiros, segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento -

BID (1999), apenas em um ano, em 1997, o Brasil perdeu 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em razão da falta de segurança. O cálculo inclui despesas com serviços decorrentes da violência como: hospitais, polícia, aparatos de segurança e sistema judicial. Valor subestimado, segundo os especialistas, pois não levam em conta perdas com turismo, atividades econômicas noturnas, investimentos externos, entre outras receitas indiretas afetadas pelo crime.

Ao debater-se insegurança, automaticamente, discute-se violência remetendo ao tema 'políticas de segurança pública', para tanto, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP define segurança pública como

uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Por isso entende-se por segurança pública, a garantia que o cidadão tem de que não será vitimado, estando, portanto livre de qualquer ameaça.

Cerqueira e Lobão (2003:1) expõem que:

[n]o campo das instituições policiais, o encorajamento de uma "polícia dura", com licença para matar, suprimiu as condições de necessidade, legitimidade e legalidade para o uso da violência policial, abrindo o flanco para quaisquer desvios de conduta. Por outro lado, o papel de nulidade conferida a essas instituições pelas esquerdas acabou por sucateá-las. A conjunção de tais elementos gerou polícias despreparadas técnica e instrumentalmente, com profissionais desmotivados e desvalorizados não apenas socialmente, mas ainda economicamente (na medida dos seus parcos vencimentos). A inexistência de mecanismos de controles administrativos, somada ao corporativismo existente nessas instituições, fruto não apenas de razões históricas, mas decorrentes ainda do sentimento de pertencimento do grupo, sentimento esse potencializado ante os riscos e mazelas por que passam diariamente tais indivíduos, foi a senha para a ruptura, fragmentação de poder de polícia pelos estratos mais inferiores da burocracia pública e total inoperância dessas instituições.

A polícia, atualmente, está desacreditada pela sociedade brasileira, conseqüentemente pelo cidadão aparecidense, o qual normalmente questiona-se: quem é o bandido, o bandido mesmo ou a polícia? Qual é mais confiável?

Porém, não só a sociedade anseia por uma polícia sem corrupção, mas esta mesma, onde haja um salário digno, segurança para os policiais, segundo Soares (citado por CERQUEIRA; LOBÃO, 2003:1), idealizador da proposta da Reforma da Polícia diz que

[...] há duas maneiras de combater a corrupção policial. Uma delas é o confronto aberto, radical e transparente, que envolve riscos, mas é o único que pode produzir resultados, e finalmente, trazer as mudanças necessárias. Os governadores costumam adotar uma segunda modalidade de enfrentamento: a aliança com os maus policiais, na tentativa de cooptá-los e submetê-los a um direcionamento construtivo. Esse método nunca funcionou. No entanto, é adotado por duas razões: em primeiro lugar os policiais corruptos chantageiam e ameaçam a ordem pública, acuando as autoridades direta ou indiretamente. Uma delas é provocar uma onda de seqüestros, por exemplo; outra é promover chacinas. Em segundo lugar, esses criminosos fantasiados de policiais são sedutores, pois oferecem resultados vistosos, prisões importantes, mesmo que inúteis. Ora, diante das ameaças e da atração exercida por resultados fáceis, os governantes acabam cedendo e optando pela estratégia da conciliação com esses grupos. É um erro. As conseqüências são as que estão aí: instituições degradadas e ineficiência.

Perceber e conviver com a violência policial para o povo brasileiro, com atos conclusivos de policiais corruptos, que para proteger seus interesses, forjam situações degradantes como, por exemplo, as inúmeras chacinas, que deixam muitas pessoas envergonhadas e descrentes com o sistema de segurança pública.

As indagações que surgem são muitas, dentre elas: como viver e conviver socialmente com a sensação de insegurança que acomete o cidadão a todo instante? Quais serão as medidas tomadas pelo Estado? A função primordial do policial é prevenir e reprimir a violência, o que está sendo feito para ser dado segurança pública ao cidadão? Como confiar nos policiais que se confundem com bandidos?

Atualmente, Mendonça *et al.* afirma que há duas vertentes para o combate ao crime,

(...) as políticas públicas de combate ao crime baseiam-se em duas vertentes: a) aumentar e melhor aparelhar o efetivo policial; e b) aumentar a punição pelos delitos cometidos pelo infrator. Entretanto, tal visão embute uma simplificação do processo de decisão, de entrar na atividade ilícita, do criminoso. Afinal, nessa visão está implícito que a motivação dos crimes é sempre a mesma, independentemente do tipo de crime. (2003, p.1)

A insegurança e as faces da violência são visíveis e ronda frequentemente a sociedade, sem dar trégua, até tornando a moradia nas grandes cidades quase impossível. Propostas de reverter este quadro parte tanto da sociedade como das próprias Secretarias de Segurança Pública, dando ao cidadão a expectativa de que o medo será banido e que será capaz de sonhar novamente com um lugar onde se

pode olhar de novo no outro e encontrar a cordialidade brasileira que há muito se perdeu.

Quando se trata da relação entre sociedade e Poder do Estado, o segundo só se torna eficaz caso a conexão entre ambos seja estabelecida mediante o temor. Assim, estreitando aqui a relação entre violência, medo e insegurança pode-se aplicar o pensamento de Maquiavel (*apud* GRUPPI, 1980, p. 11) quando este diz que

os homens têm menos escrúpulo de ofender quem se faz amar do que quem se faz temer. Pois o amor depende de uma vinculação moral que os homens sendo malvados, rompem, mas o temor é mantido por um medo de castigo que não nos abandona nunca.

Assim, segundo Gruppi (1980, p11) em sua análise sobre os pensadores políticos, nesse caso Maquiavel, “o poder do Estado, o Estado moderno precisa ser fundado no terror”. Dessa forma percebe-se que, tanto no passado como na atualidade, este pensamento e a prática do mesmo ainda se fazem presente.

Ao se falar em poder, seja ele poder do Estado ou não, conforme Arendt (1985, p. 24),

[o] “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece.

Ainda conforme esta autora (1985, p. 30), o poder não precisa de justificativas, já que o mesmo seria intrínseco à existência de qualquer comunidade política, no entanto demanda *legitimidade* (a própria sociedade ao escolher seu governo e governantes o legitima, dando-lhes o poder de comandá-la), ou seja, “[...] politicamente falando, é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente”.

Assim, pressupõe-se que exista uma ausência do outro, uma vez que o poder Máximo do Estado (no processo civilizador, de pacificação da sociedade o Estado se transformou no único com direito à violência) é uma forma de violência que suprime

os anseios dos atores sociais, e a reação violenta destes em busca de sua autonomia e identidade, troca uma violência por outra, quer dizer, a de uma pessoa contra outras por uma violência instrumental que mantêm “a coexistência pacífica” destes na sociedade. O que ocorre atualmente é que a violência imbui-se de poder, subjugando, diminuindo o outro, a partir dos inúmeros tipos, à suprema, letal, com a aniquilação da existência e ausência do outro, através da morte resultante de atos cruéis. Deste modo, o poder do Estado outrora absoluto tornou-se inepto, hoje é a violência urbana quem comanda a esfera social, com a quase dissipação da lei e da ordem em prol da impunidade individual.

De acordo com Pedrazzini quem mais sofre, na relação entre a violência e a cidade, são “os moradores de bairros mais pobres considerados como ‘produtores’ da violência humana, segundo a crença de que a miséria tornaria o homem violento são, em realidade, suas maiores vítimas” (2006, p.19).

1.4 Breve histórico da violência no Brasil e em Goiás

Ao analisar o histórico da violência no Brasil e em Goiás faz-se necessário, em um primeiro momento, questionar quando um ato é considerado violento. Afinal, a própria colonização brasileira foi um ato de violência contra o direito de propriedade. É possível aqui um questionamento: em que momento a violência existe ou não? Hoje se toma os atos, dos colonizadores, como brutais contra os grupos que já viviam em terras “descobertas”, mas, na época estes foram justificados pela necessidade de expansão comercial e territorial. Vê-se a mesma coisa nos dias atuais em que a violência é “justificável” pelos grupos de extermínios, pelos governantes, a citar os EUA, na sua luta contra o terrorismo, entre outros. Entretanto, esse aparte é feito apenas como forma de pensar a violência. Não é intenção aqui aprofundar-se nesse questionamento e, sim, instigar um pouco a reflexão sobre a mesma. Ferraz (1994) define, em sua obra, que a violência surge das interações entre os homens e, essas, poderão ser benéficas ou maléficas. Não há, em um primeiro momento, como determinar o caminho que essas interações vão seguir. Esses atos só são possíveis de ser estudado ainda, segundo Ferraz, em

“nível global, da capacidade de seus membros de gerar atos construtivos e destrutivos” (1994, p.18).

Durante a construção da civilização brasileira, assim como da civilização humana em nível global, o homem sempre procurou meios, sejam sociais, econômicos, políticos, culturais, educacionais, ou outros, de controlar a violência no chamado processo civilizatório. Em sua tese, Simões (2010, p. 2) sugere que “a civilização procura cada vez mais controlar a violência física em função do incessante interesse em pacificar as relações humanas”. Entretanto, o próprio Simões admite que mesmo nas civilizações mais avançadas ainda exista a “barbárie”, ou seja, a violência. Na História do Brasil, assim como de outras sociedades, a violência passa a ser determinada e determinante a partir do momento em que se a caracteriza, diferencia e atribui uma punição. No caso brasileiro, a violência é definida no Código Penal.

Segundo Buoro “a história da percepção da violência é também a história das formas de controle social e de manutenção da ordem” (1999, p. 18). Aqui, historicamente, percebe-se novamente a justificção da violência, ela passa a ser usada pelo governo como forma de manutenção da lei e da ordem, Simões (2010, p. 4) atribui que “só o representante do Estado, incumbido de promover a ‘ordem social’, tem o direito legal de usar a força física contra os indivíduos”.

De acordo com Pires, as raízes da violência no Brasil remontam desde a formação de sua sociedade,

[a] *violência* da sociedade brasileira está na raiz de sua formação e caracteriza a opressão das classes dominantes, do escravismo, da Colônia à Independência, da Monarquia à República, e é responsável pelo desespero de larga parcela das camadas pobres que entram nas classes “perigosas” pensando estarem salvas do sufoco a que estão submetidas (PIRES, 1995, p. 60).

Historicamente, o Brasil perpassa por três momentos com estruturas organizacionais diferentes: Colônia, Império e República. Apesar de organizacionalmente diferentes, tem pressupostos similares como a forma de manutenção da lei e da ordem.

O período Brasil - Colônia, apesar de extenso, é um dos menos estudados. A sociedade era escravista, a desigualdade social era abundante e o apoio governamental era precário. A sociedade colonial é analisada como piramidal, no

topo um pequeno grupo de colonizadores portugueses ricos e representantes da coroa (como militares), abaixo, e em ordem, os colonos brancos ricos, depois colonos brancos pobres e, na base os negros trazidos ao Brasil, como mão-de-obra escrava e os nativos originais dessa terra, os índios. Nessa escala, poucos são realmente produtivos, a maior parte do trabalho é realizada em sistema de escravidão pelos negros africanos. Os indígenas são vistos como “preguiçosos”, muitos acabaram parando nas missões - grupos de religiosos principalmente jesuítas, cuja função é catequizar os pagãos. Sobre, então, nesse processo produtivo uma grande massa de mão-de-obra reserva representada pelo grupo de homens brancos livres e pobres. Segundo Buoro (1999, p. 19), essa massa de brasileiros sem meios de se tornar cidadãos economicamente ativos, acaba se dedicando a mendicância e a vadiagem “desempregados, mendigos, assaltantes, prostitutas formavam um contingente considerado perigoso, objeto de repressão sistemática”. Apesar de não fornecer trabalho a essa massa, devido ao sistema de produção escravo, a sociedade colonial repudiava essa mão-de-obra reserva e associava o que era visto como vadiagem a distúrbios criminosos, de modo que esse grupo era constantemente punido, por meio de prisões.

Interessante é observar que, em uma análise sobre o contingente vindo de Portugal para o Brasil, os próprios portugueses que aportaram em praias brasileiras não eram muito honestos. Segundo Buoro (1999), a expedição de Tomé de Souza, em 1549, trouxe nada mais nada menos do que quatrocentos homens considerados ovelhas desgarradas, muitos eram ainda chamados de “desorelhados”, pois o sistema de punição para crimes pequenos em Portugal consistia em cortar uma das orelhas dos condenados. Além do histórico de formação social brasileiro conter criminosos, o sistema de produção criava uma massa de “vagabundos”, surgiam rivalidades entre as grandes famílias abastadas. Essas tornaram a história colonial rica em assassinatos, emboscadas e guerras urbanas, o que acaba desembocando durante a história imperial no surgimento dos coronéis, líderes de famílias ricas que controlavam determinadas regiões.

Com a alforria dos escravos e a constante imigração, o número de pobres e desempregados e de explorados, social e economicamente no Brasil se expande, como consequência o período colonial perpassa por vários levantes contra o poder governante e esses são severamente punidos e reprimidos. Além desses levantes nota-se que certas práticas, como a vadiagem, também mereceram destaques;

outros crimes existentes foram a feitiçaria (punida e perseguida pela Igreja, como reflexo do que ocorria na Europa, durante a Inquisição), crimes realizados contra a confirmação e instituição da família (sodomia, bestialidade, masturbação, adultério, incesto, bigamia, estupro, entre outros).

Com a modificação do governo de Colônia a Império não se percebe muita mudança no nível institucional. Os governantes ainda priorizam os portugueses ricos, o que cria um sentimento antilusitano na população brasileira. Esse período é marcado por várias insurreições e levantes nas províncias, a prática imperial leva a uma expansão fronteiriça, culminando numa luta política territorial contra o Paraguai.

Nesse panorama, com o fim da escravidão e a Proclamação da República, há o crescimento do poderio de algumas famílias, cujos chefes foram chamados de “coronéis”. O coronelismo foi uma forte forma de dominação política e territorial durante o Brasil Império e Republicano, em especial nas primeiras décadas. Líderes de famílias, os coronéis, governavam também sua região com mão de ferro, muitos daqueles que lutavam contra o governo foram vítimas de assassinatos políticos determinados pelos coronéis que usavam seus exércitos de jagunços como forma de “controle e dominação” político-social.

Na região Nordeste do Brasil surgem como meio de combate ao coronelismo o banditismo (os *Robin Hood* brasileiros). Reishoffer e Bicalho (2009, p. 428) creem que “os mecanismos de contra-poder - insurgentes contra a ordem social - cairiam na esfera do desvio, da marginalidade”. Assim os chamados sertanejos surgem como mecanismos de contradição ao coronelismo, esses lutaram em guerras como Canudos e do Contestado, tornaram-se pistoleiros (matando por dinheiro), ou rebelaram se tornando mitos para o povo brasileiro como Lampião e Maria Bonita. Seja como for, “o cangaço representava um questionamento do poder dos coronéis” (Buoro, 1999, p 21). Pereira (2000) vê o cangaceiro¹⁴ não apenas como elemento de luta contra o domínio latifundiário do coronelismo, mas como fruto do mesmo, afinal segundo ele faltava força e aplicação da lei por meio do governo brasileiro, assim o surgimento do cangaceiro é para Candido¹⁵ (apud PEREIRA, 2000, p. 118): “fenômeno geral em todas as áreas onde a pressão da lei não se faz sentir, onde a

¹⁴ O cangaceiro ou jagunço, de acordo com Albuquerque Jr., 2003, p. 219 apud Costa é “um tipo popular dedicado a atividades criminosas, o matador independente ou o matador profissional a soldo dos coronéis” (COSTA, 2008, p. 82).

¹⁵ CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 147).

ordem privada desempenha funções que em princípio caberiam ao poder público”. As interações cangaceiros e coronelismo podem ser vistas, ainda, sob o ponto de vista de DaMatta (1982, p. 18) em que essas são reflexos da própria sociedade ou “a violência se associa em última instância ao poder e à forma de poder vigente numa sociedade”. Conforme Costa,

[o] cangaceiro aparece como elemento rebelde à ordem e a qualquer disciplina social, fruto, inicialmente, da ausência do Estado e, posteriormente, de um Estado que se consolida arrimado em disputas de parentela e no mandonismo local. Suas ações, ao menos para o discurso elitista e regionalista do início do séc. XX, ganhariam sentido através das próprias “características subjetivas” do nordestino: valentia, coragem, honra e destemor diante das mais difíceis situações (2008, p.83).

Deste modo, como ocorreram em outras sociedades, as mudanças nos paradigmas de produção, socioeconômico e produtivo, o Brasil República trouxe um crescimento exponencial das cidades e cresceram também a pobreza e a criminalidade. Nesse cenário, o Rio de Janeiro como capital do Brasil é uma das primeiras cidades a presenciar o fato, o crescimento das favelas, as classes mais baixas passam a ser vistas como risco em potencial, como violentas por natureza; composta, sobretudo na visão dos mais abastados, como: ladrões, vigaristas, bandidos, malandros e prostitutas.

Os desocupados representavam riscos também à saúde já que viviam em péssimas condições de vida e de higiene. Assim sendo, o homem comum ou pobre é visto e marcado socialmente em função do seu papel econômico, a pobreza se vincula a marginalização e a prática violenta. Viana analisa que, no contexto capitalista, as cidades são vistas também como espaços capitalistas. Dessa forma, a violência presenciada é uma forma de agressão capitalista, ou seja, “os conflitos sociais são o resultado dos interesses antagônicos que ocorrem no espaço urbano e tendo como objeto de disputa sua organização e apropriação, colocando em confronto classes e frações, agrupadas sob as mais variadas formas” (VIANA, 2002, p. 28).

O que vale lembrar, como diz Pereira (2000, p. 122), que é uma contradição a imagem que se tem do homem brasileiro, pois, desde Caminha, o território brasileiro é visto como paraíso tropical, uma terra onde “tudo dará nela, por causa das águas que tem”. E o homem brasileiro é visto como pacífico, aquele que tudo resolve na manha, com ‘jeitinho’. Um imaginário ilusório onde não se percebe as desigualdades

sociais e as violências no panorama brasileiro, realmente pode ser que, comparativamente a outros povos, a história brasileira é carente em combates e guerras, porém isso não elimina a importância daquelas que ocorreram ou que ocorrem no cotidiano. É, segundo Oliven (1983, p. 13), uma questão de máscaras, visto que, “embora historicamente a sociedade brasileira tenha sido construída com recurso constante à violência, esta tem sido sistematicamente negada a nível ideológico”. Sempre que se estuda a história brasileira observa-se que a violência é apenas vista como produto das classes baixas e menos favorecidas, não se analisam em âmbito mais geral as atitudes dos representantes do policiamento governamental, nem as condições de vida a que são submetidas a população pelo modo de produção capitalista, vigente na sociedade brasileira.

A história de Goiás, assim como a do Brasil, começa por meio da conquista e da repressão, agora não mais a expansão Marítima e Comercial, mas territorial. Com as Entradas e Bandeiras, os paulistas (também estrangeiros nestas paisagens) iniciam o desbravamento do atual Centro-Oeste brasileiro, em busca de escravos indígenas e de terras. Com essas conquistas, descobrem-se o ouro e, assim, a história goiana começa num cenário de busca, apreensão, apropriação. Todos esses termos são, hoje, ligados à violência. Novamente, a violência foi encoberta e justificada. Ou como diria DaMatta,

a discussão da violência e do crime, sobretudo no Brasil, tem sofrido de uma atitude plenamente normativa e valorativa. Trata-se, conforme se pode ler onde quer que o problema tenha sido discutido, de condenar, denunciar ou indicar como a violência pode ser instauradora de uma nova ordem. (1982, p 13)

Inicia-se, a história de Goiás sob o signo colonial e escravista, diferente do litoral, uma vez que não é a cana de açúcar e, sim, o minério dourado, o cobiçado. Os negros não passam de forma de obtenção de lucro. São marginalizados, maltratados e não recebem nem os paradigmas religiosos. Não passam de burros de cargas, animais que o homem usa para desbravar a terra e tirar dela sua riqueza. SOUZA. (2006) relata que havia poucas saídas para os escravos ou a violência contra os mesmos nos abusos de aguardentes ou nas fugas e fundações de quilombos. Diante dessas circunstâncias, as ações mais terríveis e que se tornaram crimes mais hediondos: assassinatos dos seus senhores. “As fugas para os quilombos eram punidas com rigor (...), desde 1771, uma carta régia dava a Goiás o

privilégio de junta sumária para julgar e executar sentenças de morte” (SOUZA., 2006, p. 52).

Em menos de sessenta anos, o sistema de produção baseado na mineração faliu em Goiás, a economia volta-se, então, para a agricultura e pecuária, os escravos, que eram a base do sistema de produção antigo, em sua maioria libertos. Novos problemas surgem com essa nova forma de produção. A sociedade goiana se ruraliza, as cidades são abandonadas ou viram entrepostos comerciais. De acordo com Saint Hilaire (apud ESTEVAM, 2004, p. 41),

[n]o processo de decadência, detectou-se certa transumância interna da população de Goiás. Testemunhou Saint Hilaire que, com a ruína da mineração, os moradores foram abandonando os “núcleos urbanos” em direção ao campo, ruralizando a vida social na maior parte do território. [...] sem condições de pagar os impostos, escrevia Saint Hilaire na época de sua viagem, “os colonos abandonavam suas habitações, retiravam-se para os desertos, e aí perdiam até os elementos de civilização, as ideias religiosas, o hábito das uniões legítimas, o conhecimento da moeda, e o uso do sal”.

Há, conforme SOUZA. (2006) uma caboclicização em Goiás, os colonos se dispersaram em grandes áreas, perderam os laços sociais e as práticas religiosas, a mão-de-obra da época em sua maioria era de homens livres que não se prendiam às lavouras, pois os recebimentos eram poucos e a situação dos mesmos era precária. Dessa forma, saíam em busca de horizontes melhores. Até mesmo o pagamento da mão-de-obra era feito em alimentos, mesmo assim ela registra que a vida dos caboclos era de penúria.

Também, segundo a autora, a maioria dos historiadores analisa que um dos fatores para o entrave econômico da agricultura goiana e brasileira, em geral, se deu por causa do fator escassez de mão-de-obra. Os negros libertos fugiram do que via como lembranças do período de escravidão, apesar de se cogitar usar a mão-de-obra indígena, mesmo paga. Entretanto, esse sistema de vida era diferente dos costumes indígenas em que se fabricava apenas o alimento necessário à vivência e não como meio de lucro.

Nesse período, a pesquisadora ainda analisa a violência como algo habitual, apesar de haver poucos dados históricos. Os que têm demonstram que a violência ou crime estavam mais ligados à vida e segurança pessoal.

Com o advento da República, o território goiano vê uma melhoria no escoamento dos produtos de ordem agropecuária, a questão mão-de-obra também

é redeterminada com o adjunto do coronelismo, a prática repressiva prende os trabalhadores agrícolas a terra, “o fator de coerção política sobre a força de trabalho está vinculada ao coronelismo” (SOUZA., 2006, p. 77). Esse período (Primeira República) é marcado por dois acontecimentos de violência coletiva, os movimentos de Abílio Wolney (revolta de fazendeiros pecuaristas contra a política fiscal) e Santa Dica (jovem curandeira que é aliciada junto com seus seguidores a lutar ao lado da Coluna Caiado contra a Coluna Prestes). Ainda, de acordo com essa autora, “os dois desencadeiam a ação repressora do Estado, menos para cumprir sua função como responsável pelo restabelecimento da ordem legal e mais para agir em defesa de seus interesses particulares” (SOUZA., 2006, p.77).

A expansão da economia cafeeira no Brasil, já no início do século XX, também trouxe seus benefícios à Goiás com a melhoria no sistema de transporte, principalmente com as estradas de ferro, elas alargaram a comercialização agropecuária goiana, principalmente nas regiões sul, sudoeste e central (agricultura) e sudoeste (pecuária). Para estimular ainda mais o crescimento econômico de Goiás, o Governo na Segunda República, principalmente no Estado Novo, estimulou a migração para Goiás. A migração não parou e, ainda hoje, é um dos principais problemas neste Estado. A crescente migração não é acompanhada de uma reestruturação, social, econômica, nem são suportadas pelas redes de saúde, educação e segurança. Desde essa época são constantes as manifestações de violência, seja no campo (luta pela terra) seja na cidade (violência urbana – roubos, furtos, familiar, contra mulher, homicídios, entre outros).

Nesse estudo dar-se-á ênfase, principalmente, na violência urbana, sobretudo, em Aparecida de Goiânia destacando os possíveis determinantes do medo e da sensação de insegurança associados à violência.

1.5 Cidades, metropolização e segregação

O progresso de uma cidade representa a exposição de seus cidadãos a aspectos variados, a saber: o crescimento populacional, a geração de empregos, a migração, a necessidade de investimentos para melhoria da educação, saúde e habitação, bem como a aglomeração de miseráveis e excluídos da sociedade.

Sendo assim, ela é *locus* de mudanças e alterações de fenômenos, tanto de ordem socioeconômica como política.

Desde a origem da humanidade, o homem buscou viver em comunidade, a fim de facilitar a sua sobrevivência, garantindo proteção à sua família. Era essa a finalidade inicial da criação de uma cidade, mas ela se transformou em um lugar inseguro, perigoso, fragmentado e segregado, graças ao crescente número da população, elevando também a criminalidade. Por esse motivo, cidades-fortalezas, desde tempos idos, foram criadas no intuito de proteger o território de guerras e violências.

Conforme Châtelet (1985, p.13):

a Pólis, a Cidade, que se constituiu durante o Século VI a.C. na Grécia, com organizações político-sociais tradicionais, eram, na civilização da Hélade, realidades do tipo feudal, onde predominavam grandes famílias – os “bem nascidos” – que exerciam sua autoridade política, religiosa, jurídica e econômica sobre um pequeno povo de agricultores, artesãos e pescadores; e, nas terras bárbaras, vastos impérios comandados por um déspota que impunha uma dominação absoluta, apoiado em castas militares, sacerdotais e técnico-administrativas.

A relação social do homem presente no espaço urbano apresenta uma violência que remonta à época da antiguidade Greco-romana, pois:

violentos conflitos opunham, por um lado, as grandes famílias entre si, e, por outro, essas às populações dos campos e das cidades (cidades que iam se tornando cada vez mais numerosas e ativas). Esses conflitos tornaram-se tão violentos que, em vários territórios, as partes envolvidas concordaram em solicitar a um personagem, reputado por sua sabedoria e seu desinteresse, que fixasse regras para o jogo social. (ibidem: 13-4)

É na cidade, com suas várias formas e estruturas sociais, que acontecem os mais diversos tipos de violência, provocando no cidadão a insegurança e o medo. Por isso, cidadãos conclamam ao poder público, leis mais severas para combater o alto índice de criminalidade. Neste sentido Pedrazzini afirma que:

[o] problema não se restringe às grandes cidades e não parece fundado em situações reais, pois observamos o sentimento de insegurança invadir igualmente cidades médias e pequenas, inclusive aquelas onde não foram constatados incidentes violentos recentes, mas que se encontram expostas à globalização desse sentimento urbano, hoje também perceptível em meio rural. (PEDRAZZINI, 2006, p. 99)

A partir da industrialização, em específico nos anos de 1950, ocorreu o êxodo rural e o rápido crescimento das cidades no Brasil, resultando no inchamento das cidades e vários problemas advindos dele, dentre eles o fenômeno da violência.

As cidades de Aparecida de Goiânia e Goiânia surgem no Centro-Oeste brasileiro, sendo a primeira um patrimônio religioso e a segunda resultado da marcha para o oeste, por meio de cidades planejadas, projeto do então Presidente da República, Getúlio Vargas.

1.5.1 Cidades em perspectiva

Antes de conceituar cidade surgem os seguintes questionamentos: O que é cidade? O que é urbano?

Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a *cidade*, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. (LEFEBVRE 1969, p. 49)

Porém, logo em seguida o autor defende que o uso distinto destes termos pode constituir perigo e ao usar os termos de forma distinta, justifica porque a preferência de um em detrimento a outro e, o cuidado de uso, tanto indistinto como de separação dos termos, deve ser imprescindível, assim,

as diferentes formas de entrada na sociedade urbana, as implicações e conseqüências dessas diferenças iniciais, fazem parte da problemática concernente ao *fenômeno urbano* ou “o urbano”. Esses termos são preferíveis à palavra “cidade”, que parece designar um *objeto* definido e definitivo, objeto dado para a ciência e objetivo imediato para a ação, enquanto a abordagem teórica reclama inicialmente uma crítica desse “objeto” e exige a noção mais complexa de um objetivo virtual ou *possível*. [...] O *urbano* (abreviação de “sociedade urbana”) define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. (LEFEBVRE 1999, p. 28)

De acordo com Moysés (2008, p. 113-4) as definições de urbano e cidade são trazidas distintamente, porém com a ideia de que o urbano e cidade se complementam e não se opõem.

O urbano é um conceito que qualifica um modo de vida, que hoje atinge a maioria da sociedade brasileira. As atividades urbanas extrapolam os limites das cidades, como é possível verificar em várias atividades como o agronegócio, atividades turísticas, na utilização de áreas inundadas para a produção de energia elétrica. A relação campo/cidade, rural/urbano na atual dinâmica precisa ser relativizada, tendo em vista as diferenças socioespaciais das regiões brasileiras. A sociedade rural se recria e requalifica, traz novos conteúdos necessários para a construção de novos paradigmas. O urbano não é uma realidade acabada, mas um horizonte de transformações territoriais, sociais, políticas e econômicas que se difunde em fluxos materiais e imateriais. Campo e cidade, rural urbano não tem oposição, mas complementaridade. A cidade deve ser compreendida como forma espacial e lugar de concentração da produção, circulação, consumo de bens e serviços. A cidade, que concentra e difunde o urbano, é um centro de decisão política.

Ao conceituar cidade, tarefa que não é muito fácil, em um primeiro momento, pode-se pensar na cidade como um aglomerado de casas, comércios, escolas, hospitais, etc., edificadas em quarteirões circundados por ruas arborizadas e pessoas tranquilas e amigáveis circulando por elas. Mas há quem diria que cidade é tudo isso, porém em uma quantidade infindável de imóveis acrescidos de torres e um vai e vem de pessoas e automóveis, numa confusão tal que se torna quase impossível qualquer relação social, onde os olhares das pessoas se cruzam por segundos e se desviam, sem ao menos se cumprimentarem, o individualismo se sobrepondo ao coletivo.

Percebe-se que a cidade é uma complexidade que vai além da tentativa de defini-la, pois como ressalta Rolnik (2004, p. 40-1),

[é] como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial.

A segregação espacial supõe como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, definindo o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores. Sendo esta fronteira bastante divisível e visível, pois num mesmo espaço pode-se ver a favela ou a posse urbana de um lado, indicando a decadência social dos menos favorecidos e de outro os mais favorecidos, apontando toda a dominação financeira e riqueza material.

A origem das cidades teve uma linha do tempo, na qual foram divididas em cidades antigas, feudais, medievais e modernas. Seguindo essa linha tem-se a cidade política, mercantil, industrial.

Mont-Mór (2006, p. 40), fala que “na Antiguidade, a *cidade política* organizava, dominava, protegia, administrava, explorava um território, com os camponeses, os habitantes dos vilarejos, os pastores, etc”.

A cidade política no decorrer do tempo continua lutando pelo espaço, mesmo quando entre as pessoas aparece a necessidade de trocas de mercadorias, o embrião para o surgimento da cidade mercantil, na qual segundo Lefebvre,

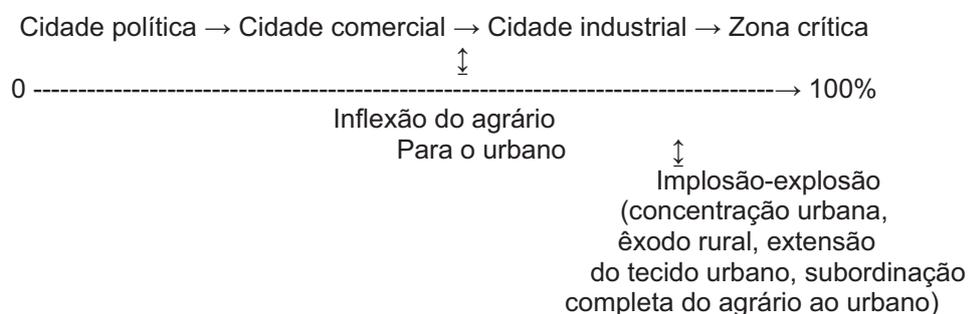
a cidade política resiste com toda a sua força, com toda a sua coesão; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade mobiliária, movente por definição: o dinheiro). Inumeráveis fatos testemunham a existência, ao lado da Atenas política, tanto da cidade comercial, o Pireu, quanto às interdições em vão repetidas à disposição de mercadorias na ágora, espaço livre, espaço do encontro político. (1999, p. 22)

Na Europa, logo após a cidade mercantil, instaura-se a cidade industrial. A urbanização brasileira acontece de fato com a entrada da indústria no Brasil, quando surge a cidade industrial centrada no capitalismo. Inicialmente, as indústrias instalam-se fora das cidades e mais tarde aproximam-se fixando nos arredores das cidades, criando então novas centralidades.

Conforme Mont-Mór em relação ao Brasil há uma inversão nos acontecimentos,

a *cidade industrial* surgiu no Brasil a partir de duas vertentes principais, não necessariamente excludentes entre si: a primeira, a transformação da cidade política, tradicional sede do aparelho burocrático de Estado e espaço de comando das oligarquias rurais ligadas à economia agroexportadora, em *cidade mercantil*, marcada pela presença do capital exportador e/ou concentração de comércio e serviços centrais de apoio às atividades produtivas rurais em centro de produção industrial; a segunda, a criação e/ou captura de pequenas cidades como espaços de produção mono-industrial por grandes indústrias. Apenas essas cidades industriais, grandes, médias ou pequenas (mono-industriais) reuniam as condições exigidas pelo capitalismo industrial, onde o Estado regulava as relações entre capital e trabalho, fazia investimentos em infra-estrutura, garantia os meios de consumo coletivo, enfim, criava as *condições gerais de produção* para a indústria. Essas condições de produção estavam restritas ao que Milton Santos (1994) chamou *arquipélago urbano*, evidenciando o caráter fragmentário e desarticulado da sociedade urbana brasileira. Nesse contexto, a cidade industrial era peça central da dinâmica capitalista articulando-se com cidades comerciais e centros urbanos que canalizavam a produção para sua área de influência e controle. Era também nessas cidades, e apenas nelas, que se concentravam as possibilidades de acesso às facilidades da vida moderna, à cidadania, à urbanidade e à modernidade.

Lefebvre (1999, p. 27) baliza o eixo que descreve o processo pelo qual a cidade passou em forma de esquema:



É no período denominado zona crítica por Lefebvre (1999, p. 27) que “a industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda, às custas de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam”.

Surge com base nessa zona crítica a ideia de cidade ideal, onde não haveria conflitos, contradições e problemas sociais. As crises “urbanas” atribuídas normalmente ao aumento de população, ao inchaço urbano, leva à ilegalidade e à aparente desordem. Esta ilegalidade são as favelas, as invasões, a desordem, o caos, as regularizações que não acontecem e os surge bairros que surgem da noite para o dia com leis e normas próprias.

Os defensores da cidade ideal afirmam que a violência é oriunda dos pobres e do lugar onde vivem, porém a atual globalização econômica e principalmente o poder do tráfico de drogas e armas são grandes desestabilizadores sociais e formadores de segregações.

Enfim, a cidade se molda a partir das relações sociais, caracteriza-se de acordo com o sistema socioeconômico existente. A cidade surge onde se valoriza as trocas, a impessoalidade está presente e a violência brota como um dos principais problemas advindos das segregações, convivendo num mesmo espaço.

1.5.2 A metrópole Goiânia

A Metropolização, fenômeno que surgiu com a revolução industrial, é o processo no qual as cidades de uma região metropolitana estão em via de se tornarem uma metrópole, ou seja, prestes a possuir mais de um milhão de habitantes em uma região ou apenas em uma cidade.

De acordo com Reis (1996, p. 15-6) a metropolização pode ser conceitualizada como:

um processo social característico do mundo contemporâneo, segundo o qual um conjunto de aglomerações urbanas desenvolve entre si relações tais que passam a constituir um sistema, cuja significação para a sociedade é maior do que a soma de suas partes. Esses sistemas assumem a configuração de constelações. Dessa forma, torna-se freqüente o deslocamento dos habitantes de uma aglomeração para os locais de trabalho de outra ou a descentralização de algumas parcelas de empresas situadas na parte central, para a periferia, conservando-se porém, naquela, o controle administrativo e financeiro.

No estudo das cidades, sabe-se que a expansão de um lugar urbano, quer dizer, a área efetivamente ocupada pela cidade, pode resultar na junção e mistura a outro, de modo que seus limites geográficos mal podem ser distinguidos. A isso se dá o nome de conurbação, a qual gera as *metrópoles*, ou seja, a união de várias cidades que na prática funcionam como uma única cidade.

Nas análises de Simmel (1973) acerca do fenômeno urbano, as cidades e a experiência urbana aparecem como espaços de valor inestimável para a pesquisa social, relacionando indivíduo e sociedade. Dessa forma, o autor sugere que os grandes centros metropolitanos permitem aos atores sociais, por exemplo, o desenvolvimento de uma *atitude blasé*, a qual desenvolve duas consequências lógicas concomitantes: permitir aos indivíduos uma vivência integrada em uma sociedade cada vez mais diversificada e, ao mesmo tempo, promover o esfriamento das relações sociais baseadas na solidariedade e reciprocidade. Assim, de acordo com o autor,

[n]a medida em que o indivíduo submetido a essa forma de existência (metropolitana) tem de chegar a ter com ela inteiramente por si mesmo, sua auto-preservação em face da cidade grande exige dele um comportamento de natureza social não menos negativo. Esta atitude mental dos metropolitanos um para com o outro, podemos chamar, a partir de um ponto de vista formal, de blasé (...). E é este blasé que, aos olhos da gente da cidade pequena, nos faz parecer frios e desalmados. (SIMMEL, 1973, p.17)

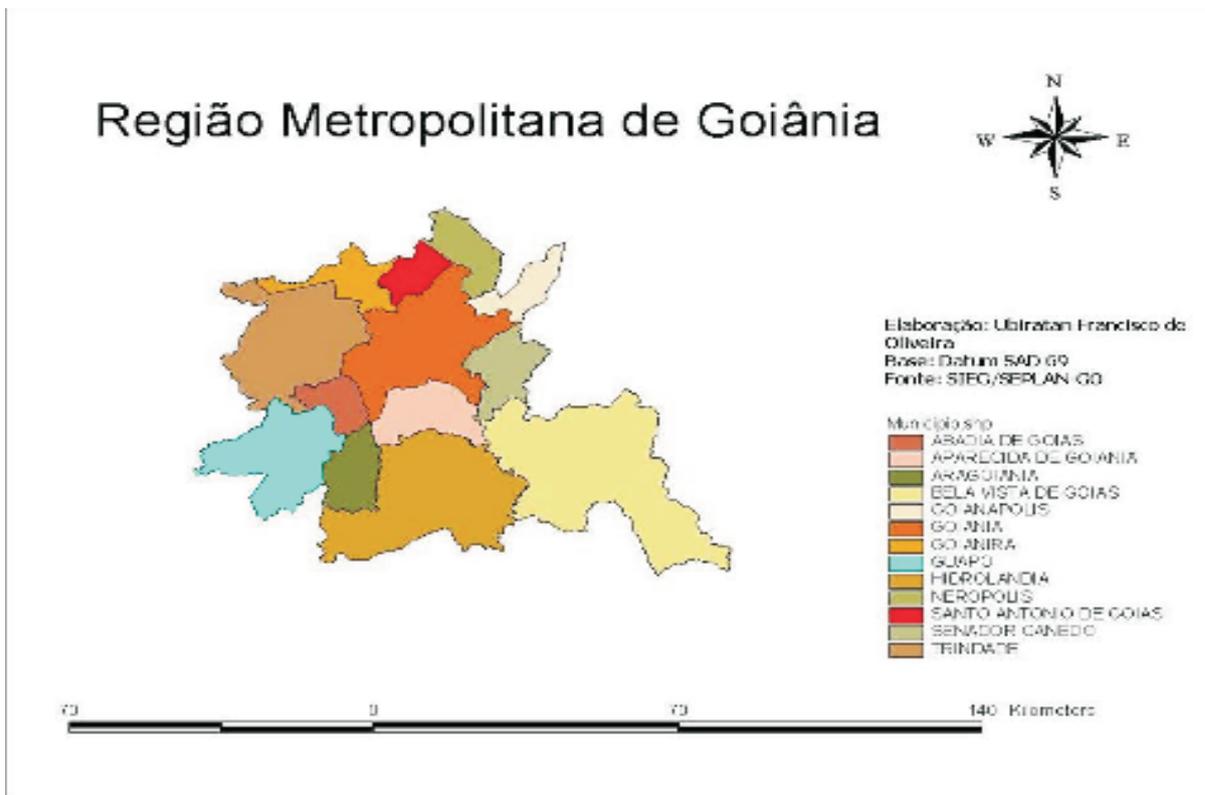
Certamente, a violência que ocorre nos grandes centros urbanos potencializa a *atitude blasé*, uma vez que a insegurança torna-se uma constante nas vidas que habitam este espaço. As pessoas desconfiam uma das outras, perdem o senso de vizinhança, ignorando uma as outras ou hostilizando-se, assim o individualismo ganha espaço na sociedade e neste sentido, Velho esclarece que,

[à] medida que o individualismo foi assumindo formas mais agonísticas e que a impessoalidade foi, progressivamente, ocupando espaços antes caracterizados por contatos *face to face*, a violência física foi se rotinizando, deixando de ser excepcional, para se tornar uma característica cotidiana (VELHO, 2004, p.6).

A urbanização acelerada das metrópoles aumenta o contingente de pessoas nas mesmas, contribui para a falta de estrutura das cidades, colabora ainda para a violência como resultado das fortes aspirações de consumo, em parte frustradas pelas dificuldades de inserção no mercado trabalhista. Vê-se ainda, a falta de pulso do poder público, que se mostra incapaz de enfrentar essas problemáticas sociais.

Analisando o contingente populacional, de acordo com o Observatório das Metrópoles, no ano de 2008, a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), segundo estimativa do IBGE o total é de 2.104.968 habitantes, distribuído num território de aproximadamente 5.808,5 km², conforme mapa a seguir.

MAPA 1 - Municípios constituintes da Região Metropolitana de Goiânia.



Fonte: OLIVEIRA, A. F., CHAVEIRO, E. F. (2010)

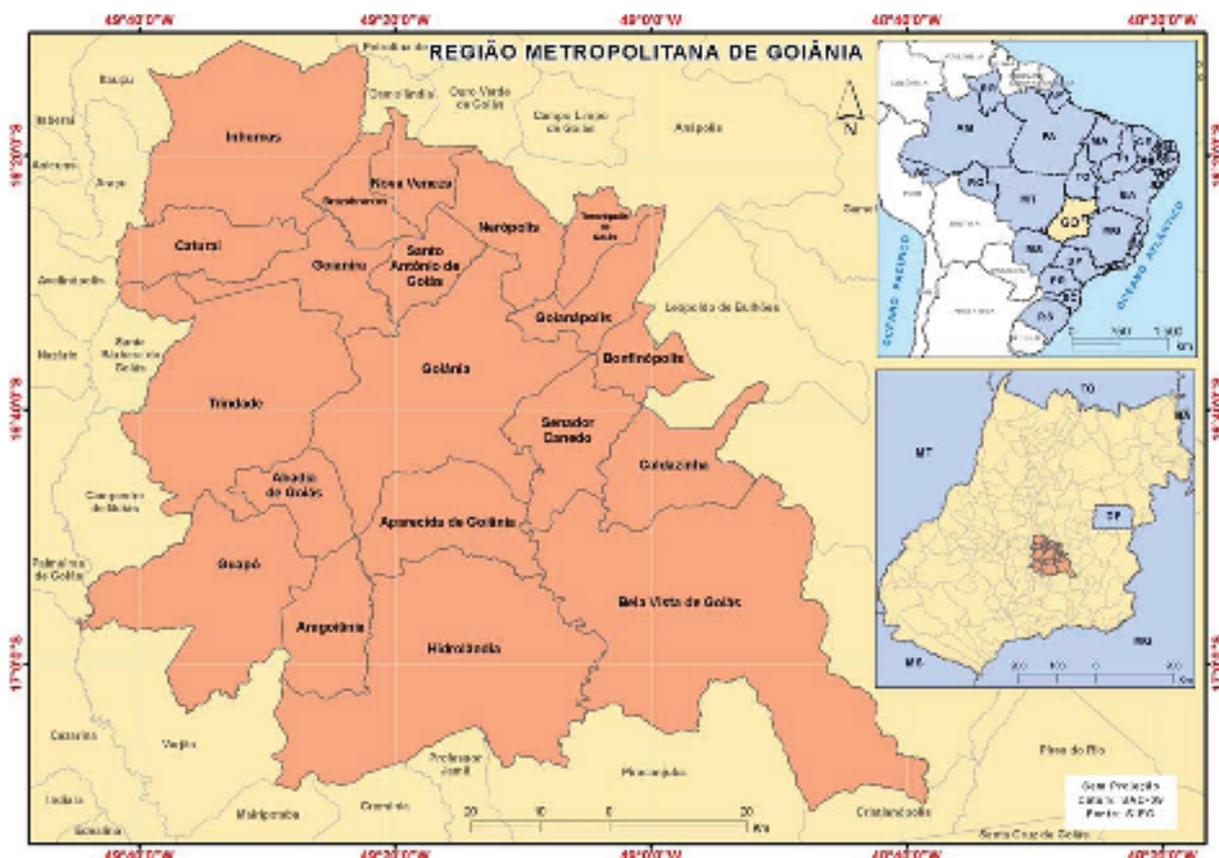
Das cidades que formam a RMG, apenas quatro estão sistematicamente integradas na perspectiva da dinâmica metropolitana, tendo como ponto de partida o próprio processo de conurbação com a capital. Sendo os municípios: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo, que juntos, segundo estimativas do IBGE somam 1.975.235 habitantes, ou seja, 93,8% da população metropolitana.

TABELA 1- Cidades em processo de conurbação com MetrÓpole Goiânia. População Total

A RMG de acordo com a última alteração por meio da Lei Complementar nº 78, de 25 de março de 2010, conta com vinte municípios ilustrados no mapa 2.

Segundo o Censo de 2010, a população metropolitana de Goiânia constitui-se de 2.173.141 habitantes.

MAPA 2 - Região Metropolitana de Goiânia. Ano 2010.



Autora: Alessandra Araujo

Os habitantes integrantes da RMG, em geral, vivem em condições de segregações, conflitos sociais, necessidades de moradia e saúde, precisando de melhorias nas políticas públicas dentre outras, principalmente nas de *segurança*, uma vez que a violência urbana se apresenta principalmente por meio de homicídios, roubos e assaltos, levando os cidadãos a sentirem-se inseguros e com isso diminuindo-lhes a qualidade de vida.

A tabela 2 mostra o crescimento em dez anos das cidades que fazem parte da RMG, especialmente, Aparecida de Goiânia, objeto desse estudo, que de acordo com IBGE no ano de 2000 contava com uma população com total de 336.392 e no ano de 2010 apresentou uma população com o total de 455,735, tendo um percentual de crescimento de 35,47%.

TABELA 2 - População dos municípios que compõe a RMG.

Nome do município	Total da População 2000	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural	Total da população 2010
Abadia de Goiás	4.971	3.376	3.492	5.072	1.796	6.868
Aparecida de Goiânia	336.392	224.841	230.894	455.264	471	455.735
Aragoiânia	6.424	4.275	4.100	5.529	2.846	8.375
Bela Vista de Goiás	19.210	12.602	11.937	17.945	6.594	24.539
Bonfinópolis	5.353	3.777	3.759	7.021	515	7.536
Brazabrantes	2.772	1.649	1.591	2.179	1.061	3.240
Caldazinha	2.859	1.691	1.631	1.918	1.404	3.322
Caturai	4.330	2.390	2.280	3.655	1.015	4.670
Goianápolis	10.671	5.439	5.242	9.677	1.004	10.681
Goiânia	1.093.007	620.816	681.076	1.296.969	4.923	1.301.892
Goianira	18.719	17.100	16.961	33.455	606	34.061
Guapó	13.863	6.983	7.019	11.354	2.648	14.002
Hidrolândia	13.086	8.937	8.461	10.455	6.943	17.398
Inhumas	43.897	23.620	24.592	45.079	3.133	48.212
Nerópolis	18.578	11.928	12.261	23.208	981	24.189
Nova Veneza	6.414	4.128	4.001	7.026	1.103	8.129
Santo Antônio de Goiás	3.106	2.379	2.311	4.258	432	4.690
Senador Canedo	53.105	42.184	42.215	84.066	333	84.399
Terezópolis de Goiás	5.083	3.347	3.215	5.677	885	6.562
Trindade	81.457	51.407	53.099	100.107	4.399	104.506

Fonte: IBGE: Censo 2010

Conforme CIRQUEIRA PINTO (2009), Aparecida de Goiânia até recentemente ainda era considerada ‘cidade dormitório’, uma vez que a maior parte de sua população, cotidianamente, se deslocava a Goiânia com finalidades de trabalho e compras. Este conceito, o autor o desconstrói ao discutir a formação de centralidades e transformação do espaço intra-urbano dessa cidade. Mesmo perdendo parte desta sua característica, continua espalhada, com infraestrutura ainda a desejar, com um índice de pobreza grande em muitos de seus bairros.

Segundo Carlos (1997, p.92),

é importante salientar que o espaço urbano se reproduz na contradição/luta. De um lado estão necessidades do processo de valorização do capital – enquanto condição geral de produção – em que o indivíduo se perde, cria-se o estranhamento, o distanciamento e o desencanto do mundo; a cidade dividida e vendida aos pedaços, espelha a segregação do habitante, expulsando-o para a periferia da mancha urbana. De outro, ocorre a reprodução da vida humana em todas as suas dimensões, enquanto retomada dos lugares, recriação de pontos de encontro, e da busca de identidade com o outro.

Assim percebe-se Goiânia e Aparecida como duas cidades conurbadas, que convivem diariamente com os progressos e as desigualdades sociais, dependentes

da mão-de-obra e economicamente uma da outra, reproduzindo segregações e vidas humanas num espaço urbano de contradição e luta.

CAPÍTULO 2

PERSPECTIVAS DE VITIMIZAÇÃO: ALGUMAS QUESTÕES

2.1 Goiânia e Aparecida de Goiânia: algumas considerações históricas

A Região Metropolitana de Goiânia formou-se rapidamente englobando vários municípios, dentre eles o de Aparecida de Goiânia, que pode ser considerado uma periferia de Goiânia, bastante espraiado, com as dificuldades de um lugar periférico, pobre, incluindo a violência e os efeitos desta: a insegurança e o medo.

As cidades de Goiânia e Aparecida tratadas neste estudo, antes de a primeira ser a cidade principal da Região Metropolitana de Goiânia e a segunda parte dessa região metropolitana e considerada ainda hoje periférica, com vários problemas desde estruturais a sociais, são cidades que apresentam peculiaridades em seu surgimento e formação. Por isso, apresenta-se a seguir de forma sucinta a origem e a história das referidas cidades.

Goiânia

A capital do Estado de Goiás, denominada Goiânia, tratou-se de um projeto de cidade que tentou combinar as funções administrativas e as de mercado distribuidor, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico do estado em questão. A ideia da mudança da capital, antes estabelecida na cidade de Goiás, não era nova, pois de acordo com Monteiro (1938, p. 3) ela foi lançada pela primeira vez em 1830, pelo marechal de campo Miguel Lino de Moraes, o então segundo governador de Goyaz no Império e novamente em 1863 pelo décimo sexto governador, Dr. José Vieira Couto de Magalhães.

Este sonho só veio a tornar-se realidade após 1930, através do interventor federal de Goiás, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que por meio de suas ideias higienistas, colocou a cargo do Arquiteto Atilio Corrêa Lima o projeto original da

cidade de Goiânia, que previa inicialmente uma cidade de 15.000 habitantes, podendo atingir uma população de 50.000 pessoas no máximo.

Lançou-se a pedra fundamental de construção de Goiânia em 24 de outubro de 1933 e a criação da nova capital representou a consolidação de uma ideia recorrente no imaginário do povo goiano, para que houvesse desenvolvimento, entre outros elementos, era a importância de fazer a mudança da sede do governo para um local que melhor atendesse de forma mais abrangente todo o território goiano.

Frustraram-se aqueles que apostavam que a construção de uma cidade em pleno planalto central era fadada ao fracasso. De acordo com Gonçalves

Goiânia cresceu sob o amparo direto do Estado. Foi construída com o maior cuidado e atenção possível por um governo que não mediu esforços em associar a imagem da cidade à modernidade. Na verdade, Goiânia foi a melhor estratégia encontrada pelo Interventor para manter-se à frente do poder e ao mesmo tempo vincular-se aos ideais da Marcha para o Oeste. Goiânia representou o símbolo da mudança do poder, verdadeiro ícone de uma nova era, já que se colocava em oposição à imagem de atraso da antiga capital (2002, p. 31).

A concepção do autor do projeto se centralizou mais na divisão do espaço urbano em zonas de atividades econômicas, de modo a obter uma melhor organização dos serviços públicos e ênfase na circulação, por meio da projeção de grandes avenidas, que concentrariam o tráfego mais intenso, à qual se liga a preocupação com o escoamento das mercadorias e produtos industriais. Segundo Daher,

antes da industrialização, as diferentes classes sociais existentes se pulverizavam nos espaços rurais e nas cidades [...] após a revolução industrial, as classes sociais foram obrigadas a dividir o mesmo espaço urbano[...] Essa proximidade atemorizava as classes mais abastadas [...] a solução encontrada em algumas cidades foi desconfigurar o tecido urbano com abertura de largas vias, com a destruição de seu conjunto arquitetônico secular, com o prolongamento de seu espaço urbano até as rodovias, ferrovias e portos marítimos. (2003, p. 51-3)

A partir de 1936, o engenheiro e urbanista Armando Augusto de Godoy ocupa o lugar de Atílio e cria uma zona diferenciada no interior da cidade mais ampla, comprometendo a unidade do plano de seu sucessor, que concebe a cidade como uma única estrutura aberta, de modo a prever sua expansão. A inspiração de seu projeto são as cidades-jardins de Howard, pensadas como totalidades orgânicas que

integram campo e cidade, assim sua intervenção torna-se mais perceptível nas áreas residenciais do setor Sul ao privilegiar os amplos espaços verdes, as habitações ventiladas e iluminadas, as pistas exclusivas para pedestres e as vielas tortuosas. Contudo, a maior parte dos proprietários dos terrenos, por ignorarem o projeto urbanístico, negligenciaram acima de tudo as áreas verdes, que foram apropriadas legal e/ou ilegalmente por donos de lotes adjacentes, outras se converteram em espaços baldios, propícios à malandragem e à vadiagem.

Ainda conforme a autora,

foram praticamente os higienistas que primeiro se ocuparam em resolver os problemas urbanos das cidades francesas e de suas colônias. Geralmente, em sua grande maioria, de formação médica, eles reivindicaram uma cidade dotada de grandes espaços vazios e áreas verdes, que permitissem a circulação de ar e a entrada dos raios solares nas habitações de operários, como também a implantação de um saneamento básico [...]. (DAHER, 2003, p. 69).

A partir de 1950, com a grande especulação imobiliária, o povoamento das regiões centrais de Goiânia e o enriquecimento de algumas pessoas em detrimento a outras, provoca a expulsão da população pobre destas regiões centralizadas surgindo então as periferias urbanas e as segregações sociais. Segundo Gonçalves (2002, p.31) “A modernidade possível que planejou a cidade foi paradigma das incertezas, das oposições e dos desafios”, uma vez que atualmente a cidade tornou-se palco para as desigualdades sociais e todos os problemas advindos desta problemática.

A cidade de Goiânia superou as expectativas de qualquer cidadão da época em que foi planejada e executada, ao tornar-se no decorrer do tempo uma metrópole, com as vantagens e as desvantagens de uma, acumulando todos os problemas advindos de uma cidade grande. De acordo com Moysés (2004, p. 198) “Goiânia é uma cidade que nasceu planejada, mas muito cedo superou todas as previsões quanto ao tamanho e à qualidade de vida de sua população”.

De planejada a não planejada, Goiânia começa desde sua origem, com os construtores da cidade sem lugar de moradia, a invadirem parte da cidade, segundo Monteiro (1938), como por exemplo, nas proximidades da Marginal Botafogo, situação irregular até o ano corrente.

Junto com o crescimento de Goiânia, as periferias, a aglomeração de pessoas na cidade, surge o fenômeno que se denomina violência na cidade, a qual apresenta hoje um de seus maiores efeitos: o medo e o sentimento de insegurança, que afeta a população em todos os níveis sociais. A violência urbana sentida na atualidade contrapõe-se ao que escreveu no Jornal de 30 de março de 1937, o Professor Venerando de Freitas Borges (apud TEIXEIRA, 1973, p.155):

E Goiânia sorri o sorriso largo, franco, do triunfo, porque sua glória não se fez de sangue. Sua significação histórica sob esse aspecto é interessante, eis que a serenidade foi sempre o seu principal auxiliar. Nenhuma violência. É grandiosa a obra de Pedro Ludovico Teixeira, porque ela se alicerça na força de um anseio coletivo e na solidez de um ideal nobilitante.

Aparecida de Goiânia

Aos 11 dias de maio de 1922, a atual cidade de Aparecida de Goiânia surgia com a denominação de povoado de Aparecidinha¹⁶ e a função de *patrimônio*¹⁷ religioso, após a doação de terras feita pelos senhores Abrão Lourenço de Carvalho, João Batista de Toledo, Antônio Barbosa Sandoval e Aristides Frutuoso, para que as famílias construíssem uma igreja em homenagem à Santa Nossa Senhora Aparecida. De acordo com Melo:

COMO CIDADE metropolizante nasceu sob o signo da contradição e da oportunidade. Como lugarejo pertencente ao município da Capital do Estado de Goiás, teve o seu início inspirado pela imposição da religiosidade apregoada pela Igreja Católica Apostólica Romana (MELO, 2002, p.8).

¹⁶ Aparecida de Goiânia recebeu no período de sua existência várias denominações. Inicialmente quando povoado o nome de Aparecidinha em homenagem à padroeira local. Em 1958, a Lei Municipal (de Goiânia) nº 1295 alterou-lhe o nome para Vila Aparecida de Goiás, em seguida restaurou-lhe a condição de Distrito. Neste mesmo ano, a Lei Municipal (de Goiânia) nº 1.406, de 26 de dezembro, fixou-lhe o nome de Goialândia, formado de Goia de Goiânia e Lândia de Hidrolândia, o que indicava a vila situada entre os municípios de Goiânia e Hidrolândia. Porém os moradores não o aceitaram, permanecendo o nome anterior. Já com foros de cidade, a Lei Estadual nº 4.927, de 14 de novembro de 1963 eleva o referido Distrito à categoria de Município, modificando o nome novamente para Aparecida de Goiânia, já com foros de cidade.

¹⁷ Segundo Ortêncio (1983, p. 324) apud CIRQUEIRA PINTO (2009, p. 83) patrimônio é entendido como doação de uma gleba de terra que um fazendeiro faz à igreja, cuja curruela será formada pelos sitiantes da redondeza, onde têm a oportunidade de colocar os seus filhos na escola". Vale destacar que atrás da ideia de *patrimônio* estava a imposição política dos fazendeiros, que se portavam como os atores locais territorializadores.

Situava-se a 15 km de Campinas, antiga cidade do Estado de Goiás, atualmente integrada à cidade de Goiânia como um bairro. Emancipou-se de Goiânia com foros de cidade, por meio da “Lei Estadual nº. 4.927, de 14 de novembro de 1963, foi o Distrito elevado à categoria de Município, tendo a sede a denominação de Aparecida de Goiânia, com apenas o Distrito da sede, e a mesma área territorial desmembrada de Goiânia” (*ibidem*: p. 11).

Apresenta uma extensão de 289,08km² de área, de acordo com o IBGE a estimativa de 516.770 habitantes em 2009 e 455.735 pelo censo 2011, é cortada pela BR-153 e outras rodovias municipais, possui como hidrografia o Rio Meia Ponte, os córregos Santo Antônio, Tamanduá, Almeida, Salvador, Ribeirão das Lages, além de pequenos outros ribeirões.

Cirqueira Pinto (2009, p. 81) sintetiza a história Aparecida de Goiânia da seguinte forma:

QUADRO 1 - Síntese das fases espaço-temporal de Aparecida de Goiânia

Período	Tema	Características norteadoras
De 1922 a 1935	Origem do povoado no contexto rural goiano.	Origem religiosa; povoado rural; incorporação ao município de Goiânia (pouca proximidade com a capital).
De 1935 a 1963	Entrelaçamento descontínuo com a capital e emancipação política.	Consolidação do distrito de Aparecida; novos loteamentos descontínuos do núcleo original; incremento populacional e conurbação (dependência da capital).
De 1963 a 1990	Crescimento urbano e periferização.	Zona receptora de migração; intenso parcelamento do solo; desordenamento urbano e falta de infra-estrutura básica (estereótipo de “cidade dormitório”).
De 1990 até dias atuais	Novas funcionalidades no espaço fragmentado.	Contenção ao parcelamento do solo; implantação descontínua de infraestrutura urbana; novas centralidades; relação de complementaridade e interdependência com Goiânia (periferia dinâmica).

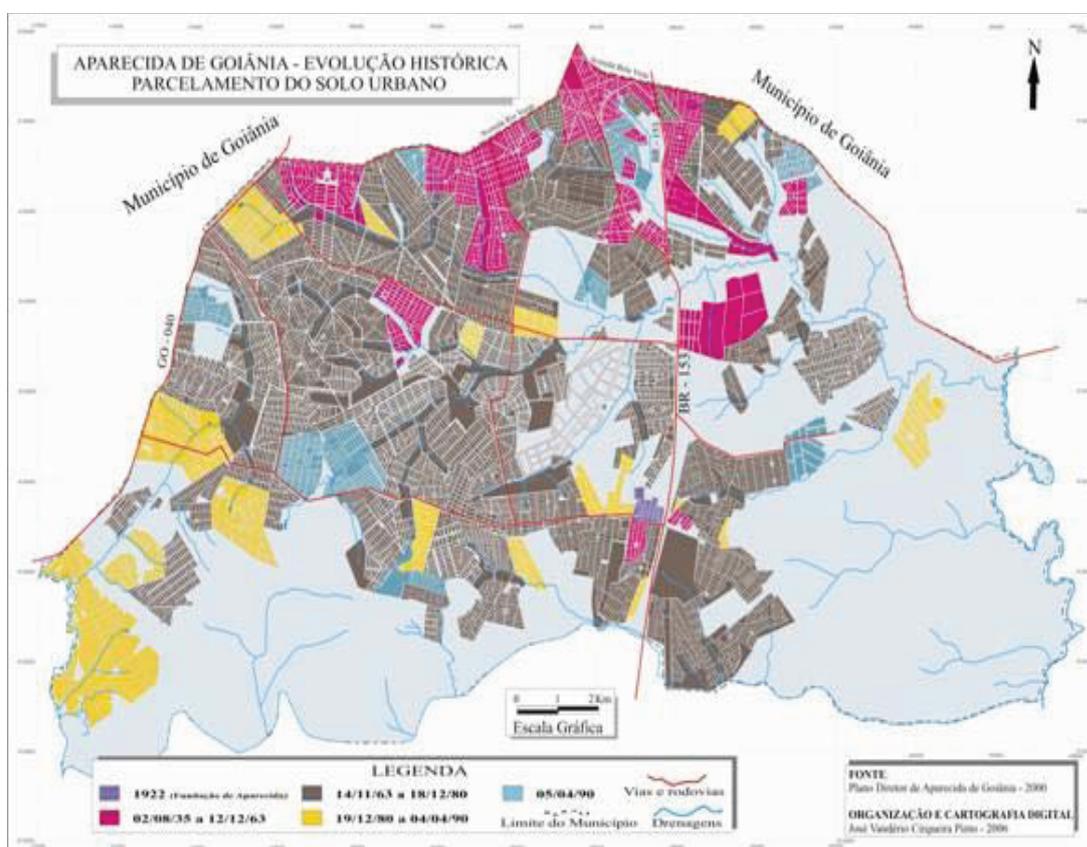
Fonte: CERQUEIRA PINTO (2009, p. 90)

Aparecida de Goiânia, na década de 60, passou a ser o alvo de inúmeros assentamentos promovidos principalmente pelo governo do Estado de Goiás, o que a impulsionou na classificação de um dos maiores índices de crescimento populacional do Brasil. Recebeu migrantes de todo o Brasil, inclusive de Goiânia, de acordo com Melo (2002, p. 81) a explosão imobiliária a partir da década de 70 se

deu principalmente pelo fato de que mais de 200 mil goianienses, com menor poder aquisitivo, impossibilitados de morar em Goiânia, em virtude dos baixos salários, tiveram a oportunidade de comprar lote e construir sua moradia. Além disso, passou a ser alvo de inúmeros assentamentos promovidos principalmente pelo governo do Estado de Goiás, de famílias vindas da cidade de Goiânia, o que impulsionou Aparecida na classificação de um dos maiores índices de crescimento populacional do Brasil.

Como pode ser observado no Mapa 3, o período de maior parcelamento de Aparecida de Goiânia foi nos anos de 1963 a 1980. Melo (2002, p. 80) justifica que a proliferação do setor imobiliário ao parcelar o território aparecidense se deu pelo fato de que este não se destinava a plantio de sementes e sim a um prolongamento da cidade-mãe Goiânia.

MAPA 3 - Aparecida de Goiânia: parcelamento de 1963 - 1990.



Fonte: CIRQUEIRA PINTO (2009, p. 99)

Aparecida foi marcada pelo intenso processo de ocupação e parcelamento desordenado do solo, graças à maior rigorosidade da política urbanística de Goiânia. Esta criou em 1962, seu primeiro Plano Diretor em 1959, pelo arquiteto paulista Luis Saia, porém ficou sem utilidade até a Lei Municipal de Goiânia nº 4.526, de 1972 que disciplinou rigorosamente, exigindo-se loteamentos com infraestrutura urbanas adequadas, como água, pavimentação e iluminação pública. Isso levou as imobiliárias a atuarem nas cidades vizinhas como Aparecida de Goiânia, parcelando-lhe o solo. A consequência disso é o sofrimento com a falta de infraestrutura básica como água tratada e esgoto. Além de ainda hoje apresentar um grande número de vazios urbanos, sérios problemas sociais, ambientais, econômicos e de gestão. Para CIRQUEIRA PINTO (2009, p. 19):

enquanto passado e presente, o espaço urbano de Aparecida de Goiânia é produto da fragmentação. Desarticulação e periferação espontânea. Enquanto futuro, é um espaço urbano que necessita de desenvolvimento social, e da consolidação de espaços de vivência autônoma da cidade vizinha (Goiânia).

De acordo com IBGE, o número de habitantes em Aparecida de Goiânia no ano de 1970 era um total de 7.470hab., no ano de 1980, este número elevou para 42. 627hab., e em 1991, a quantidade foi para 178.483hab. Conclui-se que a taxa de crescimento da população de Aparecida de Goiânia do ano de 1970 a 1980 foi de 470,64% e de 1980 a 1991 de 318, 71%, portanto bastante alta no decorrer da história e em todo o quadro de evolução demográfica da cidade, conforme pode ser averiguado na tabela a seguir:

TABELA 03 - Populações Residentes em Aparecida de Goiânia, Goiânia, RMG e Goiás(continua)

Municípios	Aparecida de Goiânia	Goiânia	Total RMG*	Total Goiás
1992	191.407	940.757	1.262.328	4.098.513
1993	201.568	957.564	1.292.666	4.171.489
1994	212.056	973.626	1.322.522	4.240.812
1995	222.283	989.285	1.351.632	4.308.415
1996	265.868	1.003.477	1.443.709	4.514.967
1997	287.657	1.022.759	1.495.032	4.639.785
1998	306.244	1.039.230	1.537.320	4.744.174
1999	324.662	1.056.330	1.580.000	4.848.725
2000	336.392	1.093.007	1.639.516	5.003.228
2001	355.171	1.111.622	1.686.738	5.116.462

2002	369.617	1.129.274	1.726.307	5.210.335
2003	385.037	1.146.106	1.766.588	5.306.459
2004	417.409	1.181.438	1.872.328	5.508.245
2005	435.323	1.201.006	1.919.572	5.619.917
2006	453.104	1.220.412	1.981.886	5.730.753
2007	475.303	1.244.645	2.007.868	5.647.035
2008	494.919	1.265.394	2.063.744	5.844.996
2009	510.770	1.281.975	2.102.097	5.926.300

Fonte: SEPLAN in www.seplan.go.gov.br/sepin

Elaboração: Prefeitura de Goiânia/SEPLAM/DPSE/DVPE/DVSE

(*) De acordo com a nova composição instituída pela Lei Complementar 054 de 23 de maio de 2005.

Nota: 2000 - Censo demográfico

2001 a 2006 - Estimativa 01/07

2007 - Contagem

2008 - Estimativa

2009 - Estimativa

Esse rápido crescimento populacional foi responsável pela desigualdade social, pela falta de planejamento, pela periferização, pelas segregações, mas principalmente pela violência e criminalidade geradoras da sensação de insegurança que permitem ao cidadão a perda de qualidade de vida.

Apesar de neste período Aparecida ter adquirido o estereótipo de cidade dormitório, só sendo gradativamente desfeito a partir de 1990, segundo CIRQUEIRA PINTO (2009, p.2) é possível comparar o crescimento, com o da capital goiana e o do Estado como um todo e ver que o crescimento no Estado de Goiás de certa forma foi homogeneizado.

Em seus aspectos econômicos, a cidade de Aparecida, de acordo com Melo (2002, p. 12) apresenta:

A pecuária, com criação de gado bovino com a finalidade de corte e leite é uma das atividades na sua pequena extensão rural. No município onde predomina a indústria extrativa de areia para construções, pedras, barro comum para fabricação de tijolos, a agricultura não é expressiva, tendo em vista que são atividades conflitantes, dentro de uma pequena área territorial rural, visto que 70% do seu território encontra-se hoje ocupado por grande proliferação imobiliária, cujos lotes e áreas diversas estão ocupadas por moradias e setores industriais.

Ultimamente Aparecida é um dos principais pólos industriais e comerciais de Goiás, responsável pela quinta maior arrecadação de ICMS no Estado. O município possui cinco pólos: Pólo de Reciclagem, próximo ao aterro sanitário, Pólo

Empresarial Goiás (PEGO) e o Parque Industrial de Aparecida, Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia (DIMAG) e Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia (DAIAG), estes pólos contam com mais de 13 mil empresas e 964 estabelecimentos industriais registradas na prefeitura. Conforme Souza e Ricardo “Aparecida de Goiânia – a segunda cidade mais populosa do estado, é reconhecida como uma das áreas com melhores condições para receber investimentos, por contar com um distrito agroindustrial e um centro empresarial muito bem equipado” (SOUZA; RICARDO, 2005, p. 50).

Os governantes de Aparecida por meio de projetos urbanos sempre incentivaram o crescimento da cidade, como exemplo, diz Melo (2002, p. 76) “passei a doar áreas públicas dentro de um perímetro previamente escolhido para sediação de indústrias”. Porém eles não se preocuparam com a qualidade de vida, caracterizando a cidade como uma aglomeração de setores com problemas crônicos como a falta de infra-estrutura urbana (água, energia, transporte coletivo, serviços de saúde e falta de escolas).

Esta é a dívida histórica em Aparecida de Goiânia perdurando até os dias atuais: falta de emprego, carência de infraestrutura urbana, concentração de renda, segregação espacial, baixa qualidade da educação, precariedade no atendimento à saúde, política de segurança precária e deturpada agravando a situação da violência e medo.

É esse contexto metropolitano, ou seja, a estreita relação de dependência entre as duas cidades (Goiânia e Aparecida) e as desigualdades socioeconômicas que fazem com que a violência e a insegurança sentida pelos moradores das mesmas indiquem que este não é um problema exclusivo da metrópole goiana, mas do Brasil como um todo.

2.2 Trajetórias da análise e o uso de survey

De 1960 aos dias atuais, muito se tem discutido, relacionando densidade demográfica à violência. Cárdua (2011, p. 3) em seus estudos sobre violência, correlacionando esta ao espaço prisional e à miserabilidade, diz que na década de 1950 estudos etnológicos mostraram que “o aumento do número de indivíduos de certo agupamento importava na conseqüente redução da territorialidade disponível, produzindo o estresse e o aumento de comportamentos violentos”. Porém esse mesmo autor discorda desses estudiosos, pois de acordo com ele,

elevada densidade populacional e violência urbana não podem ser considerados correlatos porque a análise é superficial e tal constatação é demonstrada a partir de pesquisas realizadas em países com elevada densidade demográfica e baixíssimos índices de criminalidade. (CÁRDIA, 2011, p. 11).

Dessa forma, quando se pensa na densidade demográfica é essencial analisar os fatores espaciais e sociais. Para tanto, relacionado ao primeiro, busca-se a percepção que o ator social tem deste espaço, quer dizer, “sente-se confinado?”, “o espaço lhe pertence?”, “este espaço atende suas necessidades?” já que todo ser se sente seguro e mais propenso à boa convivência quando o espaço em que vive é suficiente para atender suas necessidades territoriais, conforto, bem estar, ou seja, não se sente confinado ou oprimido. Em relação ao social, o fator gerador de violência liga-se à falta de correspondência ao atendimento de seus anseios, quando há alta taxa de desigualdades sociais aumenta-se a violência. Assim, em locais com alta taxa de densidade demográfica, mas com menores desigualdades sociais percebe-se baixo índice de criminalidade, por outro lado, existem locais com alta densidade demográfica, grandes desigualdades sociais e índice de criminalidade muito alto.

A partir destas considerações e à luz da sociedade moderna, pergunta-se, o que seriam os conflitos nos centros urbanos? O aumento do número da população influencia nos altos índices de criminalidade? Ou, aspectos como renda, cultura, educação, religião, etnia, entre outros, também tem o seu papel? São questões como essas que se tenta responder por meio da coleta e análise dos dados utilizados para o estudo de caso desse trabalho. De acordo com estimativa do IBGE,

para a data-base de 1º de julho de 2009, em uma lista dos cem municípios mais populosos do Brasil, o município de Goiânia ocupou o 13º lugar com uma população de 1.281,97 habitantes e Aparecida o 37º, com 510.770 habitantes.

Nesse estudo, a violência é vista como símbolo de dominação em vários níveis sociais, assim, conforme Pastana (2003, p. 28) “os valores e comportamentos difundidos a partir do medo socialmente cultivado são formas simbólicas de dominação tão ou mais violentas quanto a própria violência de que se tem medo”.

A apreensão da realidade que perpassa a violência urbana, ou seja, o caos social gerado pelo crime e aqui se considere, a desordem emocional e física sentida pelos atores sociais, sejam envolvidas diretamente ao fato, sejam observadores diretos ou observadores por meio da mídia, cria-se um vínculo que altera a percepção que se tem do espaço urbano e vincula-se o mesmo à desordem, o que contribui para a disseminação da insegurança e o medo¹⁸. Logo, para se chegar a uma totalidade é necessário então acoplar as categorias aferidas acima, ou seja, o fato consumado (violência) e suas repercussões nos atores sociais, a fim de entender como se dá o processo desse sentimento e os seus principais determinantes.

É preceito de o método apontar a relação intrínseca entre a violência sofrida pelos atores sociais e o medo e a sensação de insegurança, ambientados na vivência urbana¹⁹. De tal modo, a metodologia explorada nesta investigação baseia-se em uma análise quantitativa, uma vez que para Pierre Bourdieu a investigação empírica faz uso de técnicas tanto quantitativas como qualitativas. Nesse sentido, em relação à análise dos questionários, ele diz que é uma percepção de ler entre as entrelinhas a intenção denunciada, “o analista procura a intenção objectiva escondida por debaixo da intenção declarada, o querer-dizer que é denunciado no que ela declara” (Bourdieu, 1989, p. 73).

Perceber o modo como os atores sociais conduzem a relação entre a violência e os sentimentos desencadeados pela presença da mesma em suas relações cotidianas, a que é designado de medo e sentimento de insegurança, podem conduzir numa direção, senão a de superação da mesma, com atitudes

¹⁸ Gaviria M. (2008) observa que violência, insegurança e medo são categorias sociais acionadas para nomear e qualificar ações, concepções, sentimentos e emoções decorrentes do convívio em um ambiente com alto índice de criminalidade.

¹⁹ De acordo com Bourdieu (1989), o primeiro preceito do método estaria relacionado à noção que se tem de campo, devendo o sociólogo pensá-lo como um espaço de relações de forças entre as posições sociais a ser desvendadas pelo pesquisador.

individuais e governamentais, políticas de segurança pública, ao menos em uma futura melhoria no modo de viver urbano. Igualmente, relacionar os determinantes do medo e sensação de insegurança torna-se um agente de ação na busca para a reflexão na construção de uma vivência urbana de qualidade para os cidadãos. Não obstante, é necessária a prática conjunta do povo e dos governantes na busca da superação do medo e sensação de insegurança. Dessa forma o autor afirma que

[c]ompreender a gênese social [...] e aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta [...] é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não como geralmente se julga, reduzir ou destruir (Ibidem: 1989 p. 69).

Nesse sentido, o autor considera ainda que, primeiramente a pesquisa deve investigar a dimensão objetiva da realidade social, em seguida investigar as representações cotidianas (individuais e coletivas) dos atores, objetivando conservar ou modificar as estruturas apreendidas no primeiro momento.

Assim, como perspectiva metodológica, para a coleta dos dados, optou-se por um questionário (pesquisa de vitimização), que permitisse recopilar estatísticas para ser empregadas com fins comparatistas, quer dizer, um *survey*²⁰. Este reproduz perguntas semelhantes às de pesquisas da criminalidade realizados em diversos centros de estudos²¹ da violência no Brasil, cujo objetivo primordial é o de proporcionar estimativas de experiência com o crime, a polícia, a prevenção do crime e os sentimentos de segurança para a população adulta. Segundo Rouché (1993), na tentativa de desenvolver um modelo para analisar o medo do crime, é necessário não apenas traçar o ambiente relevante para os indivíduos, mas identificar o efeito sobre a vitimização que implica não em uma, mas em todas as relações vivenciadas. Dessa forma para esse autor: “il est en revanche possible de dessiner l'environnement pertinent des individus, et repérer l'effet qu'entraîne une victimation sur l'ensemble des relations vécues” (apud JOBARD, 1995, p. 337).

As pesquisas de vitimização apresentam um foco na vítima e nas circunstâncias dos crimes, além de estimarem as taxas desses, o que é relevante

²⁰ Segundo Freitas *et al.* (2000) a pesquisa *survey* pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (Tanur apud Pinsonneaut & Kraemer, 1993).

²¹ A título de exemplo destes centros de pesquisa aponta-se entre vários, o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo e o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais, entre outros.

para a formulação de políticas preventivas, permitindo traçar mapas de risco, identificar grupos mais expostos a determinados tipos de delitos e estimar a frequência dos pequenos delitos cometidos cotidianamente (os quais, em geral em maior número, trazem grande impacto sobre a população por meio do sentimento de insegurança). Quando realizadas, o *survey* permite ainda, por exemplo, medir a confiança das pessoas nas instituições públicas de segurança, e na medida em que se conhece o grau da desconfiança, é possível reorientar as ações e estratégias, e qualificar os serviços prestados à comunidade. Os dados também podem revelar as medidas preventivas utilizadas pelas vítimas reais ou potenciais, as providências tomadas após a vitimização por meio de mecanismos informais de resolução de conflitos.

À medida que as pessoas se sentem mais inseguras, elas tendem a se relacionar menos, desgastando as redes de relações sociais, a sociabilidade, a solidariedade e a confiança, fatores importantes de explicação do aumento da criminalidade.

Segundo Beato Filho e Caminhas (2009, p.3) “uma maneira usada para medir o medo do crime em surveys é através de questões do tipo ‘*você tem medo de _____ ter sua residência invadida [...]?*’”.

Os dados coletados possibilitam uma orientação e organização dos principais determinantes do processo de medo e insegurança, pressupondo que a partir da organização das fontes de informação (questionários) há de se pôr em evidência a estrutura de relações entre violência e a insegurança em Aparecida, para isso buscar-se-á a evolução, a expressão e a transformação do simbolismo da prática da violência à subjetividade do medo e insegurança. Compreender a violência, o medo e a sensação de insegurança é uma necessidade social, visto que, viver em sociedade pressupõe-se o bem estar social. Entretanto, a constante internalização do medo pelos cidadãos têm posto em xeque até mesmo as relações sociais mais banais, como por exemplo, andar na rua, conversar com estranhos, antes práticas tão simples, hoje consideradas situações de risco.

Deste modo, para visualizar os principais aspectos relacionados ao medo e à insegurança, optou-se pela análise das questões discriminadas neste capítulo, sendo a direção da pesquisa, a quantitativa. A partir dos dados coletados na fonte de informação procurar-se-á a construção dos determinantes do medo e da sensação de insegurança, buscando a solução deste problema, o que

inevitavelmente implica em uma transformação de atitudes individuais e governamentais – políticas de segurança pública.

De um modo geral, a preocupação com a criminalidade tem como consequência a percepção do medo frente ao crime, além disso, deve-se ler esse fenômeno ainda na perspectiva da problemática social e política, mais ampla do que a da criminalidade propriamente dita, situando-a no campo das relações entre os indivíduos em interação na sociedade. Como aponta Rouché, influencia na percepção de vitimização, a rede de relações a que se integram os atores sociais, assim o medo é estruturado na ansiedade relacionada à percepção de risco²². Conforme Beato Filho e Caminhas (2003) “uma questão clássica para se medir percepção de risco é *‘como você se sente ao andar à noite sozinho pelas ruas de sua vizinhança?’*”

As entrevistas consistiram em um trabalho de campo, com entrevistas pessoais dos moradores, para isso selecionou-se dez bairros da cidade de Aparecida, a saber, Madre Germana II, Garavelo, Cidade Livre, Santa Luzia, Jardim Tiradentes, Centro, Vila Brasília, Conjunto Cruzeiro do Sul, Papillon Park, Independência Mansões²³ e em cada um deles foi aplicado cerca de quarenta questionários, totalizando aproximadamente 400 questionários respondidos.

A maioria dos entrevistados, 60,20% de acordo com a investigação, reside nas áreas pesquisadas (os bairros de Aparecida citados) há dez anos ou mais, o que de certa forma lhes dá propriedade de conhecimento e/ou reconhecimento do bairro.

No questionário, considerou perguntas relativas ao bairro em que os mesmos residem; considerando a infraestrutura, as incivildades²⁴ vistas ou sabidas ocorridas nos mesmo; sensações de insegurança na circulação dentro do bairro; modificação de hábitos e estrutura residencial com a intenção de sentir-se seguro. É indiscutível

²² Para Beato Filho e Caminhas (2009, p. 3) a percepção de risco é uma sensação difusa de medo e pressupõe habilidade de antecipação. A percepção de risco é a tentativa de tornar incertezas em possibilidades, é um pressentimento de perigo quando nada existe nas proximidades que justifique o medo.

²³ Durante o desenvolvimento desse texto, os bairros serão referidos conforme o uso da população como um todo. Porém a forma completa do nome, conforme os decretos aparecerão nos mapas utilizados para espacializá-los.

²⁴ Para Roché citado por (VASCONCELOS e SÁ, 2000, p. 1) “assumem uma importância muito grande na cidade contemporânea, as **incivildades** – ou seja actos de vandalismo, os graffiti, insultos, a má vizinhança..., no fundo, tudo o que tem a ver com uma vivência quotidiana – e que, a maior parte das vezes são actos que não se incluem na ordem jurídica, mas fazem parte da **ordem social**, da vida de todos os dias” (grifo da autora).

que quanto maior o índice de violência pior é o nível de qualidade de vida dos cidadãos, observa Zaluar, que

[q]uando a taxa de crime chega a um patamar muito elevado, o medo da população e a insegurança ameaçam a qualidade de vida conquistada a duras penas em décadas de desenvolvimento econômico e de reivindicações sociais. As pessoas trancadas em casa, seja na favela, seja no bairro popular, seja no bairro de classe média, deixam de se organizar, pouco participam das decisões locais que afetam suas vidas, pouco convivem entre si. Em vez disso, muitos trancafiam-se, armam-se e preparam-se para enfrentar os perigos como se estivessem numa guerra” (ZALUAR, 2002, p. 76-7).

2.3 Algumas questões: da criminalidade à percepção de risco e vitimização

Dados das Delegacias da Região metropolitana de Goiânia apontaram as principais ocorrências de crimes registradas nos anos de 2008, 2009 e 2010. Em relação a furto em 2008 representavam 56,15% dos crimes, em 2009 a incidência cai para 50,25% e em 2010 há ainda um decréscimo passando a constituir 49,46% das ocorrências. Enquanto a incidência de furto cai, com o roubo ocorre o contrário, a cada ano há um aumento considerável do crime ocorrido na presença da vítima, em 2008 a taxa era de 15,44%, em 2009 17,78% e em 2010 18,62%. Em relação aos entorpecentes duas situações foram consideradas: o comércio e o uso das drogas, em relação ao primeiro os dados são: em 2008 apresentou 0,93%, 2009 mantêm-se constante, 2010 sobe para 1,86%; já o consumo em 2009 a taxa era de 0,98%, passando para 1,73% em 2009 e 1,93% em 2010.

Quanto ao crime considerado mais hediondo, o homicídio doloso, em 2008, a percentagem era de 1,33%, subindo 163,15% em 2009, quando a taxa foi de 2,17% voltando a cair 91% em 2010, nesse caso o homicídio doloso passou a representar 1,98% das ocorrências de crime registradas pela Polícia Civil.

O mencionado questionário foi aplicado a homens e mulheres com faixa etária acima de 15 anos, composto de 20 questões fechadas, 2 abertas e 3 semi-abertas, abordando primeiramente questões sociodemográficas, tais como, área pesquisada, idade, sexo, escolaridade, ocupação, seguidas de questões sobre a vizinhança e o bairro. Na sequência, abordaram-se questões referentes à vitimização, ao sentimento de insegurança, às transformações das residências em função do medo

da violência, assim como a disposição de pagar por serviços de segurança. Finalmente versou questões referentes à lei, ordem, mídia e violência.

Neste trabalho, priorizou-se apenas parte das perguntas do referido questionário, os dados obtidos foram tabulados e processados por meio do programa de análise estatística Statistical Package for the Social Sciences - SPSS. A análise constou basicamente de cruzamentos de dados, cujo intuito foi comparar as percepções dos entrevistados residentes nas diferentes áreas da cidade, conforme discorridas acima, com a finalidade de corroborar ou refutar as hipóteses levantadas no decorrer da pesquisa.

Assim, a análise dos possíveis determinantes do sentimento de insegurança terá as variáveis: escolaridade, gênero, idade, renda, entre outros. Em relação à escala temporal, fundamenta-se nesse questionário, aplicado no ano de 2010, visando compreender como nasce, desenvolve e se espacializa o medo em Aparecida de Goiânia.

Segundo Sanz & Guillén (2006) os estudos sobre a sensação de insegurança se centram em três grupos de variáveis, podendo configurar o começo e a manutenção do medo ao crime: variáveis pessoais, sociais e ambientais, as quais seriam

[...]as *variables personales* serían el sexo, edad, capacidades de afrontamiento y control; en definitiva, factores de vulnerabilidad relativa frente al delito. El sexo y la edad son las variables sociodemográficas más comúnmente asociadas con el miedo al delito [...] Las *variables psicosociales* se relacionan con las dinámicas y cohesión vecinales, que podrían ser protectoras frente el miedo al delito, al incrementar el control social. [...] Finalmente, podemos distinguir dos niveles o clases de *variables ambientales* relevantes en relación al miedo al delito, y al delito mismo. Por un lado, encontramos trabajos que hacen referencia a la *estructura* del espacio urbano. Las características estructurales de un lugar podrían inhibir la relaciones sociales, hacerlo más propenso a la ocurrencia de delitos, y provocar más fácilmente miedo al delito; [...] Por otro lado, hay una fructífera línea de trabajo que se centra en la *degradación* de los espacios. Destacan aquí la perspectiva de los “actos incívicos” [...]. Un espacio con signos de degradación indicaría un control social debilitado, produciendo más deterioro, miedo al delito en aumento, evitación de ese espacio, y finalmente un aumento del delito. (2006, p. 2-3)

Para se ter um quadro do tipo de vitimização sofrida ou ocorrida nos bairros relacionou-se: comércio de entorpecentes (relação entre presenciar e a ocorrência do mesmo no bairro); invasões e roubos em residências; homicídios e roubo nos comércios locais. Associou-se ainda a estas questões o perfil do delinquente quanto à familiaridade, faixa etária, sexo e etnia.

Considerou-se ainda em relação à vitimização se o entrevistado sofreu algum tipo de agressão, se conhece alguém que presenciou ou sofreu violência, ou ainda se apenas “ficou sabendo” da ocorrência de crimes via história oral, boca a boca com vizinhos, amigos ou familiares, ou ainda se leu ou assistiu na mídia.

No processo de criminalização, os atores sociais esperam que haja a punição, esse é um aspecto extremamente relevante para entender o medo e a sensação de insegurança sentida pelos mesmos na vida urbana. Por conseguinte, fez-se necessário a inclusão de perguntas que apontassem estimativas para este quesito. Sendo assim, considera-se relevante as respostas ligadas às execuções penais como: redução de maioria, legalização de drogas e pena de morte. E ainda a visão que os entrevistados têm da polícia e da segurança pública.

Relacionado às mudanças de hábitos e à privatização de segurança, escolheu-se alguns itens que os entrevistados relacionaram à melhoria do sentimento de segurança, entre elas, contratação de vigilância, utilização de cercas elétricas e outros como evitar lugares afastados e contatos com estranhos. As mudanças de hábito como evitar lugares afastados e contatos com estranhos relaciona-se à percepção de risco de vitimização sentidas pelos cidadãos e às incertezas em possibilidades de ser ator receptivo da violência. De acordo com Rodrigo e Fernandes (apud BEATO FILHO; CAMINHAS 2009, p.3) há uma diferenciação em risco objetivo e risco percebido. Em que o primeiro define-se pelo indivíduo de estar frente ou próximo ao risco de ser concretamente vitimado, oposto ao segundo em que há uma característica subjetiva da percepção de vir ou tornar-se vítima. Assim, o survey utiliza-se de ‘uma questão clássica para se medir percepção de risco *‘como você se sente ao andar à noite sozinho pelas ruas de sua vizinhança?’*’.

Entretanto, para Roché citado por Jobard (1995, p. 336), só o ataque contra si mesmo pode determinar o medo, denominado de medo irracional “seule l’atteinte contre soi peut déterminer la peur, l’on qualifie bien vite le sentiment d’insecurité d’irrationnel, sans rechercher plus loin d’autres déclencheurs de ce sentiment”. Entende-se que a percepção de vitimização influencia a rede de relações a que se integram os atores sociais, assim o medo é estruturado na ansiedade relacionada à percepção de risco.

No que se relaciona à segurança pública foram apontadas questões relativas à melhoria de policiamento, credibilidade e uso da violência policial. No caso de

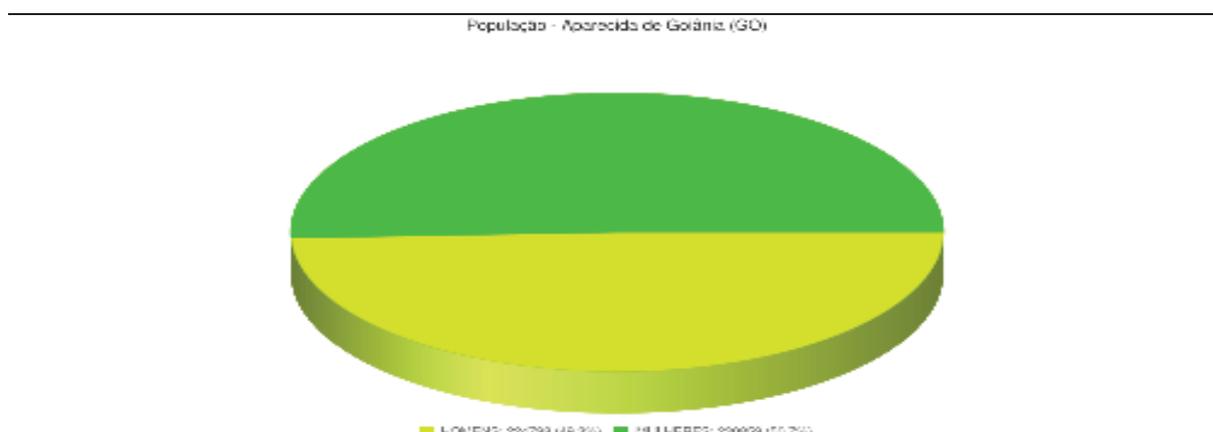
ambas (segurança pública ou privada) falharem ainda foi abordada a questão da justiça pessoal e individual, ou seja, a justiça das próprias mãos.

No processo de vitimização e do medo e sentimento de insegurança, o papel da mídia tem sido muito importante, já que a circulação das informações dos crimes ocorridos têm sido sensacionalizada. Assim, foi relacionado o tipo de mídia a que os entrevistados têm acesso, se jornais impressos, internet, televisão ou rádio. Verificou-se ainda o nível de credibilidade que os cidadãos têm dos mesmos, se as informações divulgadas de fato ocorreram ou foram exageradas.

Para conhecer o perfil dos entrevistados diferenciou-se os dados sociodemográficos, considerando os atributos pessoais como gênero, idade e sexo. Para se ter um quadro ou perfil dos membros ou atores sociais mais propensos a se tornarem vítimas de crime, é importante determinar a relação sexo e idade, no processo de vitimização, não apenas, mas também em relação ao medo e sensação de insegurança, pois são esses os atores que constantemente transformaram suas atitudes no convívio urbano.

Assim, para caracterizar a cidade de Aparecida, como objeto desse estudo, de acordo com IBGE (resultados do Censo 2010) esta tem uma população de 455.735, a qual é predominantemente feminina com 50,7% e a população masculina é representada em 49,3%. O gráfico abaixo demonstra que apesar da população aparecidense feminina prevalecer, não há uma divergência discrepante em relação ao gênero.

GRÁFICO 1 – População: homens e mulheres



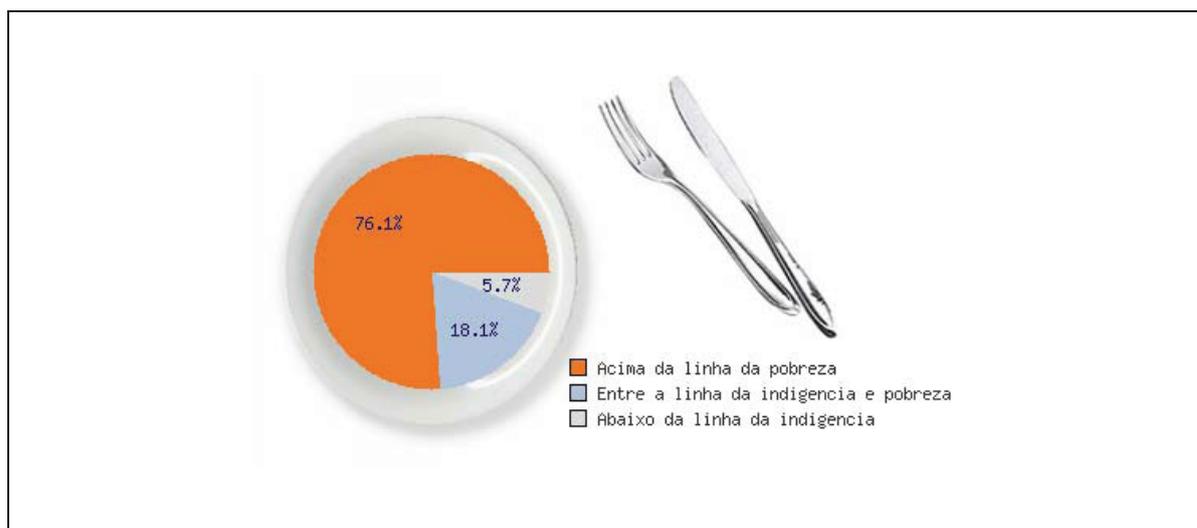
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010²⁵.

25

Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_hom_mul.php?codigo=520140. Acesso em: 01 dez. 2011.

em:
Acesso

FIGURA 2 - Proporção de moradores abaixo da linha da pobreza e indigência – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010²⁸.

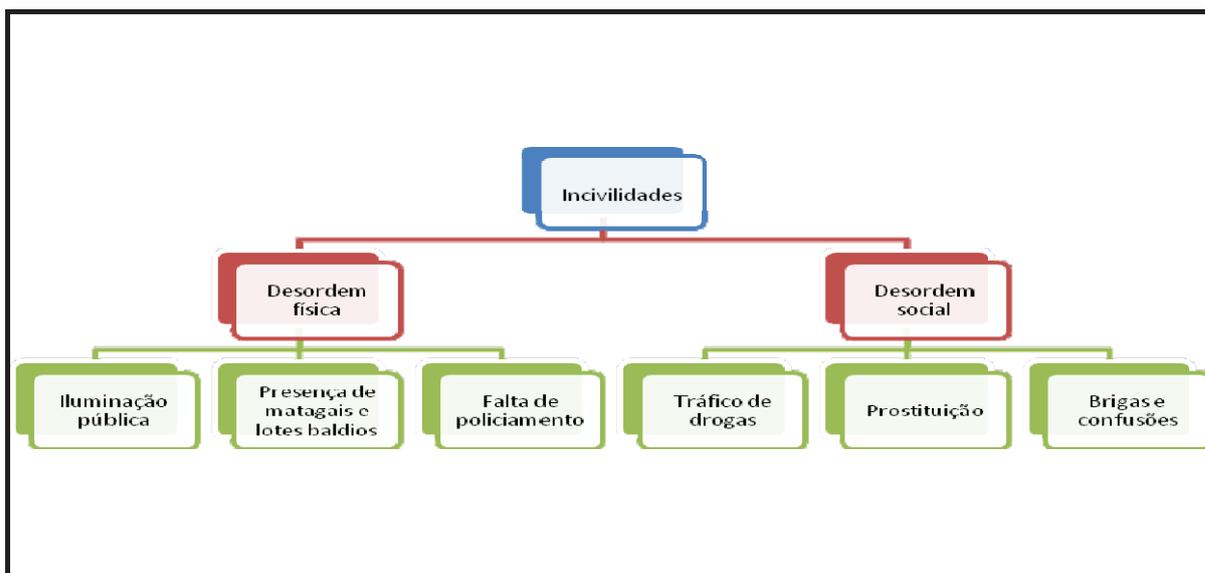
Apresenta-se uma síntese das questões utilizadas para construir o quadro de determinantes do medo e da sensação de insegurança, agrupadas de acordo com as especificações mostradas nos quadros a seguir.

2.3.1 Incivildades, crimes e vitimização

Na perspectiva de visualizar nos bairros pesquisados as incivildades presenciadas ou sentidas pelos entrevistados, estas divididas em desordem física (aspectos do bairro referentes ao que mais incomoda a pessoa no seu bairro como falta de iluminação, matagais) e desordem social (aspectos do bairro referentes a percepção de pessoas usando ou vendendo drogas), foram discriminadas e exemplificadas conforme o diagrama 1 e de acordo com as questões nos Quadros 2 e 3.

²⁸ Disponível em: www.portalodm.com.br. Acesso em: 01 dez. 2011.

DIAGRAMA 1 - As incivildades divididas em desordem física e desordem social



Autora: Alessandra Araujo

Segundo Roché (1993) o homem moderno está condenado a viver as incivildades, está entregue a uma sociedade em que o crime vem crescendo vertiginosamente, e o homem é incapaz de resolver os problemas de incivildade que enfrenta. Na análise dos resultados, consideraram-se apenas as questões concernentes à desordem social, conforme quadro 2, uma vez que Aparecida teve um crescimento desordenado e sem planejamento estrutural.

QUADRO 2 - Questão relativa às incivildades

Desordem Física	Desordem Social
1) O que mais o incomoda no seu bairro: Falta de iluminação. Falta de policiamento. Presença de matagais Presença de lotes baldios, casa, ou prédios abandonados	2) No seu bairro você já viu ou ouviu: Pessoas usando drogas em lugares públicos. Pessoas vendendo drogas. Pessoas se prostituindo em lugares públicos. Gangues que causam confusões, brigam, agridem pessoas. Brigas entre vizinhos/conhecidos. Policiais agridendo ou maltratando os moradores do bairro. Pessoas atirando.

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Além da percepção das incivildades, o *survey* utilizado, previu questões referentes à existência ou não de crimes nos bairros, assim, em suas análises sobre criminologia, o sociólogo Émile Durkheim apud (SILVA, 2009, p. 27), disse que “o

crime além de necessário e inerente à vida social, o crime é útil e indispensável para a evolução normal da sociedade”. Com sua teoria, este autor apresenta o criminoso com uma função perante a sociedade constituída, desde que esteja em um quadro com o mínimo de violência aceitável, o de regular a vida em coletividade.

A partir do momento em que se compreende que não existe sociedade sem crime, não só não é concebível ignorar este fato, como não é possível estudar o crime, sem o meio social onde se desenvolve como diz Rousseau citado por (SILVA, 2009, p. 13) “O homem nasce bom, a sociedade o corrompe”.

Normalmente, ao se falar de violência, associa-se esta ao crime e agressão, fazendo-se uso indistinto desses termos. Segundo Pino (2007, p. 767) isso “pode dar origem a graves equívocos, não só porque significam coisas distintas, mas também porque essa prática pode mascarar objetivos de natureza ideológica”. Dessa forma para esse autor:

Crime é um conceito de natureza legal que, em si mesmo, significa apenas um ato de transgressão da lei penal, o que assujeita seu autor a penas legais variáveis segundo as sociedades. Enquanto ato de transgressão, o crime não tem, em si mesmo, qualquer conotação de violência física, social ou moral, embora possa ser agregada a alguns desses atos em razão da forma de que eles se revestem. (2007, p. 767)

Para criar o panorama dos crimes, quer dizer, a percepção que os entrevistados têm dos mesmos, com a finalidade de distinguir os determinantes da do medo e da sensação de insegurança, correlacionou-se apenas a existência dos crimes relacionados abaixo, ocorridos nos bairros dos entrevistados. Essa questão, alusiva à casualidade criminal, foi discriminada e organizada em acontece frequentemente e nunca acontece.

QUADRO 3 - Questão referente aos crimes que acontecem

Crimes:

1) Com que frequência esses crimes acontecem em seu bairro?

Invasões e roubos em residências.

Assassinato de pessoas.

Tráfico de drogas.

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Ressalta-se aqui também a alusão ao tráfico de drogas, por ser uma das hipóteses da insegurança e medo desse trabalho. Segundo os autores Saporì e Wanderley,

[a] emergência e a inserção crescente do tráfico de drogas tem como um de seus efeitos mais imediatos o recrudescimento dos níveis de violência, principalmente entre os mais jovens. Esse tipo de criminalidade é organizado segundo os princípios do mercado e o faz sem o amparo da lei. Seus lucros são gerados pela ilegalidade do próprio empreendimento. Nesse contexto, quaisquer conflitos e disputas são resolvidos pela violência, o que afeta de modo decisivo as taxas de homicídios. (2001)

Ainda para compreensão do processo de medo e insegurança faz-se necessário identificar se o entrevistado já foi vítima de alguma violência/crime, ainda, se amigos ou vizinhos ou familiares foram vitimizados. Nesse sentido Roché (1995) observa que a percepção de vitimização age diretamente nas interações sociais da qual fazem parte os cidadãos já que o medo está ligado diretamente à percepção de risco. Assim, os entrevistados relacionaram os crimes dos quais ou eles foram as próprias vítimas ou se foram amigos, vizinhos ou familiares, segundo os quadros 4, 5 e 6.

- **Própria**

QUADRO 4 - Questão referente a ser vítima de atos criminosos

1) Você foi vítima de algum desses atos no último ano?

Teve objetos pessoais de valor tomados à força por outra pessoa (roubo ou assalto)

Teve a residência invadida e furtada quando não estava presente

Teve a residência invadida e roubada

Sofreu agressão física

Sofreu tentativa de homicídio

Foi vítima de estupro

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

- **Vizinho ou amigo**

QUADRO 5 - Questão referente a se algum vizinho ou amigo foi vítima de atos criminosos

1) Algum vizinho ou amigo próximo foi vítima de algum desses atos no último ano?

Teve a residência invadida e roubada

Sofreu agressão física

Morreu assassinado

Foi vítima de estupro

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

- Família

QUADRO 6 - Questão referente a se alguém da família foi vítima de atos criminosos

1) Alguém da sua família foi vítima de algum desses atos no último ano?

Teve a residência invadida e roubada

Sofreu agressão física

Morreu assassinado

Foi vítima de estupro

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

2.3.2 Percepção de risco, medo e insegurança

Para medir a percepção de risco, considerando o fato de sentir-se muito seguro ou muito inseguro, a questão foi abordada da seguinte maneira:

QUADRO 7 - Questão referente a como se sente circulando sozinho no seu bairro à noite

1) Como você se sente ou se sentiria circulando sozinho(a) no seu bairro à noite?

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Nesse estudo associa-se o medo e a sensação de insegurança ao crime e à violência, mas não se pode dizer que violência seja sinônimo de medo, pois este segundo Baierl (2004, p. 39) “diz respeito a sentimentos e emoções, e violência é ato e ação. As reações ao medo, essa sim, podem ser violentas”. Ainda de acordo com a autora,

[o] medo mobiliza os seres humanos para ficarem em estado de alerta. Um sujeito, ao andar à noite em uma rua deserta e escura, tende a ficar com medo de um estranho em atitude suspeita e isso o coloca em estado de alerta, indicando que está correndo algum perigo. (BAIERL, 2004, p. 38)

De acordo com Vasconcelos e Sá, defini-se o medo

como um estado psíquico passageiro ligado a um risco, ou como um medo difuso, que permanece para lá dos acontecimentos que o provocaram. É, com este segundo medo, que se associa a uma sensação de angústia, ou de ansiedade sem objecto, que se vai construindo o sentimento de insegurança. (2000, p. 1)

Do medo e do sentimento de insegurança, para determinar se os entrevistados sentem medo, para a análise foi considerada relevante a questão: *Com relação aos crimes abaixo o entrevistado sente muito medo ou não tem medo.* O quadro abaixo menciona os crimes considerados no questionário.

QUADRO 8 - Questão referente ao medo em relação a crimes

1) Com relação aos crimes abaixo, diga se tem muito medo, tem um pouco de medo, não tem medo?

Ter a residência invadida.

Ter objetos pessoais tomados à força por outra pessoa.

Morrer assassinado.

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

2.3.3. Alterações comportamentais e os meios de comunicação

Como analisa Roché (1993), a sensação de insegurança modifica as atitudes dos atores sociais, por isso questões referentes às mudanças de hábitos individuais como modificação de trajeto de casa ao trabalho, ou modificações estruturais em suas residências foram destacadas nessa análise dos dados coletados via questionário. Em sua obra esse autor ressalta ainda que a insegurança instaura-se além da questão única dos medos individuais já que as atitudes são uma projeção da insegurança experimentada na realidade da vitimização.

A sensação de insegurança reflete-se na alteração de hábitos comportamentais (atitudes) e estruturais (mudanças na moradia) como medida preventiva do medo de vitimização, conforme questões demonstradas a seguir.

- **no comportamento**

A questão aborda se o entrevistado mudou algum comportamento em função do medo da violência como:

QUADRO 9 - Questão referente a mudança de comportamento em função do medo

1) Você já mudou algum comportamento em função do medo da violência?

- Evitar sair à noite.
- Deixar de circular por alguns bairros ou ruas.
- Mudar o trajeto da casa para o trabalho/escola.
- Manter uma arma em casa?

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

- **na residência**

Referente à moradia, questionou se já fez alguma modificação na residência ou condomínio visando maior segurança, para isso respondendo sim ou não para as questões do Quadro 10.

QUADRO 10 - Questão referente à modificação na residência ou condomínio visando segurança

1) Você já fez alguma modificação em sua residência ou condomínio visando maior segurança?

- Instalou alarme
- Instalou cerca elétrica
- Aumentou/construiu muros
- Colocou grades e cadeados
- Colocou garras, pregos, vidros nos muros
- Contratou firma de vigilância privada
- Mantêm cães de guarda
- Instalou olho mágico
- Contratou vigia de quarteirão
- Contratou um guarda

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Outra hipótese levantada neste trabalho é que a mídia também pode ser um determinante do medo e da sensação de insegurança, assim para se verificar os efeitos da mídia neste processo, o entrevistado em primeira instância identificou o principal meio de comunicação através do qual toma conhecimento dos crimes violentos cometidos, e em segunda, o que ele acha das notícias sobre violência, estas mostram ou não expõem ou exageram os atos de violência ao divulgá-los. Observar o Quadro 11.

QUADRO 11 – Questão referente à mídia

1) Qual o principal meio de comunicação através do qual você toma conhecimento dos crimes violentos cometidos? Televisão Rádio Jornal impresso Internet	1) Você acha que as notícias sobre violência: Mostram o que de fato acontece. Não expõem a totalidade dos fatos. Exageram na divulgação de atos de violência.
---	--

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

2.3.4 Segurança pública, leis e punições

A segurança pública aqui concebida pelo policial e o sistema judiciário e sua gestão pelo Estado, por meio das políticas públicas, influenciam no êxito dos mesmos perante a análise da população urbana. Segundo Donnici (1990, p. 76) a polícia “deve salvaguardar a liberdade, preservar a vida e a propriedade, proteger os direitos constitucionais e manter o respeito pelo domínio da lei, preservando o governo democrático”.

Porém a realidade dos fatos demonstra que a sociedade desconfia desse papel, demonstrando que a “descrença nas instituições criminais é um caso histórico, agravado por um sistema judiciário deteriorado que também contribui para o aumento da insegurança” (FELIX, 2009, p. 165), sendo assim, nessa pesquisa, pretende-se observar a confiabilidade da população aparecidense nestas instituições. Ressalta-se que a constituição brasileira preconiza que é dever do Estado a segurança pública, mas também um direito e responsabilidade de todos. Em relação a esta confiança, o entrevistado respondeu sim ou não para as afirmações discorridas no quadro abaixo.

QUADRO 12 - Questão referente à confiabilidade em instituições

Eu tenho confiança na polícia Eu tenho confiança no judiciário

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Além da confiabilidade de que os policiais exerceriam seu papel com eficiência, para os cidadãos não basta apenas a reclusão do delinquente, aquele que causa distúrbio na ordem social, mas é necessário um destino, dessa forma, é senso comum, a sociedade exigir uma punição e que esta seja severa.

Em relação às leis atualmente vigentes, os entrevistados se manifestam em relação às proposições abaixo.

QUADRO 13 - Questão referente à justiça e leis.

Penas mais rigorosas podem reduzir o crime no país
A pena de morte seria uma medida eficaz na redução do crime no Brasil
A redução da maioridade penal é uma medida fundamental para reduzir a violência no Brasil
A legalização das drogas reduziria a criminalidade e a violência
Contratar vigilância privada é uma das melhores maneiras de garantir a segurança dos cidadãos
A segurança pública tem sido eficaz no combate a violência
Melhor policiamento pode reduzir o crime no seu bairro
Se as autoridades falham nos temos o direito de tomar a justiça em nossas próprias mãos
A polícia deve se valer da violência no controle do crime

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Por fim, para fechar o quadro, foram considerados os meios econômicos (renda mensal familiar) e níveis de escolaridade dos entrevistados. Todas essas questões são momentos para se estimar os determinantes do medo e de insegurança. Trabalhar-se-á no próximo capítulo a análise dos resultados das mesmas.

CAPÍTULO 3

CRIME, MEDO E INSEGURANÇA EM APARECIDA DE GOIÂNIA

3.1 Caracterização da cidade de Aparecida

A sociedade em geral associa a criminalidade à pobreza, porém isso vem sendo contestado pelos estudiosos acerca da violência, Misse (2006), por exemplo, afirma que considerar a pobreza como causa da criminalidade é um equívoco, visto que, os principais argumentos que derrubam essa tese residem no fato de que a maioria dos pobres não são delinquentes. Ou seja, ainda que a maioria dos criminosos se encontre em uma situação de pobreza, esta por si só não determina o criminoso. Segundo esse autor “o desafio sociológico de qualquer análise de causalidade da bandidagem urbana no Brasil provém das camadas pobres, mas que, ao mesmo tempo, a esmagadora maioria dos pobres não opta pela carreira criminal” (Misse, 2006 p27).

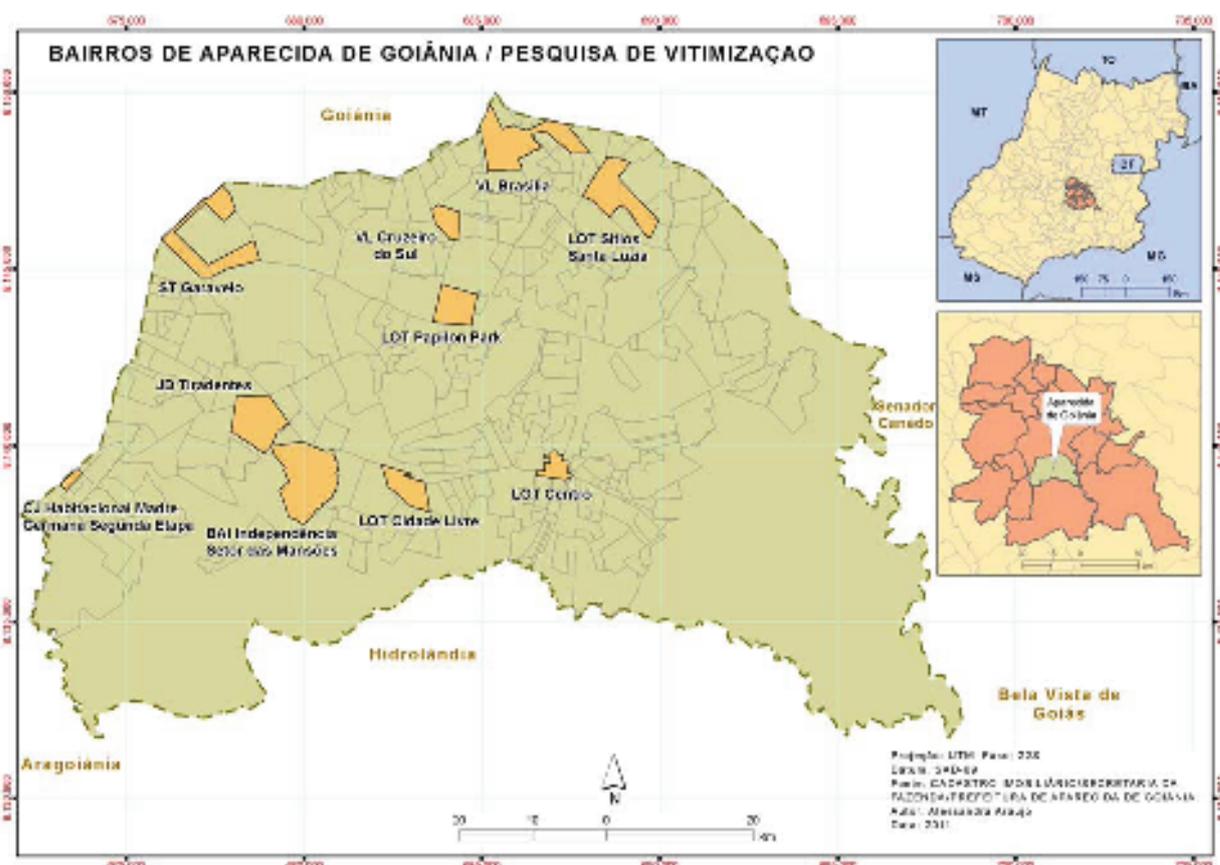
Uma análise de Sodré (1992) exclui o fator pobreza como determinante da violência, segundo esse autor, em primeira instância verifica-se como catalisador a organização da própria sociedade atual, ele vê a violência como reflexo da organização social e dos dispositivos de políticas públicas, que segrega e retiram do mercado uma classe, a qual é naturalmente marginalizada por viver às margens da sociedade (periferias).

A violência da própria ordem social, que transparece na militarização tecnologicizada da produção, no superpolicamento das populações pela classe militar, no desequilíbrio estrutural tanto na esfera ético-política como na do consumo, exacerbado no nível dos signos sociais e dos meios de comunicação. Favorece-se, assim, toda uma fantasmática de violência junto a grupos marginalizados ou periféricos, aos quais a ordem tecnoburocrática é disfarçadamente indiferente (p. 58-9)

Assim, para corroborar ou não com a afirmação inicial deste capítulo, a análise dos dados, considerou as questões apresentadas no capítulo 2, porém estas ao ser analisadas não seguiram rigorosamente a ordem apresentada naquele. No *survey* utilizado nessa pesquisa foram entrevistadas 398 pessoas distribuídas em

dez bairros, já mencionados, da cidade de Aparecida de Goiânia. Estes se encontram geograficamente distanciados, dando uma visão ampla da cidade em sua totalidade, alguns fazem parte da cornubação com Goiânia. No caso do bairro Madre Germana II, este se encontra próximo a uma área de Goiânia considerada periférica e pobre. Já o bairro Garavelo, considerado uma centralidade em Aparecida, está próximo a regiões de Goiânia formada por loteamentos irregulares, ainda não reconhecidos perante a prefeitura de Goiânia. Vila Brasília, uma das centralidades mais expressivas de Aparecida, cornuba com áreas da região sul de Goiânia em ampla expansão urbana. O mapa abaixo mostra a visualização espacial dos bairros escolhidos dentro do município de Aparecida.

MAPA 4 - Bairros pesquisados em de Aparecida de Goiânia



O lugar de moradia, segundo Rodrigues (2006), em sua sinopse, é um determinante importante para apreender o processo de vitimização e do medo e da sensação de insegurança, pois serve tanto para identificar onde a segurança do estado “falha” quanto para identificar os ambientes que, devido às suas

características socioeconômicas, são propícios para a difusão da violência e do medo. Desse modo,

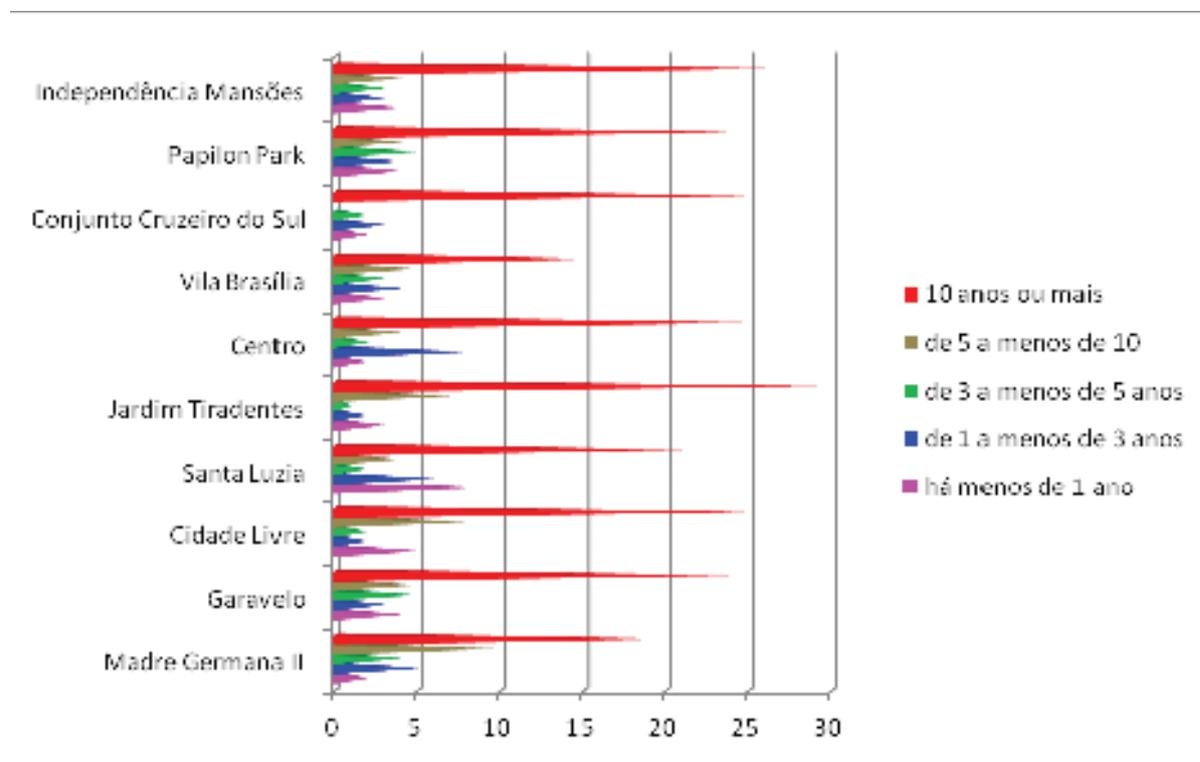
[...] o local de moradia, e não a renda é variável mais adequada para avaliar a associação entre a pobreza e a violência na cidade. O corte espacial permite observar as inter-relações entre as dimensões econômica, social, e dos direitos que são fundamentais para se compreender a dinâmica da violência, mas que dificilmente seriam percebidas através da observação da renda apenas.

O tempo de moradia é um indicador de sentimento de pertencimento ao lugar, assim segundo Sousa (2011, p. 1),

os moradores identificam emocionalmente os lugares, pessoas e situações que ora se coadunam para construir afetivamente o espaço onde se vive, ora para exprimir os medos, repulsas e angústias pela incerteza, pela insegurança das mudanças no ambiente urbano.

Assim, o gráfico 3 evidencia que os entrevistados em sua maioria residem nesses bairros há mais de dez anos.

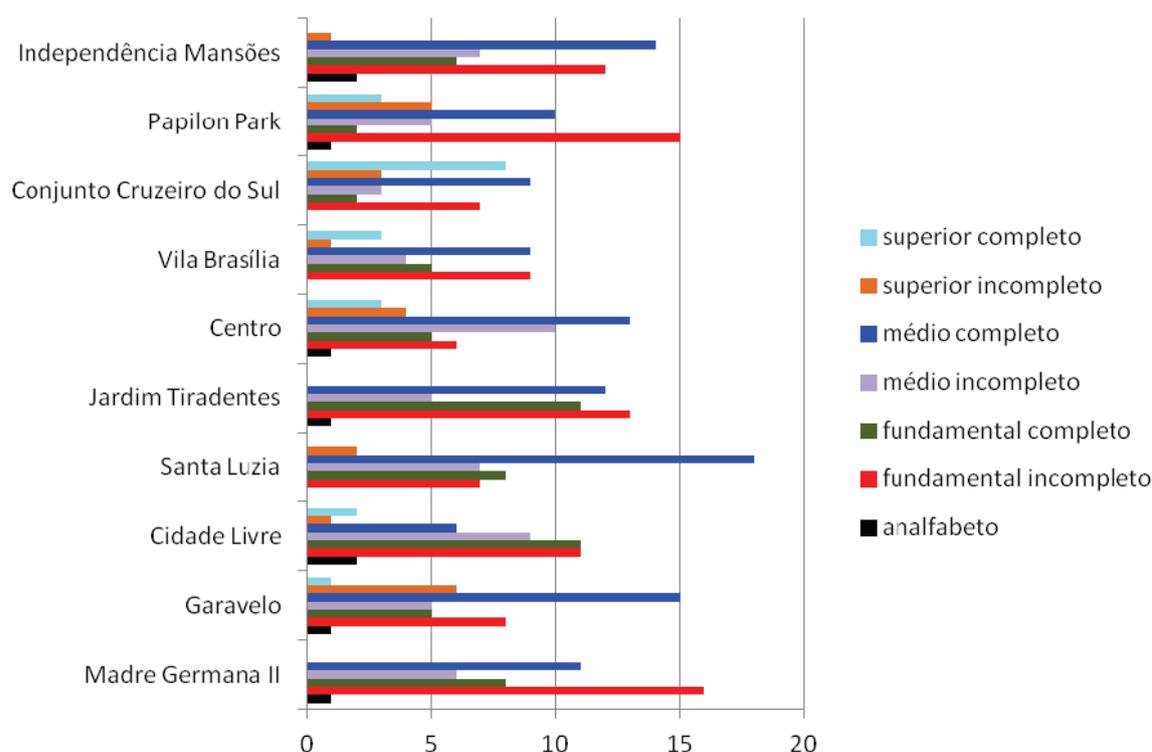
GRÁFICO 2 – Tempo de moradia nos bairros pesquisados



Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Em relação à escolaridade, percebe-se que em Aparecida os níveis são relativamente bons, isso se considerar outras regiões brasileiras, pois na análise dos dados percebe-se que apenas 2,26% dos entrevistados são analfabetos, no outro extremo apenas 5,03% tem curso superior completo. Comparando os índices do fundamental²⁹, 26,19% não terminaram os estudos contra 15,86% que concluíram o 9º ano. Quanto à taxa relacionada ao ensino médio os dados são bastante satisfatórios, 29,47% concluíram o ensino médio, em contrapartida, 15,36% abandonaram o mesmo. O gráfico 3 demonstra como estão as relações de escolaridade nos bairros pesquisados.

GRÁFICO 3 – A escolaridade por bairros pesquisados em Aparecida de Goiânia



Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Ao analisar a escolaridade em relação à renda familiar, cerca de 70% dos que tem ensino superior completo e incompleto recebem mais de 3 (três) salários

²⁹ No Brasil, a educação básica compreende a educação infantil (0 a 5 anos), o ensino fundamental (6 a 14 anos) e o ensino médio (15 a 17 anos). Este período de vida escolar serve para que o indivíduo tome posse dos conhecimentos mínimos necessários para o exercício de uma cidadania completa, além de tomada de consciência sobre o futuro profissional e área do conhecimento que melhor se adapte. As nomenclaturas *ensino fundamental*, refere-se ao ensino do 1º ao 9º ano e *ensino médio*, da 1ª à 3ª série.

mínimos, enquanto que da ordem de analfabeto a ensino médio completo, a mesma proporção (70,94%) tem renda mensal de até 3 (três) salários.

A escolaridade não influencia na opinião da necessidade de penas mais rigorosas, para estes é um tema unanime, em todos os níveis escolares, acima de 70% dos entrevistados as exige. Já a pena de morte divide as opiniões nos níveis gerais, todos em torno de 50%, exceto o nível médio completo, em que 40% dos entrevistados defendem a pena de morte; o mesmo se aplica à redução da maioria penal em que cerca de 80% concordam com essa medida. Em relação à legalização das drogas os níveis até ensino médio incompleto, no caso os de renda mais baixa, possivelmente os que estão em contato com os problemas advindos das drogas, são os que mais defendem sua legalização, mesmo assim, na totalização dos entrevistados, 70% são contra a legalização das mesmas.

De acordo com a Tabela 4, nota-se que 69,3% dos entrevistados (nesse caso moradores de Aparecida de Goiânia), se encaixam como habitantes de baixa renda, visto que estes percebem entre ½ (meio) a 3 (três) salários mínimos, considerando que o valor do salário, no ano de 2010, correspondia a R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais). Interessante notar que em relação à renda familiar, os entrevistados estão em uma situação de pobreza, já que a maioria percebem até 3 (três) salários mínimos, assim, Aparecida caracteriza-se como uma população de baixa renda, característica típica de cidades periféricas.

TABELA 4 - Renda Familiar dos Entrevistados

Renda familiar	Frequência	Percentual %
Até ½ salário (R\$255,00)	3	0,8
De ½ salário até 1 salário (R\$255,00 – 509,00)	65	16,4
De 1 salário até 2 salários (R\$510,00 – 1.019,00)	127	32,0
De 2 salários até 3 salários (R\$1.020,00 – 1.529,00)	83	20,9
De 3 salários até 5 salários (R\$1.530,00 – 2.549,00)	52	13,1
De 5 salários até 10 salários (R\$2.550,00 – 5.099,00)	40	10,1
De 10 salários até 20 salários (R\$5.100,00 – 10.199,00)	6	1,5
Mais de 20 salários (10.200,00)	1	3
Não sabe/não responde	20	5,0
Total	397	100

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

A Tabela 5 apresenta um bloco de questões que teve como objetivo avaliar a sensação de insegurança dos entrevistados, estes demonstraram o seu grau de medo em relação a ter a residência invadida (82,11%), morrer assassinado (79,54%), sofrer agressão física (67,42%) e ter objetos tomados a força (77,58%). Dentre estas possibilidades de vitimização, a grande maioria afirmou ter muito medo de ser vítima de ter a residência invadida.

Quando analisada estas variáveis em relação à renda familiar, percebe-se que a maioria que sentem muito medo de serem vitimizados pertencem à classe dos que recebem até 3 (três) salários mínimos.

Para facilitar a visualização das variáveis: ter a residência invadida, morrer assassinado, sofrer agressão física e ter objetos tomados a força, as respostas dos entrevistados como tenho muito medo foram consideradas como sim (S) e, o não tenho medo, como não (N), observe a Tabela 5.

TABELA 5 - Renda Familiar x Medo

Renda familiar	Ter residência invadida		Morrer assassinado		Sofrer agressão física		Ter objetos tomados a força	
	S	N	S	N	S	N	S	N
Até ½ salário (R\$255,00)	3		3		3		2	1
De ½ salário até 1 salário (R\$255,00 – 509,00)	58	7	59	6	54	11	57	8
De 1 salário até 2 salários (R\$510,00 – 1.019,00)	112	15	113	13	94	33	107	20
De 2 salários até 3 salários (R\$1.020,00 – 1.529,00)	67	16	66	17	56	26	68	15
De 3 salários até 5 salários (R\$1.530,00 – 2.549,00)	42	10	36	16	31	21	39	13
De 5 salários até 10 salários (R\$2.550,00 – 5.099,00)	37	3	33	7	26	14	29	11
De 10 salários até 20 salários (R\$5.100,00 – 10.199,00)	6		4	2	2	4	5	1
Mais de 20 salários (10.200,00)	1		1		1		1	
Não sabe/não responde	12		15		11		10	
Total	397		396		396		397	

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

A maioria dos crimes ocorre nas classes menos favorecidas economicamente, visto que a maioria da população brasileira se enquadra nessa situação, assim, os crimes são mais pontuais nos bairros pobres e periféricos, locais em que mais se registram ocorrências criminais.

No decorrer do desenvolvimento desse trabalho, a cidade de Aparecida de Goiânia, a partir dos dados apresentados e analisados caracterizou-se como uma cidade com uma densa população pobre, de baixa renda.

3.2 Percepção de crime

No que se refere à percepção dos crimes ocorridos nos bairros, durante a análise, realizou-se o cruzamento destes com as áreas pesquisadas³⁰, demonstrado na Tabela 6. Consideraram-se apenas as respostas ‘não acontece’ e ‘acontece’, assim, em relação aos crimes, apreciaram-se aqueles que os entrevistados declararam como mais recorrentes: invasões/roubos em residências, assassinatos, roubos em comércio e tráfico de drogas.

Nos bairros estudados, 333 (83,66%) dos entrevistados tem a percepção de que o crime invasões e roubo em residências acontece em Aparecida, enquanto que somente 64 (16,08%) não possuem esta percepção. É expressivo em todos os bairros o número de invasões e roubos, tanto em propriedades particulares como comerciais.

TABELA 6 – Bairro pesquisados x Crimes

(continua)

Bairro	Invasões/roubos		Assassinatos		Roubos em comércios		Tráfico de drogas	
	Acontece	Não acontece	Acontece	Não acontece	Acontece	Não acontece	Acontece	Não acontece
Madre Germana II	37	5	40	2	31	11	39	3
Garavelo	39	2	20	21	35	6	33	8
Cidade livre	37	5	31	11	31	11	38	4
Santa Luzia	28	14	28	14	30	12	27	15
Jardim Tiradentes	38	4	35	7	29	13	35	7
Centro	32	10	19	23	38	4	31	11

³⁰ Áreas pesquisas poderão naturalmente ser substituídas pelo termo bairros ou bairro pesquisado conforme a necessidade de uso.

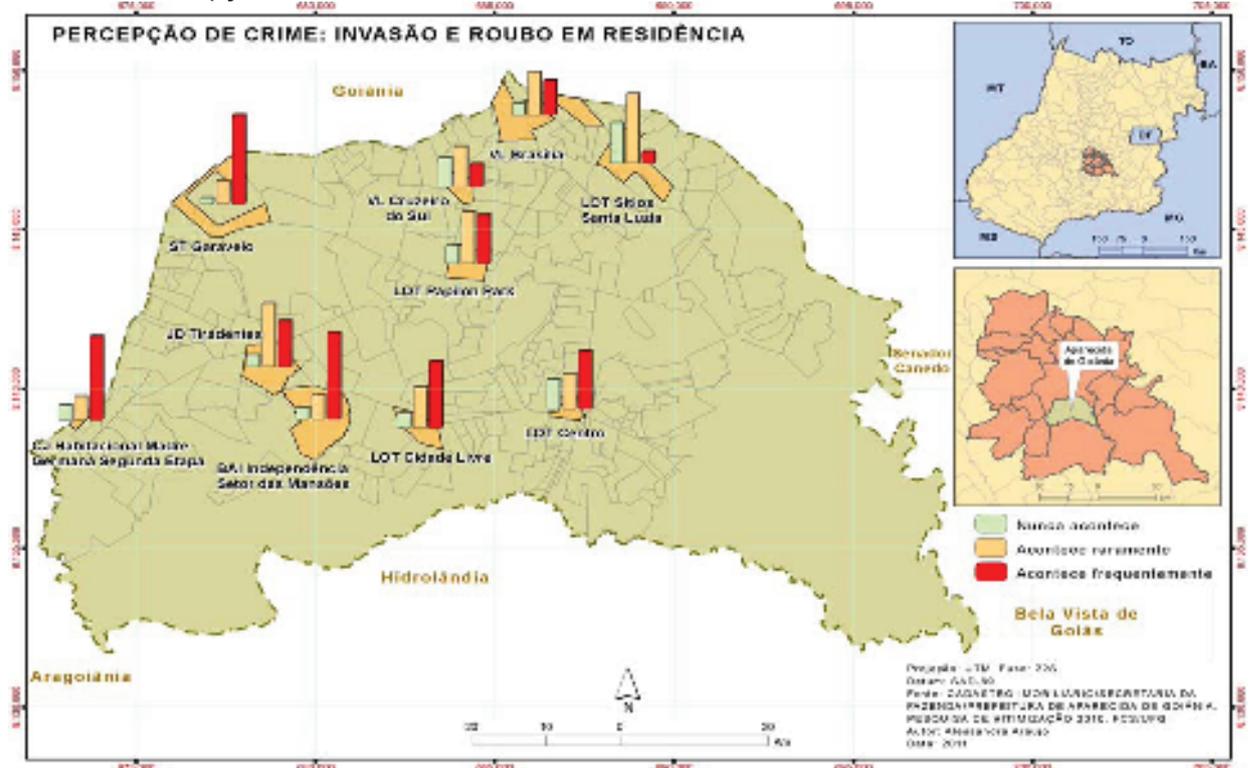
Vila Brasília	27	4	14	17	21	10	23	8
Conjunto Cruzeiro do Sul	22	10	19	13	16	16	22	10
Papillon Park	35	6	33	8	27	14	31	10
Independência mansões	38	4	37	5	34	8	35	7
	333	64	276	121	292	105	314	83
Total	398		397		397		397	

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Os mapas a seguir tentam não somente ilustrar como também dentro da espacialidade a percepção dos crimes apresentados na tabela acima, considerando além do ‘acontece frequentemente’ indicado pela cor vermelha e ‘nunca acontece’ de cor verde clara, o ‘acontece raramente’, de cor salmão.

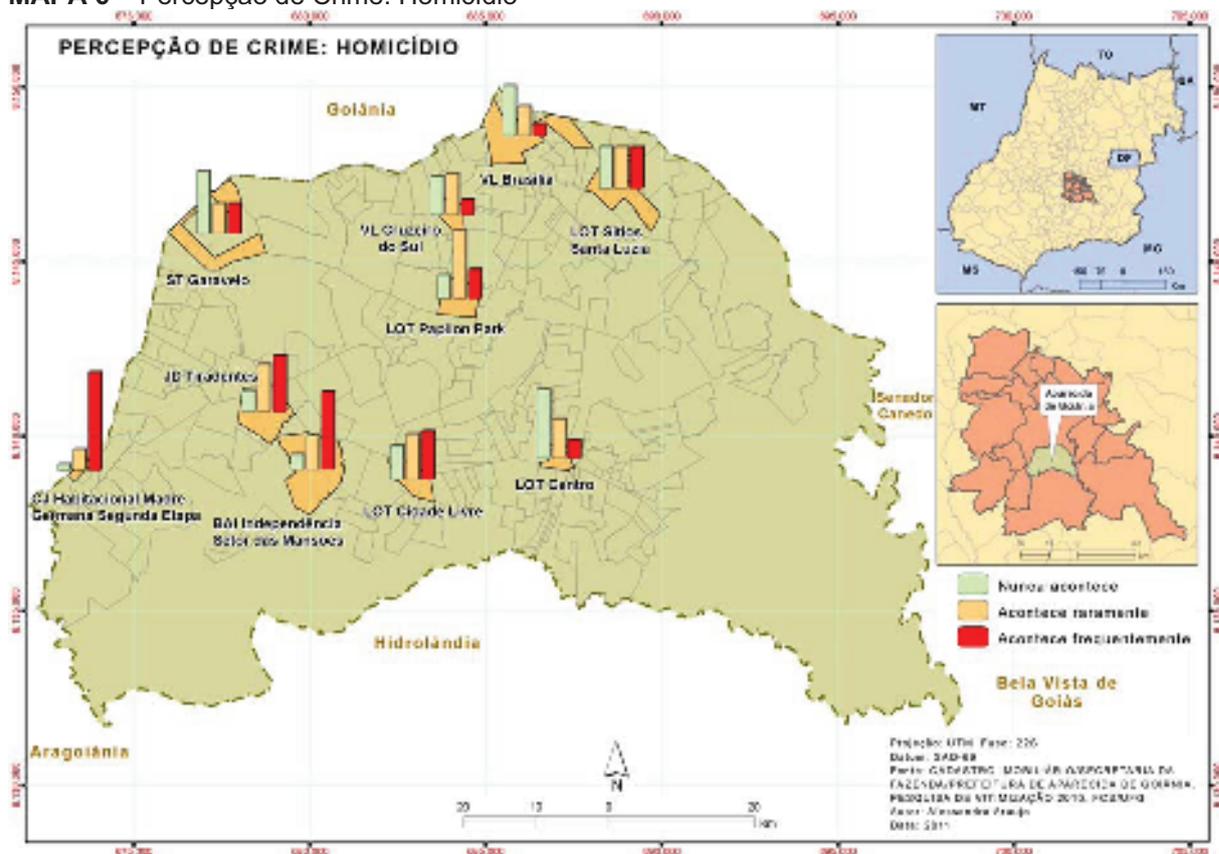
Dessa forma, o mapa 5 demonstra que os bairros que mais percebem o crime de invasão e roubos em residências seriam em primeiro lugar o Garavelo com 11,71% dos entrevistados, em segundo o Jardim Tiradentes e Independência Mansões com 11,41% e em terceiro os setores Madre Germana II e Cidade Livre com 11,11%, seguidos de perto pelos demais bairros. Enquanto que Santa Luzia e Cruzeiro do Sul apresentam uma percepção mais baixa desse tipo de crime, algo por volta de 7%.

MAPA 5 – Percepção de Crime: Invasão e Roubo em Residência



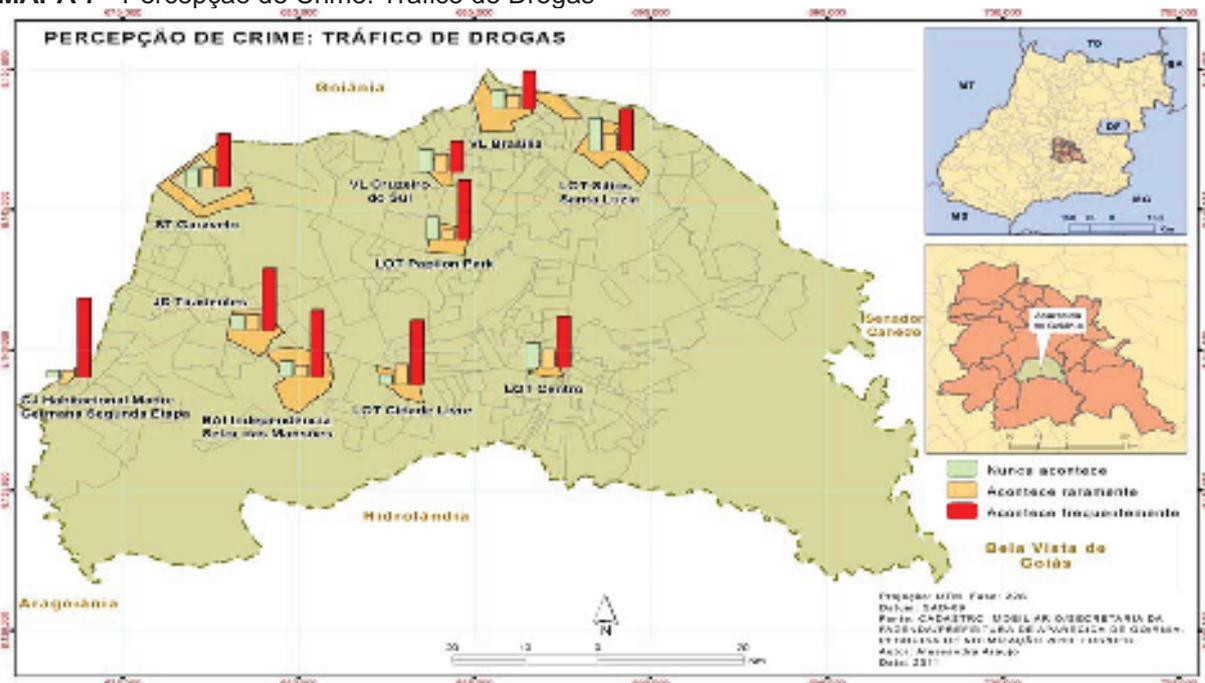
Em relação a assassinatos de pessoas (ora tratado apenas de homicídio), ao analisar os dados, vê-se que 276 (69,52%) dos entrevistados percebem que ocorre assassinato em seu bairro, enquanto que 121 (30,47%) não apresentaram essa percepção. Os bairros mais críticos em ocorrências de homicídios em Aparecida são cinco: Madre Germana II (10,07%), Independência Mansões (9,31%), Jardim Tiradentes (8,81%), Papilon Park (8,31%) e Cidade Livre (7,80%). Para uma maior percepção visual dessa criminalidade organizou-se os dados no mapa 6.

MAPA 6 – Percepção de Crime: Homicídio



Por meio da análise, verificou-se que 314 (79,09%) dos entrevistados têm a percepção de que o tráfico de drogas acontece em Aparecida, enquanto que apenas 83 (20,90%) não possuem esta percepção. Os três bairros em que há maior percepção da ocorrência do tráfico são Madre Germana II (12,42%), Cidade Livre (12,10%) e Jardim Tiradentes e Independência Mansões (11,14%), conforme pode ser visualizado no mapa 7.

MAPA 7 - Percepção de Crime: Tráfico de Drogas



De acordo com Baiarl (2004, p. 136),

de alguma maneira, é o tráfico que ocupa o vazio deixado pela ausência de políticas sociais no âmbito da habitação, assistência social, saúde e educação, empregabilidade, segurança e lazer. Gera empregos no campo da ilegalidade, à medida que arrebanha exércitos de crianças e adolescentes que assumem as mais diferenciadas funções do tráfico. Assume o papel de garantir a 'ordem e a segurança' nos espaços por ele ocupados.

Normalmente o medo aparece não em relação ao traficante propriamente dito, mas dos conflitos entre estes e os policiais. Conforme essa autora o traficante

é respeitado em função do medo, do poder que exerce e do conjunto de trocas simbólicas e materiais [...]. As formas e os meios que 'ele' utiliza para ser respeitado e legitimado no exercício do seu poder são, sem dúvida, formas sustentadas pelo medo, coerção, intimidação e ameaças explícitas. (*ibidem*: 2004, p. 138)

Continua ainda essa autora, que no mundo do tráfico, há a presença das 'leis' pré-estabelecidas pelo traficante em suas relações no comando local, cabendo a ele o julgamento aos que tentam não cumprir as regras, prescrevendo-lhes penas que vão desde advertências até a sanção de pena de morte, resultado da transgressão da lei maior do tráfico: dívida de droga precisa ser paga e não é perdoadada.

Neste sentido Rodrigues (2006, p.4) diz que

[o] negócio é estruturado sob a noção de “consignação” e o não-pagamento é interpretado como logro e, constantemente, é punido com a morte. Na medida em que as quadrilhas devem manter a polícia longe do local de vendas, defendê-lo de outras quadrilhas e evitar denúncias por parte dos moradores, acabam impondo “leis” (sendo a principal delas a “lei do silêncio”) e normas de conduta dentro da comunidade, que são respeitadas devido a ameaças (muitas vezes cumpridas) de punições severas.

Assim, uma das maiores preocupações da população aparecidense está em relação a essas criminalidades, principalmente porque essa pesquisa apoiada em ampla literatura sobre a criminalidade, insegurança, medo e nos dados fornecidos pelo questionário, pode afirmar que em Aparecida de Goiânia, na atualidade, apresenta uma intrínseca relação entre esses crimes analisados. Normalmente é cíclico, ou seja, existe um circuito em torno do uso indiscriminado e o tráfico de drogas, assaltos a residências e mortes.

Por isso, não há como negar a insegurança que os entrevistados demonstram, uma vez que é certa a percepção que os mesmos têm dos crimes em seus bairros.

3.3 Perfil do agressor

Barbosa (1998) diz que o negro simboliza a cor do medo, visto que a maioria dos presos no Brasil tem descendência africana. Existe uma correlação entre medo e discriminação racial, toda a sociedade tem uma imagem do bandido como “negro e pobre”, segundo a autora, é uma imagem pervertida dos elementos da sociedade urbana.

É, contudo, o homem negro quem paga o maior preço, sobre si o maior ônus, uma vez que simboliza a imagem vertida e pervertida em sociedades eivadas pela ideologia da supremacia branca; é o antimodelo por se contrapor ao seu espelho, que é branco (BARBOSA, 1998, p. 96)

Do ponto de vista desse estudo, essa é uma interpretação errônea, assim como na visão de Glassner (2003), pois os homens negros são muito mais vítimas do que autores de crimes, no entanto, segundo o mesmo, quem se interessaria por notícias que veiculasse essa idéia? Para a sociedade brasileira atual, ainda

excepcionalmente racista, é muito mais interessante focar o homem negro como criminoso já que, notícias em que mulheres e brancos são as vítimas dão muito mais ibope. Neste sentido, esse autor diz que

[u]m negro tem quase 18 vezes mais chance de ser morto que um branco. Em suma, o índice de homicídios envolvendo negros alcança o dobro do índice de mortes dos soldados americanos na Segunda Guerra Mundial. E para os negros, entre 15 e 30 anos, a violência é a principal *causa mortis* (Glassner, 2003, p. 196)

Há de se pensar que ao fazer uma leitura da sociedade urbana, tendo como primeiro representante da criminalidade o pobre e negro, é uma atitude racista e poderia ser, mas ao analisar o perfil da sociedade brasileira percebe-se pelos dados do IBGE, na tabela 7, que a maioria da população brasileira que vive em extrema pobreza e que são atores e vítimas da violência urbana é constituída em sua maioria por pretos e pardos.

De acordo com Fernandes, citado por Schwarcz e Queiroz, esse estigma (homem negro e pobre associado à criminalidade) aparece até mesmo em canções da MPB como *Faroeste Caboclo* em que o personagem revela ser discriminado pela cor de sua pele e por sua classificação social. Não se discute aqui a categoria discriminação racial e sim observa se esta é um dos agentes da violência e consequentemente um dos determinantes do medo e sensação de insegurança. Visto que o perfil do agressor enquadra-se no sexo masculino e na raça negra e seus miscigenados (pardos, mulatos, morenos), o que se contrapõe ao fato de que a sociedade brasileira alardeia sua democracia racial.

O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante “do preconceito de cor” é a tendência de considerá-lo como algo ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem o pratica) [...] Portanto, o que fica no centro das preocupações, das apreensões e, mesmo, das obsessões é o “preconceito de ter preconceito” (Fernandes *apud* SCHWARCZ e QUEIROZ, 1996:13). (Legião Urbana, 1987)

TABELA 7 - Distribuição da população em extrema pobreza por cor ou raça segundo Grandes Regiões e situação do domicílio

Situação domicílio	Brasil e Grandes Regiões	COR OU RAÇA					
		Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Total	Brasil	100,0	26,1	9,0	1,1	61,8	2,0
	Norte	100,0	15,6	6,6	0,9	70,4	6,5
	Nordeste	100,0	23,0	9,3	1,2	65,8	0,7
	Sudeste	100,0	37,5	10,7	1,1	50,2	0,4
	Sul	100,0	62,0	6,9	0,8	27,7	2,6
	Centro-Oeste	100,0	28,5	7,6	1,3	52,9	9,7
Urbano	Brasil	100,0	29,1	10,1	1,2	59,1	0,5
	Norte	100,0	18,8	7,2	1,0	71,8	1,3
	Nordeste	100,0	23,9	10,5	1,2	64,0	0,4
	Sudeste	100,0	38,9	11,4	1,2	48,3	0,2
	Sul	100,0	61,2	8,4	0,8	29,0	0,6
	Centro-Oeste	100,0	32,0	8,4	1,5	57,3	0,7
Rural	Brasil	100,0	22,7	7,6	1,0	64,9	3,8
	Norte	100,0	13,1	6,1	0,8	69,4	10,6
	Nordeste	100,0	22,2	8,2	1,1	67,4	1,0
	Sudeste	100,0	32,5	8,3	0,8	57,1	1,2
	Sul	100,0	63,2	4,5	0,9	25,6	5,8
	Centro-Oeste	100,0	21,4	6,1	0,8	43,9	27,8

Fonte: IBGE. Universo preliminar do Censo Demográfico 2010. Elaboração: MDS.³¹

Relacionados aos crimes tentou-se a partir da análise dos dados criar o perfil dos agressores, apesar de ser reduzido o número dos entrevistados que tiveram contato com os delinquentes, esses proporcionaram uma visão de como seriam esses criminosos. De 47 agressores identificados 46 (97,82%) eram do sexo masculino, 41 (87,23%) estavam na faixa etária entre 15 e 30 anos e relativo à cor dos mesmos, 2 (4,25%) eram negros, 29 (61,70%) miscigenados (pardos, mulatos ou morenos) e 15 (31,98%) brancos. Conclui-se que o perfil dos agressores consiste no fato de serem do sexo masculino, jovens e em sua maioria pardos mulatos ou morenos.

Neste sentido, concorda-se com a visão de Suárez que diz,

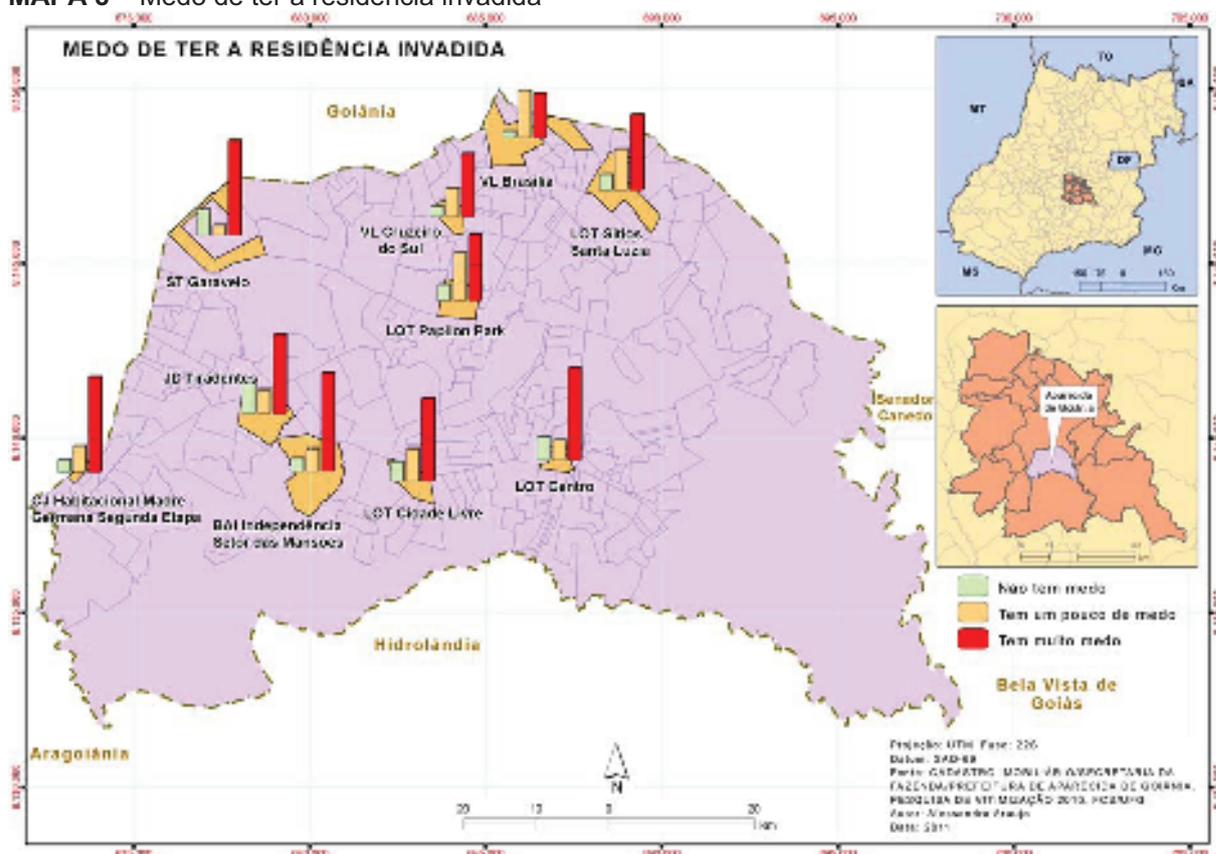
[a] violência é estrutural, vitimiza de forma diferenciada, institui vítimas preferenciais, homem e negro. [...] É importante que se entenda esse processo tendo o racismo como um fator que determina o modo de viver, adoecer e morrer. (1998, p. 96)

³¹ Disponível em: <www.mds.gov.br/.../noticias/.../11.05.02_Nota_Tecnica_Perfil_A.doc> acesso em 02 dez. 2011.

3.4 Vitimização, medo e insegurança

Analisando os dados referentes aos crimes ocorridos nos bairros pesquisados, dos 398 entrevistados, 214 responderam a questão sobre invasão domiciliar, nestes um total de 60,3% confirmou ter seus objetos pessoais tomados à força dentro de seu próprio lar. Entretanto, em relação aos 398, 250 afirmam sentir medo de sofrerem essa agressão, ou seja, 62% dos entrevistados. Nota-se como os dados são praticamente equivalentes, pois 60,3% responderam afirmativamente terem tido suas residências invadidas, ao passo que 62% dos entrevistados do total, têm esse medo instalado em suas mentes. Ainda relacionados à invasão domiciliar de 128 que responderam a questão se tiveram membros da família que tiveram suas casas invadidas, 55 responderam afirmativamente, ou seja, 43% dos entrevistados tiveram familiares assaltados em seus lares.

MAPA 8 – Medo de ter a residência invadida



A agressão mais comum é o roubo ou assalto de objetos ou dinheiro, que pode ocorrer principalmente em espaços públicos. Dos entrevistados, 214 responderam a esta questão, destes um total de 126 responderam afirmativamente terem sofrido este tipo de violência e ainda 128 dos entrevistados aludiram a seus familiares terem sofrido essa mesma agressão. Afirmativamente 76 questionários contêm respostas assegurando que membros familiares forma assaltados. O que percentualiza um total de 58,9% de entrevistados assaltados e 59,4% de membros familiares tendo sofrido igual violência.

Relacionando a sensação de insegurança e atitudes que o entrevistado tomaria para sentir-se mais seguro, uma questão analisada foi, se eu pudesse mudaria para um bairro onde me sentisse mais seguro, a tabela 8 demonstra que apenas 43,32% dos entrevistados se disporem a mudar de bairro. Isto alude ao que foi discutido anteriormente em relação ao sentimento de pertencimento aos locais onde residem.

TABELA 8 - Se eu pudesse eu mudaria para um bairro onde me sentisse mais seguro (a)

<i>ÁREA PESQUISADA</i>	<i>CONCORDO</i>	<i>DISCORDO</i>	<i>TOTAL</i>
Madre Germana II	25	17	42
Garavelo	7	34	41
Cidade Livre	18	24	42
Santa Luzia	17	25	42
Jardim Tiradentes	20	22	42
Centro	18	24	42
Vila Brasília	15	16	31
Conj. Cruzeiro do Sul	10	22	32
Papilon Park	18	23	41
Independência Mansões	24	18	42
<i>Total</i>	172	225	397

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Em relação aos medos e insegurança, conforme tabela 9, apenas 397 entrevistados responderam estas questões, destes 250 afirmam ter muito medo de ter a residência invadida o que totaliza 62,97% enquanto 54 (13,60%) afirmam não ter medo. Em relação a crimes pessoais como ter objetos tomados a força, morrer assassinado, sofrer agressão física ou ser vítima de fraude, as porcentagens

daqueles que sentem medo são respectivamente 81.06%, 83.58%, 70.45% e 71.28%.

TABELA 9 – Sentimento de insegurança em relação a crimes (Fator bairro)

Bairro	Ter objetos pessoais tomados a força		Morrer assassinado		Sofrer agressão física		Ter a residência invadida	
	Tenho medo	Não tenho medo	Tenho medo	Não tenho medo	Tenho medo	Não tenho medo	Tenho medo	Não tenho medo
Madre Germana II	35	7	37	5	30	12	38	4
Garavelo	35	6	33	8	31	10	33	8
Cidade livre	30	11	36	5	29	13	36	6
Santa Luzia	32	10	35	7	33	9	37	5
Jardim Tiradentes	33	9	32	10	30	11	32	10
Centro	35	7	38	4	30	12	35	7
Vila Brasília	21	10	21	10	17	14	29	2
Conjunto Cruzeiro do Sul	26	6	27	5	20	12	36	5
Papilon Park	36	5	33	8	31	10	36	5
Independência Mansões	38	4	39	3	28	14	38	4
Total	321	75	331	65	279	117	343	54
	396		396		396		397	

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Fato mensurável e facilmente percebido na análise dos dados é que os entrevistados, independente de sua situação financeira, sentem-se inseguros, os pertences que lhe cabem são altamente valorizados, assim sentem-se temerosos em ter seus bens apropriados por outrem ou sofrer danos contra sua pessoa. Neste quesito considerou-se apenas o *tenho muito medo* e o *não tenho medo*, os dados referentes a *tenho poucos medo* foram desconsiderados.

TABELA 10 - Sentimento de insegurança em relação a crimes (Fator renda)

(continua)

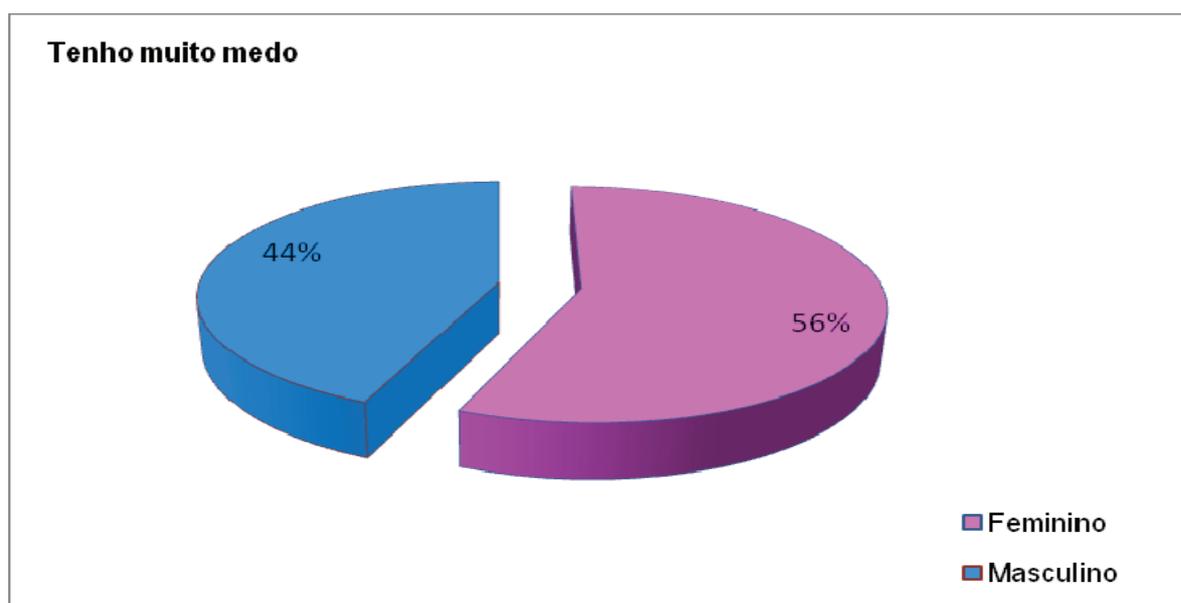
Bairro	Ter objetos pessoais tomados a força		Morrer assassinado		Sofrer agressão física		Ter a residência invadida	
	Tenho muito medo	Não tenho medo	Tenho muito medo	Não tenho medo	Tenho muito medo	Não tenho medo	Tenho muito medo	Não tenho medo
Até ½ salário (R\$255,00)	1	1	2		2		1	
De ½ salário até 1 salário (R\$255,00 – 509,00)	40	8	53	6	49	11	46	7
De 1 salário até 2	76	20	100	13	83	33	83	15

salários (R\$510,00 – 1.019,00)										
De 2 salários até 3	40	15	61	17	48	26	51	16		
salários (R\$1.020,00 – 1.529,00)										
De 3 salários até 5	23	13	31	16	27	21	27	10		
salários (R\$1.530,00 – 2.549,00)										
De 5 salários até 10	21	11	30	7	22	14	27	3		
salários (R\$2.550,00 – 5.099,00)										
De 10 salários até 20	4	1	3	2	2		2			
salários (R\$5.100,00 – 10.199,00)										
Mais de 20 salários (10.200,00)	1		1		1		1			
Não sabe/não responde	10	6	15	4	11	8	12	3		
Total Parcial	216	75	296	65	245	117	250	54		
Total de Entrevistados		397		396		396		397		

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Apesar de o medo na população feminina prevalecer, quase não há diferenciação entre sexo feminino e masculino, dos entrevistados 182 (45,84%) mulheres afirmam sentir medo contra 161 (42,56%) membros do sexo masculino o que nos dá uma diferença de 3,28%, ou seja, tanto homens quanto mulheres sentem-se inseguros e temem sofrer crime contra suas propriedades.

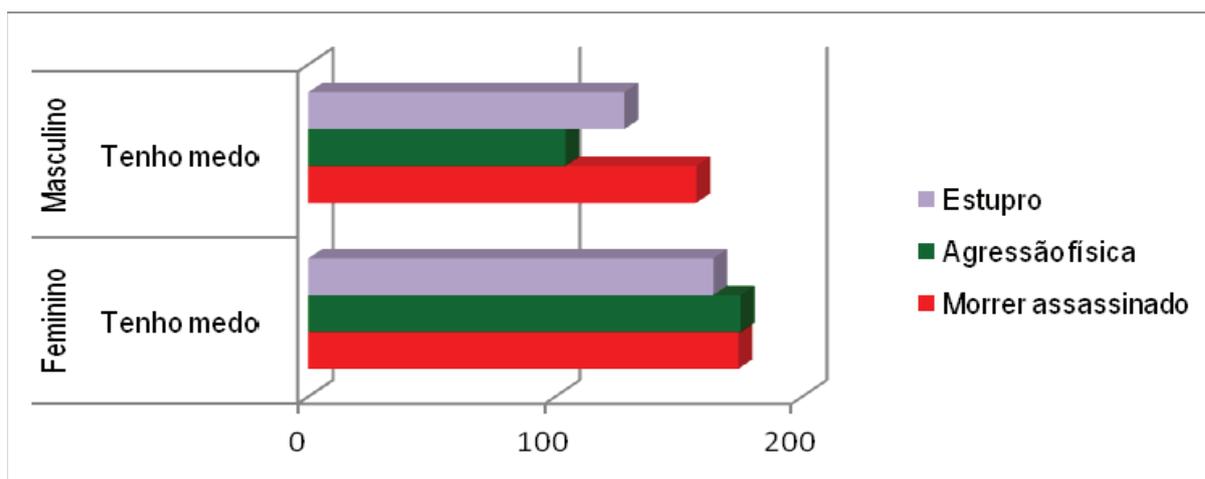
GRÁFICO 4 – Medo de ter a residência invadida x gênero



Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Em relação a crimes de ordem pessoal como agressão física, assassinato e estupro os dados nos demonstram que os entrevistados sentem-se muito inseguros, 83,36% temem ser assassinados, 70,27% sentem medo de sofrer qualquer tipo de agressão física contra 73,54% receiam o estupro.

GRÁFICO 5 – Gênero x Medo



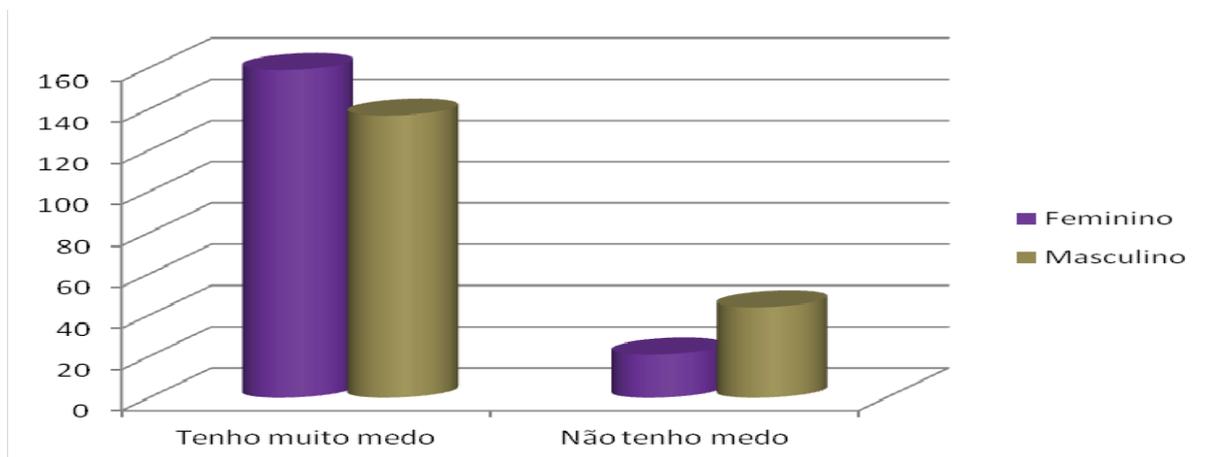
Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Apesar da visualização dos dados obtidos pelas entrevistadas não distanciarem muito a sensação de insegurança do gênero feminino em relação ao masculino ainda é notável que as mulheres sentem-se mais inseguras e temem mais a vitimização do que os homens. Este fator pode ser referenciado ao costume de serem as mulheres consideradas o “sexo frágil”. Referenciando Seijas, outro fator é que as mulheres analisam a sensação de segurança relativa a familiaridades com outras pessoas, confiam nas atitudes humanitárias, percebendo as más intenções apenas no momento de proximidade, insinuação ou abordagem,

quizá, es la que hace valer los roles de género y el control social, aludiendo a la supuesta debilidad física de la mujer, comparada con la de los varones, y, sobre todo, al temor a sufrir una agresión sexual. Otros autores apuntan, sin embargo, a la diversidad de los factores inhibidores del miedo en los hombres y en las mujeres, siendo así que mientras los primeros definen seguridad en términos de individualismo, separación y éxito, y perciben el peligro en la proximidad o intimidad, las segundas lo hacen en términos humanitarios y de las relaciones, percibiendo el peligro en la separación (SEIJAS, 2009, p.23).

Distinguindo os sexos quanto à questão de homicídio não há muita diferença, visto que 43,82% das mulheres temem ser assassinadas contra 39,54% de homens que sentem o mesmo temor.

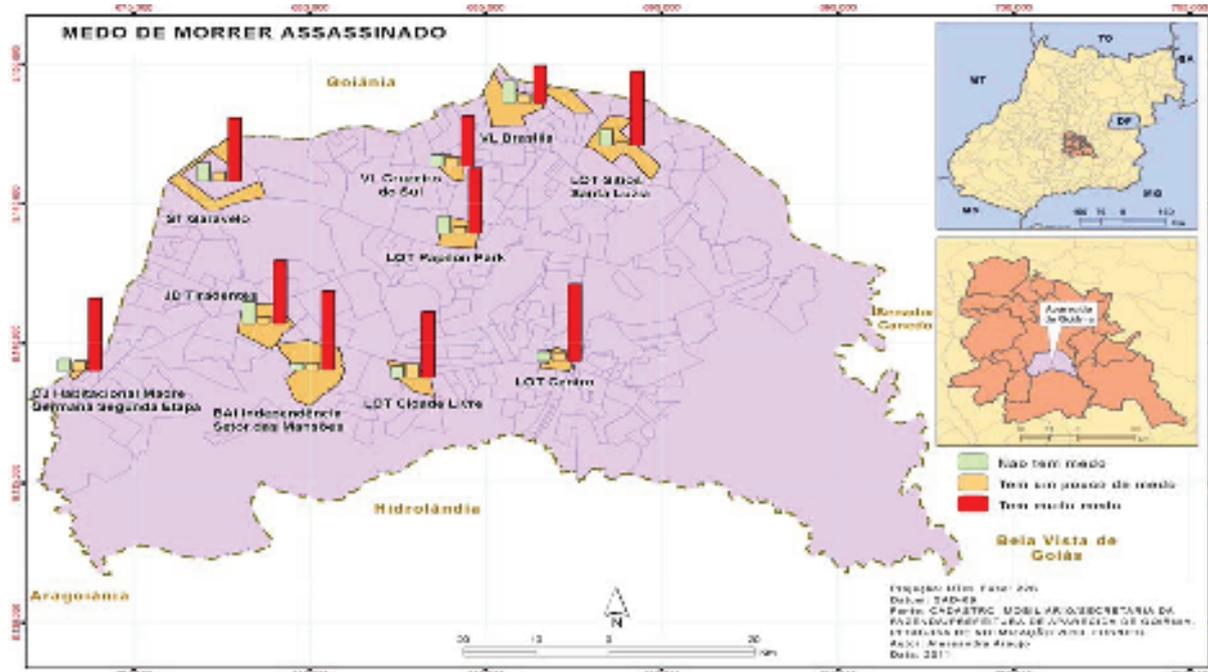
GRÁFICO 6 - Temor de morrer assassinado em relação ao gênero



Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Em relação aos bairros pesquisados, quanto ao medo de morrer assassinado, dos 396 entrevistados, 296 (74,74%) sentem muito medo, sendo que os bairros que mais apresentam este sentimento são: Independência Mansões (12,16%), Centro (11,82%), Santa Luzia (11,48%) e Madre Germana (11,14%), enquanto que o bairro que expressou sentir muito medo em menor número de pessoas é a Vila Brasília (5,74%). Observe-se a espacialização desse sentimento no Mapa 9.

MAPA 9 – Medo de ser assassinado



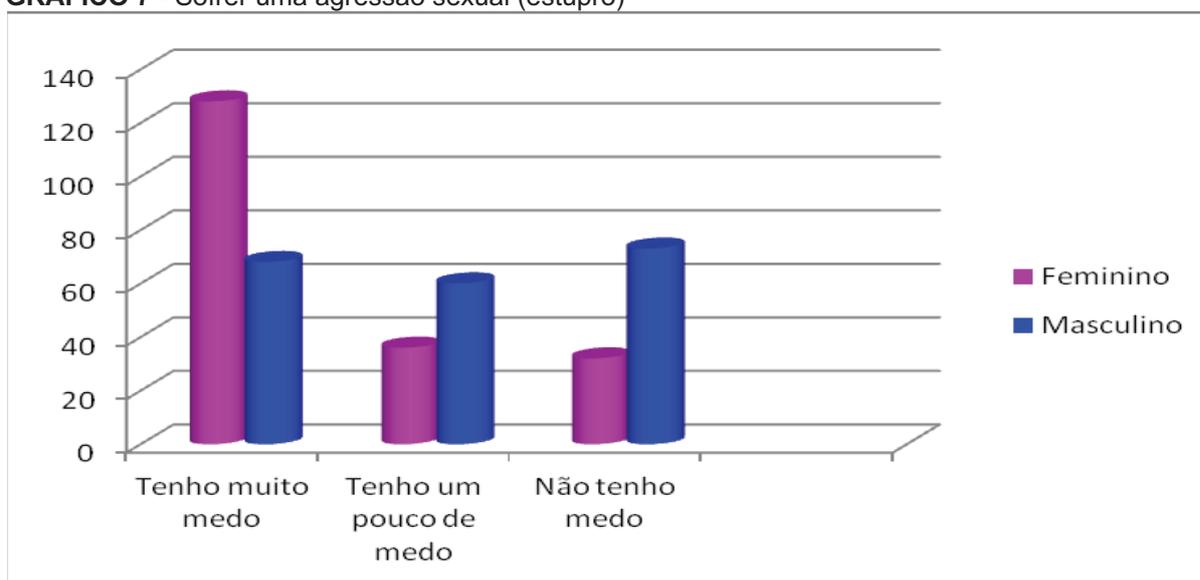
Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Quanto à agressão física, nesse caso, o ‘estupro’, para o penalista Magalhães Noronha, etimologicamente essa palavra vem do latim *stuprum*, que abrange “todas as relações carnavais ilícitas cometidas, destarte, tanto contra a mulher quanto contra o homem”. Porém, normalmente ao se falar nesse tipo de agressão, raramente se pensaria que se estivesse referindo a uma agressão contra o homem, isso porque a sociedade brasileira, em sua cultura, e por privilegiar a masculinidade em relação ao feminino, vê isso como algo praticamente impossível e impensável, já que homem é homem.

Assim, em geral, para os homens que passam pelo estupro enfrentam o fantasma de sentir a masculinidade abalada, significando muitas vezes a perda de sua identidade conquistada a duras penas, silenciando-se em torno de tal fato, com o medo de perder a tão difundida e cobrada masculinidade. Enquanto que para as mulheres, este ato é apenas uma violação. Segundo Giffin (1994) o estupro “representa a violação física, psicológica e moral da pessoa”.

No quesito agressão física, as mulheres sentem mais temor que os homens, são 44,08% contra 26,19%, provavelmente porque os homens, em geral, são fisicamente mais fortes e mais aptos a lutas corporais que a mulher. No receio concernente a estupro há uma diferenciação de quase 10% entre homens e mulheres, sendo 41,30% das mulheres que sentem medo de sofrer agressão sexual e 32,24% dos homens.

GRÁFICO 7 - Sofrer uma agressão sexual (estupro)



Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Pela análise dos dados da tabela 4 percebe-se que a massa de entrevistados encaixa-se em habitantes de baixa renda, sendo assim, o maior veículo de mídia é a televisiva, pois dos 397 entrevistados, 345 (86,90%) informam-se sobre os fatos cotidianos, principalmente os crimes que são o foco determinativo da sensação de insegurança por meio da televisão. Outros, 13 (3,27%) informam-se via rádio, 12 (3,02%) lêem jornais impressos, 22 (5,54%) utilizam-se da internet e 5 (1,25%) não identificaram o meio de veiculação utilizado.

TABELA 11 - Meio de comunicação por meio do qual toma conhecimento dos crimes violentos

<i>Área Pesquisada</i>	<i>televisão</i>	<i>rádio</i>	<i>jornal impresso</i>	<i>internet</i>	<i>outros</i>	<i>Total</i>	
Madre Germana II	34	1		4	2	1	42
Garavelo	35	1			5		41
Cidade Livre	37	3			2		42
Santa Luzia	34	4		3	1		42
Jardim Tiradentes	37	2		1	2		42
Centro	37	1		1		2	42
Vila Brasília	29				1	1	31
Conj. Cruzeiro do Sul	28			1	3		32
Papilon Park	35	1			4	1	41
Independência Mansões	39			2	1		42
<i>Total</i>	345	13		12	22	5	397

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Pastana (2003, p. 73) analisa o papel da mídia como difusora da violência criminal, segundo essa autora as primeiras manifestações foram programas jornalísticos em que os apresentadores relatavam cartas enviadas pelos ouvintes, em que os mesmos contavam suas histórias de vida. Os radialistas se valiam de emoções e embasados nos relatos dos ouvintes, revestiam a violência criminal narrada em uma “roupagem novelística”. Nesse sentido a autora afirma que “inserido neste contexto alarmante, a notícia sobre violência começa não só a informar como a emocionar, estimulando a curiosidade, a intolerância e, por fim, o próprio medo.”

Uma análise importante de Caldeira (2000) é que ela considera que a fala sobre o crime, aqui referendada através da mídia, é que a mesma cria paradigmas, como por exemplo, discutido anteriormente neste capítulo o estereótipo do agressor como sendo homem e negro. Segundo a autora contar e recontar a história da violência, fato ocorrido, gera uma significância e significado, ao mesmo tempo em que a vítima se acostuma com o ocorrido, ela internaliza o medo do crime.

Embora as distinções aguçadas da fala do crime reordenem de fato as experiências perturbadas pela violência, não são eficazes para controlar a violência. Ao contrário, elas reproduzem o medo e a violência. (Caldeira, 2000, p. 40)

Por maiores que sejam os cuidados com os quais a população se reveste como medidas preventivas contra a violência, por meio de mudanças de atitudes, estas não combatem o medo e a sensação de insegurança. Falar da violência para Caldeira é ainda reafirmar a prática da violência e o medo, quer seja visto como gerado (pela violência) ou o medo gerador da mesma (violência).

Glassner (2003) discute que é necessário a própria população urbana dissociar o medo real do medo imaginário exacerbado, pois essa seria uma medida mais positiva na superação do medo e sensação de insegurança, em suas palavras: “É melhor que aprendamos a pôr em dúvida nossos medos supervalorizados antes que eles nos destruam. Os medos válidos têm sua razão de ser: dão-nos dicas sobre o perigo. Os medos falsos e exagerados causam apenas apuro” (p.24).

Referenciando os dados coletados, em relação ao papel da mídia como informadora dos atos criminosos, os entrevistados analisaram a veracidade desses episódios, demonstrando que 38,03% acreditam que a mídia mostra os fatos como realmente aconteceram e 34,76% consideram que a televisão exagera nas manchetes transmitidas ao abordar os crimes violentos, enquanto 27,20% consideram que a mídia não expõe a totalidade dos fatos, portanto não consideram que os mesmos sejam exagerados.

TABELA 12 - As notícias sobre violência mostram, não expõem ou exageram as divulgações dos atos de violência (continua)

<i>Área Pesquisada</i>	<i>mostram o que de fato acontece</i>	<i>não expõe a totalidade dos fatos</i>	<i>exageram na divulgação de atos de violência</i>	<i>Total</i>
Madre Germana II	19	14	9	42
Garavelo	19	8	14	41
Cidade Livre	12	9	21	42
Santa Luzia	15	14	13	42
Jardim Tiradentes	19	6	17	42
Centro	15	10	17	42
Vila Brasília	11	5	15	31
Conj. Cruzeiro do Sul	8	11	13	32
Papillon Park	16	14	11	41

Independência				
Mansões	17	17	8	42
<i>Total</i>	151	108	138	397

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

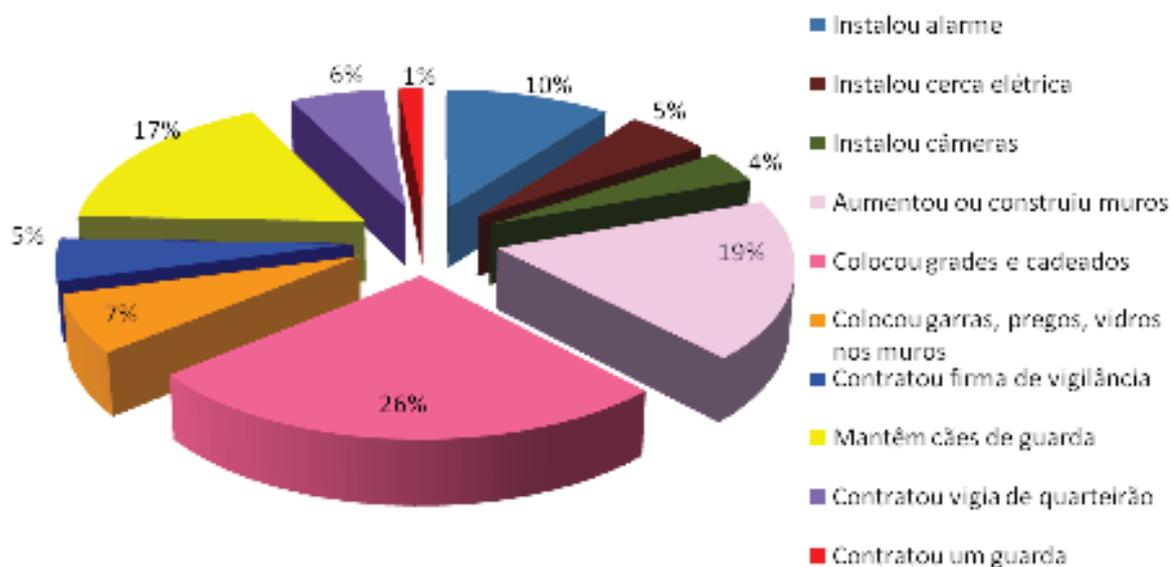
DaMatta (1982), ao tratar das raízes da violência no Brasil, considera que “uma sociedade se revela tanto pelo que preza como sagrado e como fundamental quanto pelo que teme e despreza como pecado, crime e violência”. (p. 96).

3.5 Medidas de segurança para amenizar o medo

Em relação ao medo, os dados revelaram que em relação à escolaridade apesar de os entrevistados sentirem muito medo de serem vitimizados, a percentagem não apresentou diferenciações. Sendo o que mais causa medo entre os níveis de ensino médio incompleto é ter os objetos furtados enquanto no nível superior incompleto e completo é ter a residência invadida. Entretanto, somente aqueles de poder aquisitivo maior fizeram mudanças estruturais em suas residências, 65% do superior completo; 53,44% médio completo, fundamental incompleto 34,61%, enquanto o analfabeto apenas 12,5%, com o intuito de se sentirem mais seguros.

Para diminuir a sensação de insegurança, 179 dos entrevistados que percentualiza 45,20 % fizeram modificações na estrutura habitacional. Em razão de sua renda limitada, as modificações que visam a melhoria da segurança de seu imóvel foram assim discriminadas: 27,37 % instalaram alarme; 13,96% cercas elétrica; 10,05% câmeras de vigilância; 49,16% aumentaram ou construíram muros; 69,27% colocaram grades e cadeados; 17,87% adicionaram objetos nos muros; 11,67% contrataram vigilância privada; 41,11% mantêm cães de guarda; 14,21% contrataram vigias de quarteirão; 3,55% contrataram guarda. Curioso notar que, por causa da renda, a maioria dos entrevistados tomou medidas que são consideradas mais baratas, como adquirir cães vigias, colocar cadeados/grades e construir/aumentar muros.

GRÁFICO 8 - Mudanças estruturais visando maior segurança



Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Essas modificações nas moradias assemelham-se muito ao que SOUZA (2008) chama de auto-segregação, apesar de que, ele analisa em relação aos cidadãos refugiarem-se em condomínios fechados. Essa prática em indivíduos de rendas mais baixas pode ser visualizada no encarceramento representado pelas modificações estruturais nas residências, muros altos, cadeados, objetos em cima dos muros, cães de guarda, cercas elétricas e outros aparatos deixam uma mensagem clara: “morador dentro bandido fora”. Entretanto, na visão do autor essa estratégia acaba parecendo mais um escapismo visto que, aparentemente se tem uma maior solução em relação à segurança dos cidadãos, mas e os determinantes do medo e da insegurança? Segundo o autor essa prática “deixam intactas as causas da violência e da insegurança que os nutrem. Pior: no longo prazo, colaboram para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade”. (SOUZA, 2008, p. 73).

Em relação à qualidade de vida dos atores sociais, estes acometidos pelo medo acabam por diminuí-la, já que suas atitudes de mudanças de hábitos reduzem as interações sociais, Khan citado por Pastana (2003) explana que:

O estresse e o medo por causa da violência têm provocado a perda da qualidade de vida. As pessoas saem menos de casa, deixam de frequentar cinemas, bares, restaurantes e os alunos deixam de frequentar cursos noturnos (p.64).

TABELA 13 - Renda X Modificação na residência

Renda familiar	Você já fez alguma modificação em sua residência visando maior segurança?	
	Sim	Nao
Até ½ salário (R\$255,00)	1	2
De ½ salário até 1 salário (R\$255,00 – 509,00)	24	41
De 1 salário até 2 salários (R\$510,00 – 1.019,00)	48	78
De 2 salários até 3 salários (R\$1.020,00 – 1.529,00)	41	42
De 3 salários até 5 salários (R\$1.530,00 – 2.549,00)	25	27
De 5 salários até 10 salários (R\$2.550,00 – 5.099,00)	26	14
De 10 salários até 20 salários (R\$5.100,00 – 10.199,00)	5	1
Mais de 20 salários (10.200,00)	1	
Não sabe/não responde	8	12
Total	179	217

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Outra forma de se manter seguro e diminuir a sensação de insegurança é a modificação de hábitos cotidianos, fato curioso é que independente da categoria de idade, cerca de 87,40% dos entrevistados modificou algum hábito diário para fugir da violência, ou pelo menos sentir-se mais seguro.

TABELA 14 – Idade x Mudança de comportamento em função do medo

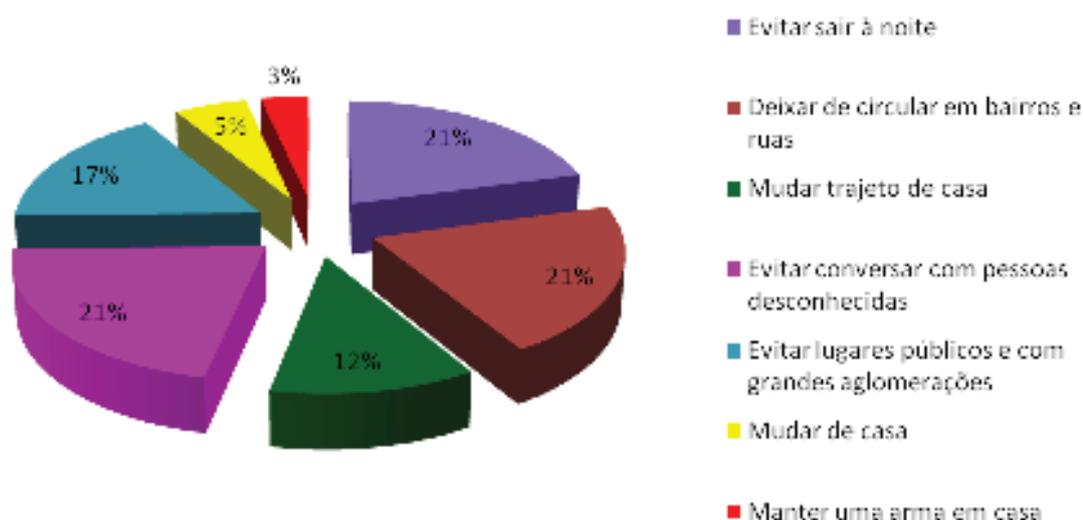
Você já mudou algum comportamento em função do medo da violência?			
Categorias de Idade	sim	não	Total
de 15 a 19 anos	51	7	58
de 20 a 24 anos	50	7	57
de 25 a 39 anos	112	19	131
de 40 a 54 anos	77	11	88
de 55 a 59 anos	32	3	35
acima de 60 anos	25	3	28
Total	347	50	397

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Dos entrevistados, 262 (65,99%) evitam sair à noite, 260 (65,49%) refugiaram-se em casa evitando circular nas ruas ou bairros, 151 (38,03%) modificaram o trajeto para a escola/trabalho, 270 (68,01%) evitam falar com estranhos, o que é um forte indicativo da falta de sociabilidade, o que gera o medo e a sensação de insegurança vividos atualmente pela sociedade. Ainda, 210 (52,89%)

passaram a evitar lugares públicos como forma de buscar uma maior segurança no dia a dia e apenas uma pequena parcela tomou medidas drásticas como mudar para outro bairro (67 entrevistados ou 16,87%) ou adquirir uma arma (44 entrevistados ou 11,08%).

GRÁFICO 9 - Mudanças de hábitos



Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Fator determinante destas mudanças de hábitos e atitudes é que à medida que as pessoas se veem engendradas pelo processo de medo e insegurança, menos se socializam, há uma diminuição nas relações sociais e fatores como confiança, sociabilidade e solidariedade são cada vez mais raros e ao mesmo tempo se tornam fatores de explicação do aumento de situações tensas e violentas.

Pela leitura dos dados, é fato que tanto homens como mulheres estão pareados em relação às mudanças de hábitos apenas em relação a conversar com estranhos e evitar lugares públicos, sendo 36,02% contra 31,98% no primeiro caso e 28,43% contra 24,42% no segundo caso, mesmo esses dados não são muito equidistantes. Em relação a mudar o trajeto da escola/trabalho, os homens tomaram essa medida mais do que mulheres, apresentando 21,41% contra 16,62%.

TABELA 15 - Mudanças de hábitos por sexo

	Feminino	Masculino
Mudar trajeto de casa para trabalho escola	21,41%	16,62%
Evitar conversar com pessoas desconhecidas	31,98%	36,02%
Evitar lugares públicos e com grandes aglomerações	28,43%	24,42%

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

3.6 A possível confiança nas instituições de segurança pública

Os dados em relação à confiabilidade na polícia/segurança pública mostram pouca diferenciação, 41,45% afirmam que a polícia tem sido eficaz no combate contra o crime ao passo que 57,78% discordam que a mesma tenha sido eficaz. Os entrevistados concordam que um melhor policiamento reduziria drasticamente o crime sendo 91,95% contra 7,03% que afirmam que a melhoria no policiamento não traria mudanças nos crimes ocorridos. A confiança no papel do Estado como protetor da ordem social é para Baierl (2004, p. 42) mais do que apenas prender, julgar e punir, assim segundo a autora a função máxima do Estado não é apenas punir os transgressores, mas sim efetivar a segurança no seio social, “o papel do Estado seria não de subjugar pelo medo, mas de libertar os indivíduos do medo para que vivam em segurança”.

Apesar de demonstrarem confiança na segurança pública, pois creem que um maior policiamento ajudaria na redução de crimes/violência, as opiniões acerca das leis e da aplicação das mesmas é que estas deveriam ser mais severas. Das opiniões registradas 83,41% acreditam que a redução da maioria penal é uma medida fundamental para reduzir a violência no Brasil. Em relação à legalização das drogas 70,35% dos entrevistados discordam uma vez que legalizar as drogas não contribuiria para redução da violência e crimes. Quanto à pena de morte a população aparecidense está indecisa são 55,77% a favor e 43,46% contra. Isso se reflete na opinião dos entrevistados que penas mais rigorosas podem reduzir o crime no país são 82,16% que concordam contra 17,58% que discordam.

Os entrevistados concordam que uma melhoria no policiamento contribuiria para a diminuição da violência e criminalidade, mas esse fator contrapõe-se com o quadro policial existente. Segundo dados do Comando de Administração e Finanças da Polícia Militar, no ano de 2011, o corpo policial está composto por 1108 (hum mil

cento e oito) policiais militares, considerando que a população atual em Aparecida é de 455.735 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil setecentos e trinta e cinco) habitantes, a relação policial-habitante é de 411,31 (quatrocentos e onze vírgula trinta e um) habitantes para cada policial vigiar e proteger, com a finalidade de manter a ordem e a paz. Considerando a crescente população desse município, a espacialização e sua ocupação, muitos espaços vazios são percebidos, os quais são representados por lotes baldios e matagais, sendo necessário que esses policiais se desloquem e se desdobrem mais para atender a área de proteção em que atua. Porém, para atender a demanda de *chamada policial*, o contingente de polícia atual mostra-se insuficiente para o atendimento destas e a manutenção da ordem social, dessa forma são imprescindíveis, concursos públicos para suprir tamanho déficit. Quadro semelhante é reproduzido em Goiânia, a qual possui uma população de 1.301.892 hab. para um grupo de 2185 policiais militares, assim a relação é de 595,83 hab. por cada policial.

Percebe-se pela análise dos dados coletados que há na sociedade uma necessidade de penalidade, os atores sociais exigem que o membro da sociedade que imputou a violência a outro seja punido. Não se encontram satisfeitos com as leis, considerando-as muito brandas, os cidadãos esperam e anseiam que leis mais austeras sejam capazes de diminuir o índice de violência, almejam que isto cause como efeito uma diminuição do medo e da sensação de insegurança.

Para Durkheim, a função da pena não é prevenir ou sancionar o crime cometido, mas sim, serve como meio de satisfação da consciência coletiva, que foi molestada em sua integridade, por um membro da sociedade. A coletividade exige a pena, a sociedade determina o grau de satisfação e de reparação, ela mesma cria o castigo, para algo que veio do seu próprio seio, para reparar não o criminoso, mas a si mesma. (SILVA, 2009, p. 28)

Por outro lado, Foucault (1987) vê a pena como um meio do Estado reafirmar seu poder, já que a sociedade concedeu ao Estado, seu representante, para manter a ordem social, o poder de prender, julgar e punir os transgressores. Pode-se fazer uma leitura do processo de punição daquele período, ainda com certos resquícios na atualidade, em que o Estado usa o ato punitivo (suplício e/ou pena de morte) como se fosse uma peça teatral, dramatizando o poder e seus efeitos no corpo do condenado. Deste modo, o personagem central (transgressor), o carrasco (representante do Estado) e o palco (praça pública, local da execração)

espetacularizavam a punição aos olhos de uma platéia (a população), fornecendo-lhes entretenimento (o cumprimento da pena), com a finalidade de inculcar-lhes no coração, o medo de transgredir as normas sociais. O autor afirma ainda que a punição deve ser um ato social, que o transgressor deve ser reeducado para voltar a ser inserido na sociedade, isolar por isolar não resolve a questão da violência (a criminalidade), o transgressor necessita ter suas atitudes reajustadas para que não caia na reincidência.

TABELA 16 - Justiça e leis

	Concordo	Discordo	Total
Penas mais rigorosas podem reduzir o crime no país	327	70	398
A pena de morte seria uma medida eficaz na redução do crime no país	222	173	398
A redução da maioria penal é uma medida fundamental para reduzir a violência no Brasil	332	64	398
A legalização das drogas reduziria a criminalidade e a violência	115	280	398
A polícia/segurança pública tem sido eficaz no combate a violência	165	230	398
Melhor policiamento pode reduzir o crime no seu bairro	366	28	398

Fonte: Pesquisa de Vitimização. FCS/UFG – 2010

Há de se convir que a confiança nas instituições públicas e uma política mais vigorosa, com leis mais rígidas sejam imprescindíveis para uma melhoria no combate à violência. Porém, não se deve esquecer que esses mesmos poderes públicos se valem da cultura do medo como forma de dominação e controle social, afirma Pastana (2003) que uma forma de dominação simbólica tem como objetivo a dominação de uma classe sobre a outra, neste caso do Estado sobre a sociedade urbana. A cultura do medo difundido altera valores, isso é percebido na análise de dados referente às mudanças de hábitos ou nos aspectos estruturais da moradia. Quer se perceba quer não, essa violência, o medo e a sensação de insegurança difundida e mesmo cultivada na sociedade urbana é uma forma de dominação “tão ou mais violentas quanto à própria violência de que se tem medo” (p. 28). As constantes divulgações da violência criam no imaginário social o medo, este pode ser fator de manipulação da população urbana. Conforme essa autora, “o medo, quando socialmente exteriorizado, diminui ou extingue o senso crítico daqueles que o compartilham, tornando propícia uma dominação baseada na manipulação dessa emoção” (p. 16.).

Conhecer a opinião pública dos cidadãos acerca das políticas de segurança pública e sua confiabilidade nas instituições é extremamente significativo na medida em que se pode criar um perfil desta avaliação. Torna-se possível nortear novas ações e estratégias a fim de visar uma melhor qualificação nos serviços prestados à sociedade urbana pelos poderes públicos. A análise dos dados revela ainda quais são as principais medidas que os atores sociais têm tido com a finalidade de prevenir a vitimização. E se essas medidas preventivas realmente colaboraram para uma resolução ou ao menos suavização dos episódios criminais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanidade atual privou o homem da segurança principalmente devido ao debate dos poderes públicos que se sustentam por razões partidárias na dominação pelo poder. Destarte, a difusão do medo, seja pela informação exacerbada e novelística da mídia, seja pelo controle social, consegue propagá-lo, aumentando, conseqüentemente, a sensação de insegurança.

Segundo Bauman (2009, p.16), o problema é que esta prática pode por em xeque a própria vivência urbana, visto que, “com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura, em suma todos os atrativos da vida urbana”.

Nesse estudo, a resolução da problemática envolvendo a segurança da vida urbana perpassa pela afirmação de Pedrazzini (2006), dizendo que ela não deve pautar-se apenas nas mãos do Estado, cabendo a todos e a qualquer um. Essa solução está nas mudanças de hábitos individuais e coletivos, ressaltando-se a redução/controlado do próprio medo, a diminuição da discriminação (social), bem como a inclusão das localidades e pessoas nas resoluções dos problemas sociais, políticos e econômicos. Aqui inclui também a efetiva participação dos atores sociais nas decisões políticas, pois é tornando-se consciente das decisões tomadas pelos representantes no governo, contestando essas mesmas decisões e, se preciso for, excluindo-as e criando novas políticas e leis que se promovera uma nova ordem. Neste sentido, SOUZA (2008, p. 42) instrui que:

A política de segurança pública socialmente mais justa e eficaz, no longo prazo, é aquela que não é *apenas* ou *imediatamente* uma política de segurança pública, mas sim uma política de *desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade*, concebida e implementada nos marcos de esforços de mudança sócio-espacial positiva que levem em conta, também, as escalas de problemas e ações supralocais, e nelas se ancorem.

Ratificou-se, através da coleta e análise dos dados, que o reforço do medo, ou a cultura do medo generalizado, é altamente lucrativo e é um dos determinantes do medo e da sensação de insegurança. Dentre as mudanças conduzidas pelos

cidadinhos, as mais comuns referem-se à prática de alterações estruturais em suas residências e contratação de segurança privada. Ao considerar as mudanças estruturais, desde aquelas mais incipientes (como colocação de cadeados e grades) até as mais caras (como instalação de alarmes e câmeras ou contratação de segurança pessoal), o capital gerado é consideravelmente alto.

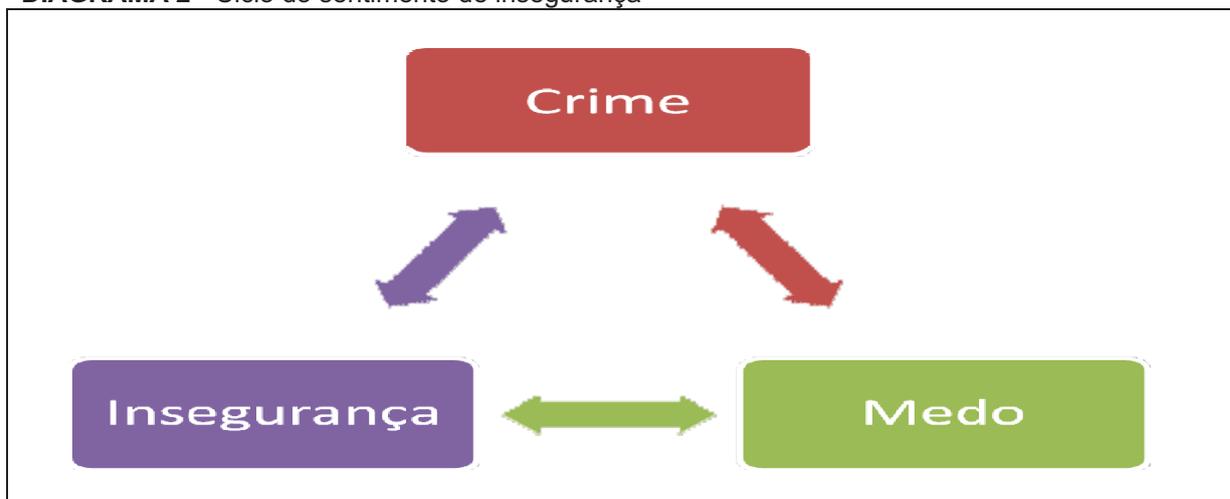
Em relação à hipótese das desigualdades sociais como um dos principais determinantes do medo e da sensação de insegurança, os dados não corroboraram esta hipótese, apenas parcialmente, pois independente da renda foi registrado que a população urbana sente muito medo de ser vitimizada, principalmente nos crimes mais citados como morrer assassinado e ter a residência invadida. Outra hipótese levantada e também parcialmente confirmada, refere-se ao gênero feminino como determinante do medo e sensação de insegurança, pois apesar de as mulheres serem realmente mais suscetíveis a sentir medo, nesse caso houve uma estimativa quase paritária entre os gêneros.

Apesar de o tráfico de drogas ter sido detectado como ocorrendo frequentemente, a *survey* não dispôs de dados específicos para uma análise comparativa entre o tráfico e a sensação de insegurança. Embora Aparecida não apresente uma forma de tráfico tão aterrorizante como a que ocorre nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo, ele não deixa de assumir as mesmas características quanto às 'leis' e às 'punições' determinadas por esse tráfico e os traficantes das referidas cidades. Dessa forma, elas se tornam territórios de grupos marginalizados, malvistas, intolerados socialmente, normalmente associados à pobreza, geradores de renda, enriquecedores de poucos e distribuidores da miséria humana. Neste sentido, o tráfico de drogas e o seu uso indiscriminado como um determinante de amedrontamento social foi reafirmado, tendo em vista que a percepção da ocorrência deste crime nos bairros é de 79,09%, reforçando, assim, que ele é fator gerador de medo.

Por meio da leitura dos dados, conclui-se que não são apenas as variáveis hipotetizadas e inicialmente pensadas (idade, gênero, renda - parcialmente corroborada -, tráfico de drogas), os fatores condicionantes do medo e do sentimento de insegurança, mas também a própria dinâmica da vida urbana (as relações cidadinas, hábitos e atitudes pessoais, o papel da mídia e o exercício do poder público). Todos esses determinantes interferem e fazem do medo e do sentimento de insegurança, um processo cíclico e constante. Isso diz que há o fato

ocorrido (violência/crime) que é divulgado/difundido e os espectadores (atores sociais), ao apreender o ato violento, imbuem-se do sentimento do medo, e este tem como resultado a sensação de insegurança. No reverso do ciclo, o medo e a sensação de insegurança, estimulados no âmago dos cidadãos, refletem em atitudes drásticas e por vezes irracionais, em um momento de tensão, e a violência se torna prática na solução de problemas. O diagrama a seguir demonstra o circuito referido anteriormente.

DIAGRAMA 2 - Ciclo do sentimento de insegurança



Autora: Alessandra Araujo

A mídia tem um papel fundamental na difusão do medo e, conseqüentemente, da sensação de insegurança, pois por meio da fala do crime, vista cotidianamente na televisão ou lido nos jornais impressos, é que a maioria da população tem contato com a criminalidade. Com o advento da globalização, essas informações sobre fatos criminosos e violentos são propagados não apenas nas localidades, mas também em níveis nacionais e internacionais. Assim, a população é inteirada da quantidade massiva dos atos criminosos, vendo proporção tão alarmante da violência aflorar o sentimento de medo e a sensação de insegurança. Nos dados coletados, a população não percebe uma dramatização destes fatos, considerando o que observa na mídia como realidade.

A principal dificuldade referente à resolução do problema da superação do medo e do sentimento de insegurança é que a população concentra no Estado, seu representante maior, toda a responsabilidade de respaldar a sua segurança, seja nas políticas de segurança pública, no policiamento, na punição através do

judiciário, na reeducação dos detentos nas prisões e em políticas educacionais³². Neste quesito, outro apontamento de Glassner (2003) é que, em primeiro lugar, a população urbana deve distinguir os medos reais dos imaginários visto que estes aprofundam a sensação de insegurança.

Em relação ao perfil do agressor, constatou-se que, apesar deste ser negro e pobre, isso apenas é reflexo do perfil brasileiro em que a maioria da população pobre é realmente descendente afro. O reforço que Glassner (2003, p. 208) fornece é que a divulgação deste perfil imbuíu o homem negro e pobre de uma força frente ao medo e à sensação de insegurança, assim “os arautos do medo projetam sobre os negros exatamente aquilo que a escravidão, a pobreza, a exclusão educacional e a discriminação garantiram que eles não tivessem: poder e influência”.

É implícito que os atores sociais têm consciência da exacerbação do medo e sensação de insegurança, por isso assinalam algumas soluções em investimentos estruturais da segurança pública pelo governo, no que se refere à função policial. Pressupõem, também, um aumento do poder efetivo do judiciário e leis mais rígidas, uma vez que, entre os dados analisados, constatou-se que os homicídios, o tráfico de drogas e os roubos são os crimes que causam mais temor à população

Possibilidades para reduzir o medo e a sensação de insegurança são apontadas pelos próprios entrevistados, ou seja, a própria população urbana tem consciência de quais fatores podem influenciar na redução do medo. Mediante esta constatação, assinalam-se as seguintes medidas para a redução do crime e conseqüentemente do medo: aumento do contingente policial; visibilidade policial, ou seja, estes circulando nas ruas; maior demanda de postos policiais fixos; agilidade policial no contato polícia-cidadão; mudança do atual perfil policial (resgatando o muito que se perdeu de suas características, como uma reputação de franqueza, civilidade e integridade) visando a credibilidade, confiabilidade e respeitabilidade dos atores sociais na mesma ao resolver os conflitos individuais ou coletivos; além da redução da desordem social física e social (incivildades). Com base nesse quando, a população, como medidas de proteção individual e prevenção ao crime, apresentou alterações de hábitos comportamentais (atitudes: não falar com pessoas

³² Um exemplo seria o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) realizada numa parceria da polícia militar e a Secretaria Municipal da Educação e Cultura Prefeitura de Aparecida. Através desse programa a criança de 10 e 11 anos assume o compromisso pessoal de resistir as pressões e dizer não as drogas e à violência, isto depois de 1 ano letivo de 1 aula semanal tratando o referido tema.

desconhecidas; alterar trajeto de casa ao trabalho) e estruturais (modificações na residência).

Como solução para o controle do medo e da sensação de insegurança, apontou-se uma ação conjunta da população e do governo. Assim, cabe ao governo cabe instaurar políticas públicas, em longo prazo, que permitam uma reorganização do espaço urbano, inclusão de espaços que hoje são marginalizados, maior distribuição da renda, com diminuição das desigualdades e justiça social. Quanto aos atores sociais, eles devem participar ativamente nas decisões políticas e superação de medos exacerbados.

Para finalizar, a insegurança social é uma problemática vigente no Brasil, realidade que não escapa a cidade de Aparecida de Goiânia, pois foram detectados como principais determinantes do medo e da sensação de insegurança, a cultura generalizada do medo (economia do medo, papel da mídia e controle social), a susceptibilidade feminina, o tráfico de drogas e as relações urbanas (discriminação, exclusão socioeconômica).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. *Da violência*. Tradução de Maria Cláudia Drummond Trindade, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985, c1970.

BAIERL, L. F. *Confinamento Urbano: expressões de uma sociedade esgarçada*. *Revista PUC Viva, Violência Urbana*, São Paulo, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/14-ed-1/1762-confinamento-urbano-expressoos-de-uma-sociedade-esgarcada>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

BAIERL, L. F. *Medo social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BARBOSA, M. I. S.. Todos a bordo. In: OLIVEIRA, D. D. *et al.* (orgs.) *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BEATO FILHO, C. C.; CAMINHAS, D. A. Medo do crime em Minas Gerais: Um olhar aproximativo de suas causas. Grupo de Trabalho e Violência e Sociedade. *Representações da Violência, vitimização e medo do crime*. In: *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, 28 a 31 jul. 2009, Rio de Janeiro: UFRJ.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: DIFEL e Editora Bertrand Brasil, 1989.

BUORO, A. *et al.* *Violência urbana: dilemas e desafios*. São Paulo: Atual, 1999.

CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 147

CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CALVINO, Í. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDIA, E. *Homo criminalis: um olhar difuso sobre a agressividade e a violência e suas correlações com o espaço prisional e a miserabilidade*. UNESP. Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/direitosHumanos/encontro/TRABALHOS/Trabalhos%20C ompletos%20Rodrigo/PDF/c04.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2011.

CARLOS, A. F. A. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1997.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. *Criminalidade: Social versus Polícia*. Rio de Janeiro: IPEA (=série Texto para Discussão, nº 958), 2003.

CHÂTELET, F. *et al. História das idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. 399p.

CHAUÍ, M., *Simulacro e poder*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CIRQUEIRA PINTO, J. V. C. *Desconstruindo a “cidade dormitório”*: centralidade e espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia. *Revista de Geografia da UFC*, ano 08, nº 16, 2009. Disponível em: <www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/291>. Acesso em: 21 jun. 2010.

_____. *Fragmentação da metrópole*: constituição da região metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia. 173f. Dissertação (mestrado) Goiânia: UFG, 2009.

_____. *Periodização de Aparecida de Goiânia*: da forma embrionária às novas funcionalidades no espaço fragmentado. *Revista Boletim Goiano de Geografia*, V. 29, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/7111>>. Acesso em: 28 dez. 2009.

COSTA, Y. M. P. *A outra justiça*: a violência da multidão representada nos jornais. São Luís: EDUFMA, 2008.

DADOUN, R. *A violência*: ensaio acerca do “homo violens”. Tradução de Pilar Ferreira de Carvalho. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DAHER, T. *Goiânia, uma utopia européia no Brasil*. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DAMATTA, R. *et al. Violência Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

DAVIS, Mike. *Ecologia do Medo*. Tradução de Aluizio Pestana da Costa. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DONNICI, V. L. *Polícia, guardião da sociedade ou parceira do crime?*: um estudo de criminologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

ESTEVAM, L. *O tempo da transformação*: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: UCG, 2004.

FEIGUIN, D.; LIMA, R. S. de. *Tempo de violência*: medo e insegurança em São Paulo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 9, n.2, p. 73-80, abr./jun. 1995.

FELIX, S. A. *Crime, medo e percepções de insegurança*. Perspectivas, São Paulo, v. 36, p. 155-173, jul./dez. 2009.

FERRAZ, H. *A violência urbana*. São Paulo: J. Scortecci, 1994.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCISCO FILHO, L. L. *Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, São Paulo v. 35, n. 3, p. 105-112, julho/setembro 2000. Disponível em: <www.rausp.usp.br/download.asp?file=3503105.pdf>. Acesso em: 22 out. 2011.

GAVIRIA M., Margarita Rosa. *Controle social expesso em representações sociais de violência, insegurança e medo*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, n° 20, jul./dez. 2008, p. 72-107.

GLASSNER, B. *Cultura do Medo: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos*. São Paulo: Editora Francis, 2003.

GONÇALVES, A. R. *Goiânia: uma modernidade possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002.

GRUPPI, L. *Tudo começou com Maquiavel – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. 12ª Ed. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1980. 95p.

KOWARICK, L.; ANT, C. Violência: Reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. In: BOSCHI, R. R. (org). *Violência e Cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. *O direito à Cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LIMONGI, M. I. A racionalização do medo na política. In: NOVAES, A. (org.). *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

MAGALHÃES NORONHA, E. *Direito penal*. São Paulo: Saraiva, 1973.

MARICATO, E. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. São Paulo: Em Perspectiva, 2000.

MELO, F. de. *Aparecida de Goiânia: do zero ao infinito*. Goiânia: Asa Editora, 2002.

MENDONÇA, M. J. C. de *et al.* *Criminalidade e Interação Social*. Rio de Janeiro: IPEA, série Texto para Discussão, n° 968. 2003

MICHAUD, Y. *A Violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MISSE, M. *Crime e violência no Brasil Contemporâneo*. Estudos de Sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

MISSE, M. *Violência: o que foi que aconteceu?* Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/1Viol%C3%AAnciaoquefoiqueaconteceu.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2011.

MONTEIRO, O. S. do N. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MONTE-MÓR, R. L. de M. *O que é o urbano, no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, série Texto para discussão, nº 281. 2006.

MOYSÉS, Aristides. (Coord.) *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Ed. UCG, 2005.

MOYSÉS, Arlete. O Espaço Urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade, In: PEREIRA, É. M. (org). *Planejamento Urbano no Brasil, conceitos, diálogos e práticas*. Chapecó: Argos, 2008. p. 111-126.

OLIVEIRA, A. F.; CHAVEIRO, E. F. *Planejamento urbano e imagética da cidade: signos mercadológicos e segregação socioterritorial em goiânia*. Acta Geográfica, Boa Vista, v. 1, 7, p. 109-124, jan. 0/jul. de 2010. Disponível em: <<http://ufr.br/revista/index.php/actageo/article/viewFile/274/465>>. Acesso em: 01 de set 2010.

OLIVEN, R. G. Chame o ladrão: as vítimas da violência no Brasil. In: BOSCHI, R. R. *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 21 -28

OLIVEN, R. G. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

PAIXÃO, A. L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte: uma exploração inicial das estatísticas oficiais de criminalidade. In: BOSCHI, R. R. (org). *Violência e Cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PASTANA, D. R. *Cultura do Medo: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil*. São Paulo: Ed. Método, 2003.

PEDRAZZINI, Y. *A Violência das Cidades*. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PEREIRA, C. A. M. O Brasil do sertão e a mídia televisiva. In: _____. *et al.* (orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PINO, A. *Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o brasil contemporâneo*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 763-785, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 03/10/2011

PIRES, C. *A violência no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1995.

REIS, Nestor Goular. Notas sobre a organização das Regiões Metropolitanas. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, nº 12, mar/abr. 1996.

REISHOFFER, J. C.; BICALHO, P. P. G. de. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21 – n. 2, p. 425-444, maio/ago. 2009.

ROCHÉ, S. Le sentiment d'insécurité. Paris: PUF, 1993. In: JOBARD, F. Sébastien Roché, Le sentiment d'insécurité – Insécurité et libertés. *Revue française de science politique*, 45e année, n°, 1995. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_1995_num_45_2_403526. Acesso em: 12 nov. 2011.

RODRIGUES, R. I. *Moradia precária e violência na cidade de São Paulo*. Texto para discussão nº 1189. Ipea. Rio de Janeiro, mai. 2006.

ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1187.pdf. Acesso em: 22 mai. 2009.

RONDELLI, E. Imagens da violência e práticas discursivas. In: _____. *et al.* (orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANZ, L. V. & GUILLÉN, C. S. J. 2006. Empleo de Sistemas de Información Geográfica en el estudio del Miedo al Delito. *Revista Española de Investigación Criminológica*. Instituto Vasco de Criminología. Artículo 2, Número 4. Disponível em: <<http://www.criminologia.net>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

SAPORI, L. F. & WANDERLEY, C. B. A Relação entre o Desemprego e a Violência na Sociedade Brasileira: Entre o Mito e a Realidade. In: *Cadernos Adenauer II* (2001), nº 1. *A Violência do Cotidiano*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, março de 2001.

SCHWARCZ, L. M. e QUEIROZ, R. da S. *Raça e diversidade*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 213-229

SEIJAS, F. V.-P. Confianza en La policía y miedo al delito en Galicia. Consideraciones a partir de un estudio empírico. *Revista xurídica galega*, ISSN 1132-6433, Nº. 62, 2009, págs. 13-34. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3292325>>. Acesso em 15 out 2011.

SILVA, G. F. F., *A concepção criminológica de Durkheim - um criminoso social*. 2009. 33f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade Educacional de Ponta Grossa, Ponta Grossa. Disponível em < <http://www.slideshare.net/guifernando/a-concepo-criminolgica-de-durkheim>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

SIMMEL, G. *A metrópole e a vida mental*. IN: VELHO, Otávio Guilherme (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SIMÕES, J. L. *Processo civilizador, interdisciplinaridade e controle da violência*. Disponível em: < http://www.apropucsp.org.br/revista/r30_r15.htm >. Acesso em: 20 mai. 2010.

SODRÉ, M. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUSA, V. B. *Medo, Memória e Pertença: O caso da favela do Poço da Draga em Fortaleza (CE)*. Disponível em: <www.slideshare.net/Coletivodadraga/medo-memoria-e-pertença>. Acesso em 05 dez. 2011

SOUZA, C. de; RICARDO, S. *O Estado de Goiás*. São Paulo: HARBRA, 2005.

SOUZA, D. B. de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Ed. Da UFG, 2006.

SOUZA, M. L. de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SUÁREZ, M. Autenticidade de gênero e cor. In: OLIVEIRA, D. D.; et al. (orgs.) *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias; autobiografia*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.

TUAN, Y. *Paisagens do medo*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

VASCONCELOS E SÁ, T. Segurança e o seu sentimento na cidade. In: *IV Congresso Português de Sociologia*. Coimbra, 17-19 abr. 2000. Disponível em <www.aps.pt/cmcdocs_prv/docs/DPR462dc462900dd_1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

VELHO, G. Violência e conflito nas grandes cidades contemporâneas. In: *A questão Social no novo milênio*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra 16,17 e 18 de Setembro de 2004.

VIANA, N. *Violência urbana: A cidade como espaço gerador de violência*. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

WOLFF, F. Devemos temer a morte? In: NOVAES, A. (org.). *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

ZALUAR, A. Crime, medo e política. In: ____; ALVITO, M. (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. Violência: questão social ou institucional? *In*: OLIVEIRA, N. V. (Org.) *Insegurança Pública: Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.